



Universidade do Estado do Rio De Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

WALMIR ROGÉRIO ARCHANJO DA SILVA

Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias-RJ: traçados,
percursos e perspectivas de um espaço educativo de luta por direitos

Duque de Caxias

2019

WALMIR ROGÉRIO ARCHANJO DA SILVA

Parada do Orgulho LGBT de DUQUE DE CAXIAS: traçados, percursos e perspectivas de um espaço educativo de luta por direitos

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, ao programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – PPGECC, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Amaro

Duque de Caxias

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

S586 Tese	<p>Silva, Walmir Rogério Archanjo de Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias: traçados percursos e perspectivas de um espaço educativo de luta por direitos. / Walmir Rogério Archanjo da Silva; orientação Prof. Dr. Ivan Amaro. - 2019.</p> <p>105 f.</p> <p>Orientador(a): Ivan Amaro.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>1. Gênero - Teses. 2. Sexualidade - Teses. 3. Educação formal – Teses. 4. Educação não formal – Teses. 5. Movimentos sociais - Teses. I. Amaro, Ivan. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.</p> <p>CDU 37.013.31:329.4</p>
--------------	--

Bibliotecária: Ana Paola Araujo – CRB7/6387

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Walmir Rogério Archanjo da Silva

Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias-RJ: traçados, percursos e perspectivas de um espaço educativo de luta por direitos

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, ao programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – PPGCEC, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Aprovado em: 12 de julho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ivan Amaro
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof.^a Dra. Wânia Regina Coutinho Gonzalez
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof.^a Dra. Jaqueline Gomes de Jesus
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2019

DEDICATÓRIA

*À Salomé, sempre tão perto e intensa, alimentando em mim
bravuras discretas, sutis, mas capazes de tornar mais viva
minha existência.*

*À Alice e Luiza, jovens setas me atentando para o “devir” e
suas infinitas possibilidades.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Ivan Amaro, que tão justamente chamo orientador. Sem ele, suas acertadas sugestões e observações precisas, este trabalho não seria possível.

Às professoras, Dr^a Jaqueline Gomes de Jesus e a Dr^a Wânia Regina Coutinho Gonzalez e suas contribuições decisivas para a configuração desta pesquisa.

Às amigas e amigos do curso e do Núcleo de Estudos e Pesquisa Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades – NuDES, pelas parcerias, trocas, risos e ombros.

Aos integrantes do Centro de Referência LGBT Baixada I e do GPD, sempre de portas abertas e com riso acolhedor. Aos coordenadores e coordenadoras da Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias, pela generosidade e disposição em ajudar. Ao Ernane Alexandre, pela acolhida, disponibilidade e carinho.

Ao Recife, cidade que tanto me traduz.

A minha família e a presença marcante em cada passo. Às filhas e o quanto elas me estimulam a abrir novas portas. À esposa, Natália Barreto, por disponibilizar, nas mais inusitadas horas, sua escuta, além da parceria, da ajuda com as entrevistas e incondicional torcida. Ao irmão Rogério, companheiro de tantas confabulações. À irmã Fernanda, que contribuiu para reafirmar minha óbvia convicção de que as pessoas, cada uma, são realmente um universo. Ao meu pai Renato, que despertou em mim, com o exemplo, o gosto pela leitura. À minha mãe, Ana, que me intuiu algo que só reafirmei tempos depois: de que a leitura do contexto vem antes.

A todes, muito obrigado!

RESUMO

SILVA, Walmir R. Archanjo. **Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias:** traçados percursos e perspectivas de um espaço educativo de luta por direitos. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019.

As Paradas do Orgulho LGBT trazem consigo marcas históricas de luta. No Brasil, surgiram com a necessidade de evidenciar o combate ao vírus do HIV-Aids. Entretanto, em um dos países mais perigosos para a população LGBT, encontraram terreno fértil como instrumento no combate à homofobia, espaço de autoafirmação identitária e campo de luta por direitos. Esta pesquisa tem como objetivo investigar a Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias como espaço-tempo em que processos educativos acontecem. A metodologia que a sustenta aproxima-a de uma perspectiva pós-estruturalista, em que os Estudos de Gênero e Sexualidade norteiam os conceitos de gênero, identidade de gênero e sexualidade. Buscamos tomar distância da necessidade de constituir universalidades e verdades absolutas, mas comprometemo-nos em analisarmos os contextos em suas contingências e insuficiências. Partimos de alguns questionamentos para orientar nossas estratégias de pesquisa, tais como: quais processos educativos acontecem desde a organização do evento? Com qual intencionalidade estes se dão? Como os participantes identificam esses processos? Para chegar a estes objetivos, observamos, de forma participativa, todo o processo de organização em que as reuniões das/os organizadoras/es e outros sujeitos permitiram a realização de conversas que nos ajudaram a compreender todo o processo e as finalidades do evento. Além disso, acompanhamos e participamos na 12ª Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias, observando todos os momentos de organização prévia, os discursos de representantes de instituições e representantes dos diversos movimentos sociais. Os dados obtidos foram analisados com o aporte teórico dos conceitos de gênero/sexo, sexualidade, Educação e movimentos sociais, a partir das/dos seguintes autoras/es: Guacira Lopes Louro, Michel Foucault, Jaume Trilla, Maria da Glória Gohn. Como principais achados desta pesquisa, ressaltamos que há fortes indícios de que processos educativos, informais e não formais, acontecem na Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias, fornecendo elementos para uma formação cidadã. Na mesma medida, identificamos que o evento apresenta elementos para repensarmos práticas e posturas no âmbito da educação formal, indicando possibilidades de inserirmos as discussões sobre a diversidade sexual e os direitos dos sujeitos à Cidadania, à Saúde, à Educação.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação formal. Não formal. Informal. Parada LGBT. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

SILVA, Walmir Archanjo R. da Silva: **Duque de Caxias' LGBT Pride Parade: Trajectory, Course, and Perspectives of an Educational Space to Fight for Rights.** 2019. 105f. Dissertation (Masters in Education, Culture and Communication) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019.

LGBT Pride Parades carry historical signs of struggle. In Brazil, they started along with the need to highlight the HIV-AIDS battle. Although in one of the most dangerous countries for LGBT people, those parades served as an instrument to combat homophobia, space for identity affirmation, and space for resistance. This research aims to investigate the Duque de Caxias' LGBT Pride Parade as a *spacetime* where educational processes take place. The methodology used is based on a Post-Structuralist perspective, where Studies of Gender and Sexuality resembles concepts of gender, gender identity, and sexuality. We distanced ourselves from the need to construct universal and absolute truths. However, we are committed to analyze in context their contingencies and insufficiencies. We began with inquiries to guide our research strategy, such as: what educational processes take place since the beginning stages of organization of the event? With which intentionality do they happen? How do participants perceive these processes? In order to answer these inquiries, we observed, in a participatory manner, the entire process of organization in which meetings of organizers as well as other parties allowed for conversations that that helped us understand the entire process and purpose of the event. Furthermore, we accompanied and participated in the twelfth Duque de Caxias' LGBT Pride Parade, taking into account the planned outcomes and speeches by representatives of institutions and various social movements. The data obtained by this research were analyzed with the theoretical contribution of the concepts of gender/sex, sexuality, education and social movements, from the following authors: Guacira Lopes Louro, Michel Foucault, Jaume Trilla, Maria da Gloria Gohn. As the main results of this research, we emphasize that there are strong indications that educational processes, both informal and non-formal, take place in the *LGBT Pride Parade* of Duque de Caxias, providing elements for a citizen education. In the same extent, we identified that the event presents elements for rethinking practices and attitudes in the field of formal education, indicating possibilities for inserting discussions about sexual diversity and people's rights to citizenship, health and education.

Keywords: Gender; Sexuality. Formal. Non-formal. Informal education. LGBT Pride Parade. Social Movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1–	Resultado das entrevistas com participantes do evento	23
Figura 1 –	Foto do ofício expedido pelo GPD	26
Figura 2 –	Cartaz de Divulgação 9ª Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias.....	28
Figura 3 –	Cartaz de Divulgação da 12ª Parada LGBT de Duque de Caxias	28
Figura 4 –	Mapa da Baixada Fluminense	30
Figura 5 –	Participante da 12ª Parada LGBT de Duque de Caxias	43
Figura 6 –	Participante da Igreja Contemporânea na 12ª Parada LGBT de Duque de Caxias	43
Tabela 1 –	Faixa etária	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência adquirida (<i>AcquiredImmune Deficiency Syndrome</i>)
AMIRES	Associação Missão Resplandecer
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexual,
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
BSH	Brasil Sem Homofobia
CEB	Comunidade Eclesiástica de Base
CESeC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
GPD	Grupo Pluralidade e Diversidade
HIV	Sigla do vírus causador da AIDS (<i>HumanImmuneDeficiency Vírus</i>)
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
NIS	Núcleo de Inclusão Social
NuDES	Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	Profilaxia Pós-Exposição de Risco
PIB	Produto Interno Bruto
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição
PNUD	Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
TGU	<i>Transgender Europe</i>
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1	A PESQUISA E SEUS POSSIVEIS	18
1.1	A pesquisa nos termos do agora: características, potências, encontros, orientações	19
1.2	A Parada LGBT de Duque de Caxias como campo investigativo ..	25
1.2.1	<u>O tema</u>	<u>27</u>
1.2.2	<u>A cidade</u>	<u>29</u>
2	GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE COMO FENÔMENOS HISTÓRICO-SOCIAIS	31
2.1	A sexualidade como dispositivo histórico	32
2.2	“Meninos vestem azul, meninas vestem rosa”: revisando o conceito de gênero	34
2.3	A invenção da homossexualidade	38
2.4	As paradas LGBTs e as construções identitárias	42
2.5	Monstros, imorais, abjetos: desafiando o estabelecido, reinventar o viver	48
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À HOMOFOBIA E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT	53
3.1	A violência contra a população LGBT	54
3.1.1	<u>Programa Brasil Sem Homofobia</u>	<u>58</u>
3.1.2	<u>Programa Rio Sem Homofobia</u>	<u>61</u>
4	EDUCAÇÃO, GÊNERO, SEXUALIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	65
4.1	As paradas LGBTs no contexto dos novos Movimentos Sociais ..	65
4.2	Gênero e sexualidade na educação: entre discursos e silenciamentos	69
4.3	“Só ignorante não aprende com a Parada”: modalidades educacionais, percepções e discursos	74
4.4	Educação escolar e as potencialidades educativas da Parada LGBT	85
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Importante iniciar me apresentando, pois, explicitar que trabalho com Educação há 15 anos e evidenciar minha militância próxima aos movimentos político-sindicais é deixar registrado que a pesquisa que culminou na escrita desse texto é, também, resultado dessas experiências vividas. Acreditando que a dimensão pessoal e a política são indissociáveis, é necessário dizer que o contato com diversas instituições formais de ensino, como também com os sindicatos e partido político em que atuei, construíram em mim o desejo de pensar a política e a educação como *espaços-tempo*, esferas privilegiadas para exercitar compartilhamentos, construir afetos e consolidar paixões. Neste sentido, um momento vivido há muito tempo pode tipificar de forma bastante significativa os caminhos que me trouxeram a esta pesquisa.

Em 2001, participei da primeira Parada LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) da minha cidade natal, Recife, em Pernambuco. Lembro, se compararmos aos gigantescos desfiles que acontecem hoje em dia, do reduzido número de participantes. Lembro-me de vários participantes escondendo o rosto ou desviando o caminho diante de qualquer aproximação de uma equipe de TV ou jornalista que, entre muitos, cobriam o evento. Lembro que, de forma dissimulada, esconder o rosto também era uma preocupação minha. Em momento algum recorria ao artifício de colocar as mãos no rosto para me esconder, contudo, caminhar para o lado oposto aos flashes fotográficos ou me disfarçar discretamente atrás de outros corpos a qualquer aproximação de uma câmera de TV tornou-se, naquela noite, um movimento constante. Afinal, acreditava que ao ser associado a um evento como este marcaria para quem me visse a partir de um meio midiático qualquer uma identidade da qual eu não pretendia estar associado. Foi o meu compromisso de militante político que me levou àquele evento. Hoje acredito que ter ido de forma voluntária já revelava em mim um desejo qualquer de questionar as condutas estabelecidas como padrões.

Naquele ano, eu participava ativamente de movimentos políticos e era filiado a um partido de esquerda, tinha acabado de encerrar minha atuação no diretório acadêmico da Universidade Federal de Pernambuco(UFPE) e trabalhava em uma ONG (Organização não governamental) feminista, mas, através da minha atuação no evento, percebi que existia uma relativa distância entre defender as causas

relacionadas à diversidade, gênero e sexualidade em discursos formais, distantes, em nome da tolerância, respeito, cidadania e outros “bons sentimentos” e vivenciar de forma mais aproximada os meios e lugares de convívio de determinados segmentos da sociedade. E das lembranças todas que tenho do evento, algo me marcou bastante. O que ficou em mim como o mais significativo registro daquele dia foi a dimensão festiva. Eu, militante de um sectário partido político, fui surpreendido ao me deparar com uma verdadeira festa no espaço onde eu imaginava encontrar vítimas dos mais diversos desrespeitos e injustiças sociais, desfilando suas dores e angústias estampadas nos já previsíveis cartazes e camisetas. Na primeira Parada da Diversidade do Recife encontrei cartazes e camisetas e também música, dança corpos expostos, afetos, beijos, paixões, abraços e reivindicações. A dimensão festiva do evento tinha muito a me dizer a respeito das formas e possibilidades de se fazer política e pensar educação.

Da primeira edição que presenciei até agora, muita coisa mudou em minha vida. De lá para cá, a militância no partido é uma vaga lembrança, já não trabalho mais na referida ONG e participei de várias edições da Parada, tanto no Nordeste quanto na capital do Rio de Janeiro. Há sete anos moro em Duque de Caxias, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, na qual também trabalho. No final de 2016, numa conversa informal com uma amiga, descobri que a cidade também possui sua Parada do Orgulho LGBTQIA+ e que, em 2017, estaria completando 12 anos de existência. Este fato despertou minha curiosidade. Duque de Caxias, o mais populoso município da Baixada Fluminense e terceiro do Rio de Janeiro, com quase um milhão de habitantes, poderia ser o local para desenvolver minha pesquisa de dissertação de Mestrado, pois, além de morador, acredito que seria conveniente desenvolver tal pesquisa numa cidade que não fosse capital, e que, além das diversas particularidades, não se apresenta como uma cidade turística, com tradição em populosas festas de rua, como é o caso do Recife e do Rio de Janeiro. Quais peculiaridades me trariam ao investigar o evento numa cidade da periferia, e não em uma capital?

Movido por estes interesses, o educador que em mim habita, ao ingressar no Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense- FEBF, e participante do grupo de estudos NuDES (Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade), coordenado pelo meu orientador, Prof. Dr. Ivan Amaro, e certificado pelo Diretório de Grupos de Pesquisa

CNPq¹, acreditou que investigar o tema, além do meu particular interesse, poderia articular os vários conhecimentos expressos no próprio nome do programa, como também potencializar as discussões e consolidar as novas aprendizagens que venho adquirindo no referido grupo de estudos. Como procedimento exploratório, o objetivo foi de aproximar-me da temática e verificar o que tem sido produzido a respeito da mesma. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) utilizando, a priori, os descritores “Paradas” e “LGBT”. No primeiro momento foram encontrados 2.600 resultados. Ao restringir mais os filtros, adicionando o termo “Educação” para estabelecer relação com a área do nosso programa, houve uma redução bastante drástica. Foram encontrados 35 resultados, porém nenhum deles focados nas Paradas LGBT como temática central. Ademais, quando encontramos a temática, ela não dialoga diretamente com a educação. Estas buscas me revelaram o quanto as pesquisas neste campo são escassas, historicamente recentes e, portanto, muito necessárias.

Entretanto, antes de adentrarmos diretamente na problemática que envolve a pesquisa, é importante resgatar a historicidade do movimento LGBT e a construção das Paradas em nível nacional, desde a consolidação em todo o país, até a chegada ao município de Duque de Caxias. Assim, contextualizarei de forma mais abrangente até chegarmos à especificidade do município da Baixada Fluminense, que será apresentado mais detalhadamente em um dos capítulos dessa dissertação. É importante também entender a organização interna do evento, como se estrutura no município, e quais os agentes envolvidos na produção, organização e realização, pois assim refletiremos a respeito das influências do acontecimento na cidade e identificar quais as intenções das organizadoras e organizadores e a relação da Parada com a educação, a fim de perceber seu potencial educativo.

As Paradas do Orgulho LGBT, antes denominadas como “Paradas do Orgulho Gay”, certamente representam a dimensão mais evidente e alegre de um movimento maior. Assim, não é difícil afirmar que, mesmo antes da disseminação e consolidação destas, diversos setores da sociedade já se preocupavam na visibilidade das questões referentes ao respeito e à luta por direitos. As Paradas e toda a festividade que envolve o evento trazem consigo marcas históricas de lutas. Simões e Facchini

¹Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2578319118261914>

(2009), sobre o surgimento do movimento homossexual no Brasil, informam que nas grandes cidades brasileiras, já antes dos anos 1950, existiam diversas associações, sobretudo masculinas, que promoviam shows de travestis, concursos de miss e desfiles de fantasias, com intuito de divertir e sociabilizar. Além disso, também eram produzidas, de forma bastante artesanal, diversas publicações entre os anos de 1963 e 1969, com o intuito de divulgar as lutas, bem como visibilizar este grupo social. O *Jornal Snob*, no Rio de Janeiro, foi uma dessas publicações.

Conforme os autores, os anos 1970, sobretudo na primeira metade da década, foram os anos mais repressores da ditadura militar e, paradoxalmente, um período de efervescente contestação cultural e criação artística no país. Durante esse período surgiram publicações que tocavam em temas ligados à homossexualidade e também artistas, grupos musicais e teatrais, como os Dzi Croquetes, Secos e Molhados e Caetano Veloso, que com seus comportamentos e indumentárias contribuíram para quebrar tabus à medida que desafiavam as convenções de gênero. É importante expor que nesse período a história brasileira certamente vivia os reflexos do levante e das manifestações que aconteceram em Nova Iorque, momento histórico chamado como a *Rebelião de Stonewall*. Rubin (1984 apud Rubin 2012) afirma que entre os anos de 1940 e 1960 diversas comunidades que não se encaixavam na visão do comportamento americano do pós-guerra foram alvos de grande perseguição. Homossexuais e comunistas foram vítimas preferenciais das intervenções realizadas pelo governo norte-americano. Exposições sensacionalistas na mídia eram frequentes e tinham como objetivo de eliminar os homossexuais dos espaços públicos, condenando-os à invisibilidade e ao exílio, no que Sedgwick (2007) metaforicamente denominou de “armário”, considerando o “armário” como a representação mais significativa da estrutura de opressão homossexual nos últimos séculos.

Diante deste contexto, em 1968, mais precisamente no dia 28 de junho, o público de um bar em Manhattan, o *Stonewall Inn*, conhecido por ser um clandestino local de encontro da comunidade gay, resolveu resistir às recorrentes batidas policiais e consequentes prisões. Neste dia a polícia perdeu o controle diante da resistência popular e os confrontos atravessaram seis longos dias². A *Revolta de Stonewall* se transformou num marco da virada do movimento LGBT nos Estados Unidos e em todo

² Disponível em: Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 5. n. 7, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 01 jul. 2017.

o mundo o dia 28 de junho passou a ser comemorado como o Dia do Orgulho LGBT³. Assim como nos Estados Unidos, aqui no Brasil, mesmo sem a existência de leis específicas contra homossexuais, também havia muitas perseguições, costumeiras abordagens policiais e recorrentes prisões.

Seguindo as marcas deixadas por *Stonewall* e somando-se ao acúmulo de uma militância sólida, apesar dos limites impostos pela ditadura, no dia 13 junho de 1980, em São Paulo, ativistas do Grupo Somos, a primeira organização em defesa das causas homossexuais, o Movimento Negro e Feminista se juntam para realizar uma histórica passeata contra o que ficou conhecido como “Operação Limpeza” que nada mais era que sistemáticas ações policiais sob o comando do delegado José Wilson Richette, com objetivo de inibir pontos de encontro e aglutinação do público gay, principalmente no entorno do Largo do Arouche e na Rua Vieira de Carvalho no Centro de São Paulo (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Com o fim da ditadura entra em evidência outro perfil de militância no país. Mais precisamente na segunda metade dos anos 1980 e década de 1990, ativistas que possuíam pouco ou nenhum vínculo ou posição ideológica com os tradicionais militantes de esquerda assumem um protagonismo importante nesta luta. Estes novos ativistas focavam suas ações em assegurar o direito à diferença, com muito mais intensidade do que em períodos anteriores, pois buscavam estabelecer em suas práticas uma maior aproximação com o campo institucional (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Neste mesmo período, com o aparecimento da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), a comunidade LGBT leva um duro golpe, pois o vírus HIV é apresentado como “a peste gay”, e a partir disso uma onda de preconceito e discriminação ganha novos contornos. Weeks (2016) aponta para o fato de que é o próprio movimento LGBT que, como principal vítima dos efeitos colaterais causados pela nova epidemia, organizando-se em grupos e ONGs e construindo parcerias com entidades governamentais, promove mas mais rápidas respostas para o

³ É importante destacar que a nomenclatura de referência do movimento de lésbicas, gays, travestis e transexuais adotou a sigla LGBT em 2008, depois de aprovação na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília. Internacionalmente, a sigla mais utilizada é LGBTI, que engloba as pessoas intersex. Órgãos como a ONU e a Anistia Internacional elegeram esta denominação com um padrão para falar desta parcela da população. Antes, o movimento já usou as siglas GLS e GLBT. Assumimos, aqui, a sigla definida pelos representantes do Movimento Social mais amplo que a definiu em sua 1ª. Conferência, mesmo compreendendo a necessidade das demais formas de representação que surgem com o tempo, como LGBTI+, LGBTIQ+, etc.

enfrentamento à doença e por consequência, rearticulam a luta contra o preconceito e homofobia.

Desde então, foram muitas as iniciativas, inclusive governamentais, que sinalizaram para a importância de trabalhar essas questões. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, produzidos pelo MEC (Ministério da Educação), na década de 1990, são um bom exemplo, pois sendo um instrumento construído para orientar professores na busca de novas abordagens e metodologias, também apresentam como uma das propostas de tema transversal a orientação sexual⁴. Outro exemplo de programa governamental que indica, pelo menos no âmbito das políticas públicas mais gerais, o avanço dessa temática no escopo da sociedade, foi o programa Brasil Sem Homofobia (2004), elaborado por Movimentos Sociais LGBT e o Governo Federal no início dos anos 2000. Tal programa teve como intuito combater a violência e preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Essas políticas encontraram ressonância em diversos setores da sociedade por todo o país. Neste sentido, é importante destacar o papel dos Movimentos Sociais e das diversas ONGs que, desde os anos 1990, exerceram papel de extrema relevância para impulsionar políticas de combate à discriminação. Entretanto, apesar do recorrente discurso de tolerância e de diversas ações que vão neste sentido, o Brasil, infelizmente, se destaca pelos altos índices de crimes contra a população LGBT. Quem apresenta orientação sexual dissonante do que convencionalmente se estabeleceu como padrão de normatividade corre o risco de se tornar vítima das mais absurdas formas de violência. No nosso país, de acordo com o Grupo Gay da Bahia⁵, cerca de 445 LGBT's foram assassinados no ano de 2017 e 420 em 2018.

Perante este assustador quadro, as Paradas exercem um importante papel na medida em que são capazes de aglutinar multidões e se apresentarem como instrumento político de autoafirmação identitária e reivindicação de direitos. Ademais, pode contribuir para elucidar diversas polêmicas ou dúvidas do restante da população

⁴Vale destacar que no final de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada. Neste documento, que determina com mais clareza os objetivos de aprendizagem de cada ano de escolaridade, os termos “gênero” e “orientação sexual” foram suprimidos, fato que tem gerado vários debates, insatisfações e denúncias, pois a retirada dos termos representa um retrocesso nas discussões acerca da inserção das temáticas de gênero como Política Pública na Educação brasileira. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 01 jul. 2018 e <https://novaescola.org.br/conteudo/4784/32-respostas-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 01 jul. 2018.

⁵Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2019.

que participa delas. O evento, com as características atuais, surge no Brasil no final dos anos 1990. A primeira Parada LGBT (ainda denominada, à época, como Parada do Orgulho Gay) aconteceu em São Paulo no dia 28 de julho de 1997 e atraiu pouco mais de duas mil pessoas. A terceira edição do evento, no entanto, segundo Simões e Facchini (2009), já contava com mais de 35 mil pessoas. Se na primeira edição o som que animava os participantes vinha de uma Kombi cedida pelo sindicato das costureiras do Estado, a edição de 2017 contava com 19 trios elétricos e, segundo a revista *Veja* em sua edição online⁶, reuniu um público estimado em 3 milhões de participantes.

Se São Paulo foi o lugar pioneiro, rapidamente as Paradas se multiplicaram. Não só nas grandes capitais, mas em diversas cidades periféricas, inclusive com apoio e promoção de prefeituras, ONGs e das mais diversas empresas. É um evento que movimenta o comércio local e dinamiza a economia. Esconder o rosto ou ter sua imagem associada a um evento como este é uma preocupação cada vez menor. Contudo, cabe questionar: As Paradas seriam tão somente momentos de celebração entre os que compartilham das mesmas ideias ou teria, desde o processo de organização, um potencial educativo na medida em que estabelece relações diversas com a cidade e visibiliza reivindicações? Estaria a Parada do Orgulho LGBT e em especial a de Duque Caxias-RJ, construindo pontes, estreitando diálogos e assim cumprindo a função de potencializar as bandeiras que defende a partir de práticas educativas?

A presente pesquisa tem como anseio investigar a existência de processos educativos durante a organização e realização da Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, como os participantes do evento identificam essas questões, quais processos educativos acontecem desde a organização do evento e com qual intencionalidade estes se dão? Para tanto observamos de forma participativa as reuniões de preparação, conversamos com os organizadores e outros sujeitos envolvidos. Analisamos o documento norteador da Parada de 2017, os ofícios expedidos pela organização do evento para entidades e órgãos do poder público, como também nos debruçamos sobre o material de

⁶ **Parada LGBT em São Paulo deve reunir 3 milhões de pessoas.** Revista *Veja*, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/parada-lgbt-em-sao-paulo-deve-reunir-3-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

divulgação. Acompanhamos e participamos na 12^a. Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias, observando todos os momentos de organização prévia, os discursos de representantes de instituições e representantes dos diversos movimentos sociais, além disso, realizamos entrevistas com 21 participantes. Os dados obtidos na pesquisa serão problematizados, não em um capítulo destinado para este propósito específico, mas ao longo de todo o trabalho eles se apresentam. Não com a intenção de revelar verdades ou evidenciar o inquestionável, mas para potencializar as reflexões e análises que serão construídas.

No primeiro capítulo apresento o campo, seus personagens e os pressupostos que me auxiliam na caminhada. No segundo, analisamos os conceitos de sexo/gênero, considerando o quanto estes são perpassados por visões políticas e culturais. Discutiremos a gênese da ideia de homossexualidade como marcador que produz identidades, como também o quanto novos regimes de produção de sexualidade resultam em diferentes configurações de enfrentamento, resistência e luta. Este capítulo é de fundamental importância para apresentar as bases teóricas e conceitos norteadores pelos quais guiamos nossa visão ao adentrarmos no campo. No capítulo seguinte, com a intenção de situar a Parada LGBT de Duque de Caxias em um universo maior em que esta se consolida, discutimos, inicialmente, a contribuição do movimento LGBT na estruturação de políticas de combate à homofobia. Apresentamos a violência contra a população LGBT e os limites e potencialidades de programas como o Brasil Sem Homofobia e seus desdobramentos no Estado do Rio de Janeiro. Antes das considerações finais, no quarto capítulo, problematizamos os intercruzamentos entre Gênero, Sexualidade, Educação, Movimentos Sociais e as potencialidades educativas da Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias. Desta forma, como síntese final da pesquisa, observamos o quanto a Parada, além de potente espaço educativo, pode contribuir para problematizarmos as configurações da Educação em nossa sociedade.

1 A PESQUISA E SEUS POSSÍVEIS

Elias (1994), problematizando a conflitante relação teórica entre indivíduo e sociedade, levanta a questão sobre qual das duas dimensões teria mais relevância em nossas construções histórica e social. Ele recorre a uma antiga comparação usada por Aristóteles, na qual o famoso pensador grego fala do quanto seria impossível compreender a estrutura de uma casa pela simples observação de uma das pedras que a compõe e que, da mesma forma, também não compreenderíamos uma casa qualquer como sendo apenas uma acumulação, um amontoado, um conjunto de pedras. A partir dessa metáfora, Elias (1994) aponta uma linha de pensamento bastante interessante para, se não equacionar, ao menos abrandar as angústias de estudar um acontecimento tão grandioso como a Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias sem ofuscar o brilho de cada indivíduo participante ou, por outro lado, de como considerar a potência de indivíduos que contribuem para a concretização da Parada LGBT sem perder a dimensão global do evento.

Esse conflito que a mim se apresenta como uma nada simples questão metodológica remete a outra aparente contradição, está restrita ao campo das ciências e diz respeito a uma particular controvérsia sobre a cientificidade das Ciências Sociais em comparação com as Ciências da Natureza. Há aqueles que acreditam que, para receber o título de “ciência”, as investigações no campo social deveriam recorrer aos mesmos padrões e procedimentos metodológicos que as ciências naturais, como se, caso contrário, não houvesse possibilidade de objetivação científica em estudar uma realidade da qual nós somos os próprios agentes. Outros defendem que as ciências sociais devem adotar um total distanciamento dos procedimentos que caracterizam as Ciências da Natureza, como se desconfiassem que, ao buscar uma aproximação com a objetivação própria destas ciências, minimizaríamos a riqueza que é estudar as construções, fenômenos e processos sociais (MINAYO, 2002).

Atento para não cair na armadilha de ter que decidir entre a procura pela objetivação dogmática ou o relativismo extremado, o desafio que me imponho e que se transforma em questão chave para trilhar um caminho que, ao contrário de buscar generalizações, considere as possíveis surpresas e desafios ao estudar Educação, Movimentos Sociais, Sexualidade e todos os dinamismos que caracterizam estes

campos, é não perder de vista que qualquer percurso metodológico é uma opção política e, como tal, pressupõe escolhas e riscos. Desta forma, e já deixando indícios das opções aqui adotadas, na próxima seção discutiremos o quanto as correntes pós-estruturalistas apontam para a necessidade de pensar novas metodologias, sobretudo, nas pesquisas no campo das Ciências Humanas.

1.1 A pesquisa nos tempos do agora: características, Potências, Enfrentamentos

Rouanet (1987), ao travar um debate teórico com vários autores que defendem a Pós-modernidade, se coloca numa posição pouco convencional entre os que estudam estas questões. Mesmo fazendo diversas críticas à racionalidade moderna, ele acredita que tais críticas devem ser feitas a partir de instrumentos de análises produzidos pela própria Modernidade e, por consequência, rejeita qualquer perspectiva que aponte para o fato de que adentramos em tempos Pós-modernos. Contudo, durante a discussão, acaba evidenciando um ponto de intercessão ou possível consenso com os que acreditam que vivemos um novo tempo: O fato de que a Modernidade envelheceu (ROUANET, 1987).

Mas de que forma nos ajudaria a pensar Modernidade, seu presumível envelhecimento ou Pós-modernidade em um capítulo que tem por objetivo discutir os percursos da pesquisa?

Para iniciar uma provisória resposta me reportarei a Louro (2007, p. 235) quando diz que: “Durante muito tempo foi considerado imprescindível que pesquisas e textos produzidos no campo da Educação apontassem direções, trouxessem recomendações ou encaminhassem possíveis soluções para problemas”. Esta forma de pensar, e que carrega em suas entrelinhas a ideia de que as ciências devem apresentar respostas precisas, objetivas e inquestionáveis, caracteriza bem como o pensamento Moderno percebe as ciências e de como estas se legitimam a partir da construção de narrativas que pretendem iluminar caminhos e apontar saídas universais em direção linear ao progresso e inevitável salvação do mundo. Foi com base nas grandes narrativas e nas promessas de emancipação humana através do uso da razão que se estruturou o pensamento na parte do mundo que chamamos de

Ocidente. Entretanto, muitos acreditam que estamos em processo de transição ou já embarcamos em outro tempo histórico.

Recorrerei mais uma vez a Rouanet (1987), pois na tentativa de resumir, segundo ele próprio, “com o máximo de imparcialidade os argumentos a favor da tese de que estamos vivendo um momento de ruptura com relação à Modernidade” (ROUANET, 1987, p. 257), o autor atenta para alguns pontos que certamente ajudarão na discussão, como o fato de que na atualidade a economia tem deixado de se basear na produção de bens materiais. Estaríamos embarcando numa sociedade pós-industrial, sem espaço para as hierarquias inflexíveis que regiam o funcionamento das fábricas e apontava a capacidade física dos trabalhadores como o que mais importava. Ainda, segundo o autor, outra característica marcante para distinguir a diferença entre esses tempos históricos seria perceber o papel do Estado, pois antes este se constituía como território privilegiado para a Política, já na Pós-modernidade a sociedade civil ganha relevante destaque, o poder passa a ser difuso e as pretensões políticas são mais segmentadas. As relações cotidianas também estariam se transformando, o contato entre pessoas, com o advento das redes sociais, vem ganhando novas configurações. Enquanto a Modernidade via na Ciência, com base na razão iluminista, a chave para o progresso humano, os novos tempos desconfiariam das generalizações, das respostas prontas, do sujeito racional e da gigantesca fé que este depositava nas Ciências.

A racionalidade tem sofrido duras críticas e perdendo espaço diante das novas configurações que o mundo atravessa. Tanto que no final dos anos 1960 entra em cena uma corrente de ideias que se articulam em função das críticas que fazem à razão iluminista. Esta corrente, inspirada em Nietzsche e Heidegger, chamada de Pós-estruturalista e que inclui pensadores como Derrida, Foucault e Barthes, entre outros, denuncia a racionalidade “na medida em que ela perde sua função subversiva e transforma-se em alibi, agente da heteronomia, adversária do prazer ou instrumento de repressão” (ROUANET, 1987, p. 242). Apesar da impossibilidade de pensar o Pós-estruturalismo a partir das relações que caracterizam a Modernidade, é preciso atentar para o fato de que o Pós-estruturalismo não pode ser confundido com Pós-modernismo, pois se trata de um movimento que, mantendo as críticas que o Estruturalismo fazia ao sujeito humanista, buscou desconstruir a sistemática rígida e pretensões edificantes deste (DINIZ; PEREIRA, 2015).

Assim, é possível evidenciar o quanto o Pós-estruturalismo e as teorias que lhe dão corpo serão melhor entendidas à medida em que compreendermos a crise de paradigmas dos nossos tempos e o quanto, a partir de uma nova concepção de sociedade e mundo, novos paradigmas apontam para possibilidades metodológicas mais coerentes para quem não pretende se render aos padrões previamente estabelecidos e que acredita que estudar Educação e Sexualidade exige novas posturas. Neste sentido, não é difícil perceber que as pesquisas no campo da Educação têm buscado cada vez mais problematizar conceitos como o de igualdade, justiça, democracia, cidadania, e tantos outros que, atrelados à categoria de classe social, até pouco tempo pareciam inquestionáveis. Na mesma medida, ganha espaço as pesquisas que discutem questões de gênero, de raça, de etnia e sexualidades (LOURO, 2016).

Paraíso (2012), observando essas novas demandas e tentando nos fazer refletir o quanto as questões metodológicas têm exigido um esforço de revisão para quem pretende trabalhar com as novas teorias, sobretudo quando considera que tais não possuem receitas prontas ou métodos estabelecidos *a priori*, assinala para o fato de que as inspirações para a construção de uma metodologia podem partir das mais diversas provocações, contudo estas exigem algumas premissas. Paraíso (2012) diz que:

Temos como premissa, em primeiro lugar, que esse nosso tempo vive mudanças significativas na Educação porque mudaram as condições sociais, as relações culturais, as racionalidades. Mudaram os espaços, a política, os Movimentos Sociais e as desigualdades. Mudaram também as distâncias, as geografias, as identidades e as estratégias de “colonizar”, de educar e de governar. Mudaram os pensamentos, os raciocínios, os modos de “descolonizar” os mapas culturais (PARAÍSO, 2012, p. 26).

Sem a pretensão de assumir rótulos ou me associar pragmaticamente a alguma corrente teórica específica, é evidente que o mundo atravessa transformações se que estas afetam não só concepções de Ciência, mas também, de maneira muito particular, o papel do pesquisador. Desta maneira, nossos valores e crenças tanto determinam a escolha das questões a serem investigadas, quanto influenciam nossas opções metodológicas (FREITAS, 2007). Sendo assim, atrevo-me a dizer mais uma vez que meu trabalho não é neutro, é parte de um interesse profundo pelas questões abordadas e traz consigo o claro posicionamento político de quem percebe as Paradas LGBT como um potente espaço de luta contra o sexismo, a homofobia, a

lesbofobia, a bifobia e a transfobia. Dito isto, e considerando que o objeto da presente pesquisa é averiguar processos educativos na Parada LGBT de Duque de Caxias, o nosso campo de investigação inevitavelmente é a própria Parada. Desta forma, consideramos que seria relevante acompanhar os processos anteriores, a organização, a construção do evento, pois dessa maneira poderíamos refletir sobre intencionalidades educativas, ou não, durante o processo de preparação. Sendo assim, optamos pela observação participante, na qual, segundo Cruz Neto (2002):

A importância desta técnica reside no fato de podermos captar uma veracidade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (CRUZ NETO, 2002, p. 60).

Estive presente em três das cinco reuniões de organização do evento em 2017 e, seguindo o objetivo de acompanhar os processos organizativos, participei das discussões e tive acesso às trocas de mensagens no grupo de organização pelo *WhatsApp*, no qual fui adicionado. A aproximação com os/as organizadores aconteceu graças ao contato via redes sociais com um dos organizadores do evento, este indicado pelo meu orientador. O primeiro contato aconteceu nos primeiros dias de maio de 2017, contudo, o primeiro encontro presencial só ocorreu cinco meses depois, no dia 23 de outubro de 2017. Fui até o Centro de Referência da Cidadania LGBT-Baixada I, localizado na Avenida Expedicionário José Amaro, no Centro de Duque de Caxias, encontrar com Ernane Alexandre⁷, pois além de ser seu local de trabalho, é onde acontecem os encontros e reuniões do Grupo Pluralidade e Diversidade (GPD), ONG que organiza o evento no município.

Meus principais interlocutores foram Ernane Alexandre, Sharlene Rosa e Nilson Santos, e com estes foram realizadas entrevistas semiestruturadas durante o período que antecedeu a Parada de 2017. Posteriormente, entrevistamos Márcia Nobua, integrante do GPD que assumiu a presidência do grupo em 2018. Ainda, com o mesmo intuito de investigar os processos educativos que acontecem no evento, entrevistamos os coordenadores de duas ONGs⁸, que realizam trabalhos de

⁷Em 2018, Ernane Alexandre assumiu a Superintendência de Políticas Públicas LGBT, do Programa Estadual *Rio Sem Homofobia*.

⁸O Grupo Pela Vidua do Rio de Janeiro (GPV-RJ) e a Associação Missão Resplandecer (AMIRES) são organizações não governamentais que trabalham com Saúde, Educação e Cidadania LGBT. Na

assistência à população LGBT na Parada de Duque de Caxias, a saber, Thiago Xisto, coordenador da ONG AMIREs e Márcio Villard da ONG Grupo Pela Vidda-RJ. A opção por entrevistas semiestruturadas foi por acreditar que estas, por não estarem condicionadas a uma padronização das respostas, nos permitiriam acatar as inferências dos entrevistados, expandindo nossa percepção sobre as questões levantadas. Além das idas ao Centro de Referência da Cidadania LGBT-Baixada I durante as referidas reuniões de organização, considerando que lá é o local em que parte dos integrantes do GPD trabalha, estive presente por mais três vezes para tirar dúvidas e levantar informações. Assim, tive acesso a documentos, como os ofícios enviados a diversas entidades e setores públicos, tal como ao documento que norteou a organização do evento para 2017.

No dia do evento, com o objetivo de investigar como os espectadores percebem o caráter educativo da Parada LGBT de Duque de Caxias, entrevistamos 21 participantes. Os/as escolhidos/as para estas entrevistas foram selecionados de forma aleatória. Dividimos as perguntas em dois grupos: na primeira parte, conforme pode ser visto na tabela abaixo, as perguntas têm o objetivo de localizar os/as entrevistados/as a partir da idade, profissão, escolaridade, local de residência, gênero e orientação sexual, constituindo uma série de perguntas e respostas mais objetivas.

Quadro 1 - Resultado das entrevistas com participantes do evento

NOME	IDADE	IDENTIDADE DE GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO	ESCOLARIDADE
Solange	46	F	Heterossexual	Duque de Caxias		
Marcelo	48	M	Homossexual	São João de Meriti		EM ⁹
Lucinaldo	52	M	Homossexual	São João de Meriti	Trabalha com alimentos	EM
Carol	24	M	*Me interesso por meninas	Duque de Caxias		9º ano EF

Parada de Duque de Caxias distribuíam preservativos e propagandeavam seus serviços. O Grupo Pela Vidda realiza no evento testes gratuitos para detectar o vírus HIV.

⁹ Ensino Médio

Samara	16	F	Heterossexual	Duque de Caxias		3º ano EM
Mila	20	M	Homossexual	Nova Iguaçu	Empresa de proteção veicular e DJ	
Juan	21	M	Homossexual	Duque de Caxias	Recepcionista em uma pensão	EF ¹⁰
Vanessa	34	F	Heterossexual	Magé	Advogada	Graduação
Anderson	20	M	Homossexual	Magé		Graduação
Daniel	21	M	Homossexual	São João de Meriti		Graduação
Ketelen		F	Lésbica	Duque de Caxias		EM/Técnica de enfermagem
Débora Class	48	M	Travesti		Cabeleireira	
Maria da Conceição	40	F	Homossexual	Duque de Caxias	Babá	EM/Técnico de administração
Taiane	15	F		Belford Roxo		9º ano/EF
Cacau	33	F	Heterossexual	São João de Meriti	Pesquisadorado Instituto Evandro Chargas	Graduação
Joseane		F	Heterossexual	Duque de Caxias	Atendente (Fast Food)	EM
Erick		F	*Sou gay	Magé		
Felipe		M	Homossexual	Duque de Caxias	Cozinheiro	
Larissa	19	F	Pansexual	Duque de Caxias		EM incompleto
Jonas	17	M	Homossexual			
Marcelo		M	Homossexual		Vendedor de Acarajé e coordenador executivo do Instituto cultural de apoio e pesquisa às tradições Afro e membro Associação nacional de vendedores de Acarajé	

Fonte: O autor, 2018.

¹⁰ Ensino Fundamental.

Na segunda parte, perguntas que provocavam uma resposta mais ampla, tais como “O que você aprende com a Parada LGBT? Qual mensagem a Parada passa para você?” objetivavam identificar de que maneira a Parada pode se constituir em um espaço educativo, sendo os resultados obtidos apresentados e problematizados ao longo do texto.

1.2 A Parada LGBT de Duque de Caxias como campo investigativo

A Parada LGBT acontece sobre o solo da Avenida Brigadeiro Lima e Silva, percorre um pouco mais de 500 metros da principal avenida do centro da cidade de Duque de Caxias - RJ. No dia do evento foram montadas seis tendas para que as equipes da Guarda Municipal, brigadistas do Corpo de Bombeiro, Defesa Civil, equipe do GPD e duas ONGs¹¹, o Grupo Pela Vidda do Rio de Janeiro (GPV-RJ) e a Associação Missão Resplandecer (AMIRES), que trabalham com saúde e prevenção de DST's, pudessem se instalar. Havia um efetivo da Polícia Militar especialmente destacado para atender o evento, como também, além dos grupos já citados, funcionários da Secretaria de Saúde, que se posicionaram em um posto/ônibus devidamente estacionado na Praça Humaitá, local de passagem da Parada.

Em 2017, foram confeccionados 15 mil boletos de propaganda e 05 unidades de *outdoor* espalhados pela cidade. No dia do evento 60 banheiros químicos foram distribuídos em locais de grande circulação. O público estimado para o referido ano era de cerca de 200 mil participantes, colocando a Parada LGBT como o maior evento de massa da cidade e a 3ª maior Parada do Rio de Janeiro em número de participantes, ficando atrás apenas das de Niterói e Copacabana¹². A concentração estava marcada para iniciar às 13h. Um pouco antes deste horário pude observar a companhia de energia elétrica que, atendendo ao solicitado pelos organizadores do evento, instalavam iluminação extra em pontos previamente definidos; a colocação

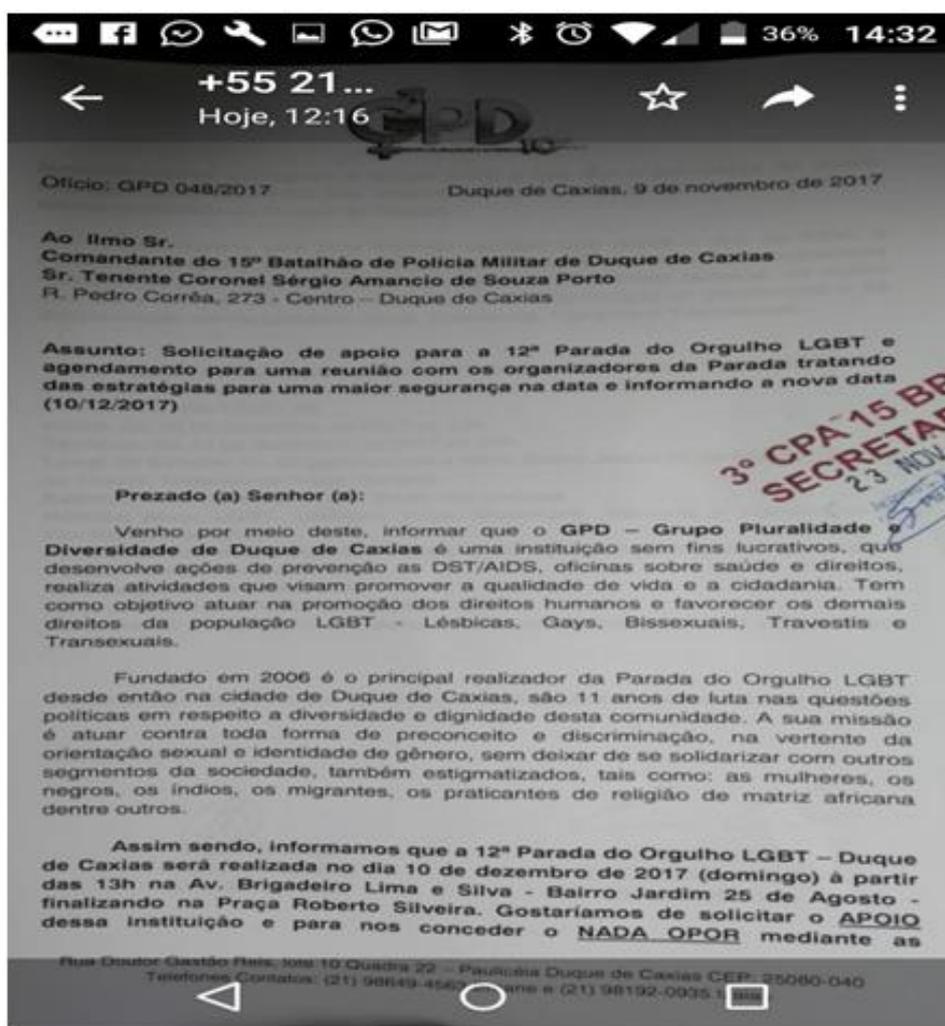
¹¹O Grupo Pela VIDDA do Rio de Janeiro (GPV-RJ) e a Associação Missão Resplandecer (AMIRES) são organizações não governamentais que trabalham com Saúde, Educação e Cidadania LGBT. Na Parada de Duque de Caxias distribuíram preservativos e propagandeavam seus serviços. O Grupo Pela Vidda realiza, no evento, testes gratuitos para detectar o vírus HIV.

¹²Dados fornecidos pelo GPD no documento *12ª Parada do Orgulho LGBT Duque de Caxias* - 10 de dezembro de 2017.

dos banheiros químicos, a distribuição de camisetas com a logomarca da Parada aos vendedores credenciados¹³.

Vale destacar que, para a participação de cada entidade envolvida, uma solicitação formal de apoio, segue abaixo, era devidamente protocolada pelo GPD; ao todo, mais de 30 ofícios foram emitidos. Nos dois primeiros parágrafos do documento, há uma apresentação do GPD, destacando o trabalho que realiza, o público que atende, e sua missão na luta contra o preconceito e a discriminação.

Figura 1 - Foto do ofício expedido pelo GPD



Fonte: Arquivo do GPD (2017).

¹³Os vendedores ambulantes e comerciantes interessados em trabalhar na 12ª Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias foram credenciados pela organização do evento, mediante uma taxa em dinheiro. Os credenciados recebiam um *kit* contendo camisa e pulseira de identificação com a marca do evento.

Foram enviados ofícios para mais de 30 órgãos e entidades e representantes da sociedade civil, entre eles o Batalhão da Polícia Militar de Duque de Caxias, a 59ª Delegacia de Polícia Civil, a Delegacia da Mulher, as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, as Secretarias Municipais de Educação, Limpeza Urbana, Meio Ambiente, Comunicação, as empresas de ônibus que circulam no itinerário do evento, aos vereadores do município, hospitais públicos e particulares do município, Vara da Infância e Juventude, etc.

Na Avenida, limpa de tal forma que nem os vestígios da maior feira ao ar livre do Rio de Janeiro, que acontece a poucos metros dali, eram percebidos. Havia três trios elétricos e um ônibus da estação de rádio *FM O Dia*. A música nos trios começou a animar o ambiente por volta das 14 horas da tarde. Naquele domingo, o sol era intenso e o céu de um azul radiante e uma atmosfera tão colorida quanto às cores das bandeiras do arco-íris que aos poucos iam ocupando os espaços.

1.2.1 O tema

Para reforçar o caráter político, todos os anos, como acontece em outras cidades, decide-se por um tema que tem como finalidade expressar o caráter reivindicatório no campo dos direitos e dialogar de forma sucinta com a sociedade. O tema da Parada passa a fazer parte do material de divulgação do evento. De modo geral, os temas apresentam caráter reivindicatório ou de denúncia. Percebe-se, a partir da leitura visual dos cartazes, que estes temas abordam assuntos de notória repercussão nos espaços públicos. Um bom exemplo disso foi em 2014, quando, por conta dos jogos da Copa do Mundo aqui no Brasil, o tema escolhido foi “Discriminação é gol contra! Cartão vermelho para a homofobia”, que, além da referência ao campeonato esportivo, deixava claro o combate aos preconceitos de gênero, principalmente vinculados à comunidade LGBT.

Figura 2 - Cartaz de Divulgação 9ª Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias



Fonte: Arquivo do GPD (2014).

Já na edição de 2017, em meio aos diversos protestos contra o presidente interino Michel Temer, se fez uso de um trocadilho que, para além de marcar uma posição crítica ao governo, denunciava a violência contra a população LGBT. Assim como a figura 3 nos mostra a divulgação da Parada de 2017:

Figura 3 - Cartaz de Divulgação da 12ª Parada LGBT de Duque de Caxias



Fonte: Arquivo do GPD (2017).

Ernane Alexandre, uma das lideranças da organização, sinalizou como acontecem essas escolhas quando nos informou como foi definido o tema da Parada 2017:

Nos últimos anos, 2015, 2016 e 2017, nós percebemos um número altíssimo de violência contra a população LGBT aqui na Baixada Fluminense por estarmos trabalhando diretamente com o DHBF, que é a Divisão de Homicídio da Baixada Fluminense, junto com o Dr. Geniton, Dr. Fábio Cardoso e Dr^a Juliana Amorim. Percebemos que tínhamos mais de 35 casos de tentativa de homicídio desta população. E, segundo informações da própria DHBF, houve um aumento no índice. Aproveitamos, também, esta questão do Temer. Por isso, o tema: “Basta de violência, vamos amar sem Temer”, havia toda essa repercussão envolvendo o *impeachment* da Dilma e o fato do Temer ter assumido a presidência. A gente aproveitou e fez essa dobradinha: *basta de violência, vamos amar...* A ideia era que a gente pudesse realmente olhar o próximo com mais amor, mais carinho, mais afeto e não com tanta homofobia, LGBTfobia, com violência (Informação verbal)¹⁴.

1.2.2 A cidade

Raimundo Carrero (1992), jornalista e escritor Pernambucano, na tentativa de descrever toda a complexidade e contradições da cidade em que reside, a compara com uma sinfonia. A sinfonia é composta por vários movimentos, dos mais lentos aos mais rápidos, passando por várias moderações. Certamente, com esta imagem poderíamos iniciar a descrição de qualquer grande cidade brasileira. Duque de Caxias se enquadraria perfeitamente nesta comparação, uma cidade com aproximadamente 900.000 habitantes (IBGE, 2010) guarda em si infinitas possibilidades e os mais diversos movimentos. A maior Parada do Orgulho LGBT da Baixada Fluminense acontece na terceira maior cidade em números de habitantes do Estado, ficando atrás apenas da capital e do município de São Gonçalo (IBGE, 2010). Na Figura 4, temos o mapa dos municípios que compõem a denominada Baixada Fluminense:

¹⁴ ALEXANDRE, Ernane. Entrevista I. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

Figura 4 - Mapa da Baixada Fluminense



Fonte: Luiz, (2018).

Duque de Caxias, que tem em seu nome explícita homenagem ao patrono do Exército Brasileiro, é uma cidade de contradições. Grande em território, possui quatro distritos. No primeiro, próximo ao centro da cidade, fica o bairro Jardim 25 de agosto, local onde acontece a Parada. A indústria, os setores químicos, petroquímicos e de gás são os motores da economia, alçando o município ao terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) do Estado e o segundo município arrecadador de ICMS do Rio de Janeiro. Contudo, através do Mapa da Pobreza e da Desigualdade - Municípios Brasileiros (IBGE), Duque de Caxias possui um índice de 53,53%, ficando à frente apenas de Itaboraí (59,43%), Belford Roxo (60,06%), São Francisco de Itabapoana (62,65%), Magé (64,02%), Queimados (67,52%), Tanguá (68,12%) e Japeri (76,37%).

De clima tórrido no verão e aparência agreste o ano todo, a cidade possui poucas opções de lazer. Neste sentido, Moraes (2011), como resultado de entrevistas para a sua dissertação de Mestrado, aponta a importância dos bares próximos à Universidade Unigranrio, no bairro Jardim 25 de Agosto, e algumas atividades culturais no Teatro Raul Cortez e o Shopping Caxias como as principais opções de lazer. Uma pequena vanguarda cultural, com destaque para o Cineclube Mate com Angu, o coletivo AMO Crew – Afro Mulheres Negras de Opinião, a festa Realeza e o movimento coletivo Baphos Periféricos, que tão bem representam a cena LGBT local, também aparecem como destaque para visibilidade.

2 GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE COMO FENÔMENOS HISTÓRICO-SOCIAIS

Distinções entre os conceitos de gênero e sexo eram, e em certa medida ainda são, a tônica dos debates entre estudiosos da área. A divisão ainda hoje tem servido para questionar qualquer interpretação que associe a condição feminina a aspectos biológicos. Se ao termo “sexo” se atribui às diferenças biológicas que distinguem o macho da fêmea, o conceito de gênero apareceu para problematizar a noção de que a biologia determina essas diferenças. No entanto, estudos mais atuais (BUTLER, 2003; NICHOLSON, 2000; FAUSTO-STERLING, 2001; CONNELL, 2015) apontam para outras perspectivas e consideram que tanto gênero quanto sexo não podem ser interpretados como categorias independentes.

Butler (2003) defende que o conceito de sexo também é uma construção histórica, e desta forma, seria tão culturalmente construído quanto o próprio conceito de gênero, “de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 25). Nicholson (2000) atenta para o fato de que o próprio corpo e as diversas maneiras como ele se apresenta, só pode ser reconhecido a partir de interpretações sociais, sendo assim, não faria sentido discutir o sexo como um dado puramente biológico do qual o conceito de gênero se opõe. Para a autora, sexo e gênero não podem ser analisados de forma independente. Questionar estes conceitos, percebê-los como indissociáveis ou insistir no esforço para analisá-los separadamente é enveredar por espaços entremeados por fecundas discussões. Desigualdades, hierarquias, discriminação, assim como a possibilidade de superação destas, são evidências das relações de poder que acompanham estes conceitos. Da mesma forma, a ideia de sexualidade também atravessa transformações significativas. Quando Foucault (2017) questiona o entendimento de que, desde o século XVIII, vivenciamos uma repressão da qual o sexo teria sido condenado ao silêncio e aponta para uma propagação dos discursos sobre o assunto, abrem-se outras perspectivas de análises em que a sexualidade é vista não mais como uma pulsão natural, mas como elemento de um elaborado dispositivo de controle e construção de determinados discursos de verdades.

Neste capítulo problematizaremos a sexualidade como um dispositivo capaz de controlar e produzir determinados discursos. Analisaremos sexo/gênero, evidenciando o quanto estes são perpassados por visões políticas e culturais.

Investigaremos a gênese da ideia de homossexualidade como marcador de identidades individuais e coletivas e, por fim, abordaremos novos regimes de produção da sexualidade e diferentes configurações de enfrentamento.

2.1 A sexualidade como dispositivo histórico

Em 1987, o psicanalista Roberto Freire lança um livro que o tornou bastante popular entre uma parcela da juventude brasileira: *Sem tesão não há solução*. Este livro se baseia nos conceitos do psicanalista Wilhelm Reich e no livro *Eros e civilização*, de Herbert Marcuse, para discutir o papel do prazer sexual na liberdade individual e nas lutas coletivas. A hipótese defendida no livro é de que existiria, em cada pessoa, uma pulsão sexual criativa, libertária, mas fortemente reprimida pelas instituições de poder. Esta pulsão sexual, inerente aos sujeitos, teria sido ao longo dos últimos séculos duramente reprimida pela burguesia. As formulações de Freire (1987) são bastante atraentes para quem considera que as pulsões sexuais são expressões de uma essência e, desta forma, vividas universalmente da mesma maneira. Contudo, acreditar que a sexualidade faz parte de uma configuração humana natural é desacreditá-la como dispositivo histórico e social.

Foucault (2017) defende que os discursos que giram em torno do tema foram produzidos para estabelecer lógicas de controle sobre a sexualidade e que, ao invés da repressão, houve uma “explosão discursiva” sobre o assunto. O autor afirma que os discursos sobre sexualidade não foram reprimidos, pelo contrário, foram expandidos. Foucault (2017) fala de como ao longo da história as instituições de poder que surgiram com a Modernidade fizeram uso de discursos sobre o sexo para controlar, inibir, proibir e aprisionar. Quanto mais se consolidavam as grandes cidades, e quanto mais complexas se tornavam as relações sociais, mais necessidade havia de controlar a vida dos membros destas, aumentando a preocupação em definir os padrões de conduta individual e disciplinar a vida sexual. O autor conta que até meados do século XVII as práticas sexuais, como também falar sobre o tema, eram questões vivenciadas sem o peso da moralidade que passou a imperar a partir do século XIX. Os corpos não provocavam os escândalos que passaram a provocar.

Foi, sobretudo, a partir da chamada era vitoriana que a sexualidade começou a se transformar em assunto controlado, segredo quase que exclusivo dos casais casados, proferido entre quatro paredes, sob sisudo decoro. Ainda segundo Foucault, o pensamento da época acreditava que, por conta das novas configurações do trabalho, não se deveria permitir que energias fossem gastas com prazeres sem que estes se submetessem a um rígido controle. As sexualidades espúrias, as que resistiam teimosamente às estabelecidas normas da boa conduta, deveriam ser confinadas em lugares próprios, como as casas de prostituição. O discurso sobre o sexo passou a ser controlado de tal forma que até os dias de hoje, como acontecia com os primeiros psiquiatras do século XIX que pediam desculpas para tratar do assunto, o tema ainda é tratado com os mais variados cuidados. Vale ressaltar que o tema foi em certa medida controlado, mas, de forma alguma abolido. Nas palavras do próprio autor:

Talvez tenha havido uma depuração – e bastante perigosa – do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica da alusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: polícia dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais interlocutores [...] Em compensação, no nível dos discursos e de seus domínios, o fenômeno é quase inverso. Sobre o sexo – discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto – não cessaram de proliferar (FOUCAULT, 2017, p 19).

A discussão trazida por Foucault (2017) evidencia o quanto a sexualidade, ao contrário de ser um dado natural, é um elaborado processo de construções sociais. Não existe naturalidade em sua configuração. O campo da sexualidade é arena de disputas históricas. Laqueur (2001) apresenta uma formulação bastante interessante para reforçar o que aponta Foucault (1982) sobre sexualidade como dispositivo histórico. O autor relata que ao ler manuais de parteiras do século XVII percebe a associação que se estabelecia entre o orgasmo feminino e a concepção. Compreendia-se que o orgasmo seria a condição básica para que as mulheres engravidassem. Contudo, dois séculos depois a Ciência duvidava inclusive da veracidade do orgasmo feminino. Investigando quais mecanismos fizeram com que os discursos, durante um período e outro, se transformassem, o autor descreve como se constrói o pensamento de que mulheres e homens são diametralmente opostos e como, considerando essas diferenças pretensamente biológicas, vários papéis sociais são estabelecidos.

Reforçar a ideia de que a mulher não precisaria sentir prazer para a concepção foi, segundo Laqueur (2001), um passo importante para acentuar uma divisão radical entre os sexos, pois se de um lado construíam a visão de que as mulheres não precisariam sentir prazer, por outro, aos homens é atribuído o papel oposto. Para consolidar essa diferença, vai desaparecendo a perspectiva de que os órgãos masculinos e femininos eram os mesmos, e que o único fato que os distinguia era que nos homens os órgãos eram externos e nas mulheres internos. Com o passar do tempo, mesmo sem haver uma ruptura temporal precisa, a ideia do sexo único foi sendo substituída pela acentuação cada vez maior na diferença entre os dois sexos. Essa mudança de concepção, mesmo tendo uma forte retórica científica, tinha em suas bases questões sociais e, sobretudo, políticas (LAQUEUR, 2001).

A consolidação de explicações biológicas para as diferenças entre homens e mulheres e, por consequência, das expressões da sexualidade, edificaram a percepção de que esses aspectos fazem parte de uma essência atemporal, imutável. Sendo assim, ao definir o que é “natural”, definimos também o que não se enquadra em determinada visão de naturalidade. Ao que fica de fora apontamos como anormal, desviante, patológico, a exemplo de como por muito tempo foi vista a homossexualidade. Pensar os discursos de sexualidade como dispositivos históricos e perceber que estes não são estáveis, nos remete ao atual momento político do país, em que discursos conservadores ameaçam garantias forjadas na luta e mobilizações. Contudo, reafirmando que a arena da sexualidade é campo de disputas, compreender os processos que estão em ação no tempo presente é de fundamental importância para evitar retrocessos. Sendo assim, seguiremos problematizando os discursos que naturalizam as diferenças entre homens e mulheres, como também o quanto o entendimento a respeito de sexo/gênero baliza concepções e disputas políticas.

2.2 “Meninos vestem azul, meninas vestem rosa”: revisando o conceito de gênero

A regra geralmente aceita é que rosa é para os meninos, e azul para as meninas. O motivo é que o rosa, sendo uma cor mais decidida e forte, é mais apropriado para meninos. Enquanto o azul, que é mais delicado e gracioso, é mais bonito para a menina.

A epígrafe acima foi escrita em uma revista de moda norte-americana intitulada *Earnshaw*, no ano de 1918. A publicação foi encontrada pela professora Jo B. Paoletti da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, e transcrita em seu livro *Pink and Blue: Telling the Boys from the Girls in America*, ainda sem tradução para o português¹⁶. A escolha da epígrafe não se deu por acaso, pois além de pontuar com muita precisão o tema proposto para esta subseção, se apresenta como contraponto para um inusitado episódio da recente cena política brasileira.

No dia 03 de fevereiro de 2019, as redes sociais foram tomadas por um vídeo que mostrava a nomeada ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, pasta criada pelo presidente Jair Bolsonaro, comemorando sua posse. No vídeo, Damares Alves bradava que se iniciava “uma nova era no Brasil”, em que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”¹⁷. Permeando a fala da ministra existe uma visão extremamente essencializada de gênero. Há por trás desta visão a crença de que meninos e meninas nascem predeterminados para cumprir certos comportamentos e papéis sociais. Falar em gênero a partir desta premissa levará ao desacerto de compreender este conceito como simples marcador de diferenças entre homens e mulheres. Ao contrário, o conceito deveria nos fazer refletir o quanto esta categorização é marcada por configurações políticas, históricas e até mesmo econômicas (SCOTT, 1995).

Determinada visão do gênero exerce um enorme poder coercitivo sobre os corpos mesmo antes do nascimento. Basta considerar o quanto, desde a descoberta da gravidez, construímos expectativas e planos a partir da configuração da possível genitália. Esses planos se refletem na preparação do enxoval, na cor do quarto, das roupas e na escolha dos brinquedos. As meninas, invariavelmente, ganham presentes que remetem a atividades domésticas: panelinhas, casinhas, bonequinhas etc. Estes mecanismos cumprem a função de treiná-las em papéis esperados para o gênero

¹⁵Do artigo: HANCOK, Jaime Rúbio. Os meninos não se vestiram sempre de azul, nem as meninas de rosa. **Journal El País**, México, 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/estilo/1546614596_209570.html. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁶Do artigo: HANCOK, Jaime Rúbio. Os meninos não se vestiram sempre de azul, nem as meninas de rosa. **Journal El País**, México, 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/estilo/1546614596_209570.html. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁷PAINS, Clarissa. Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares Alves em vídeo. Rio de Janeiro: Globo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em: 20 jan. 2019.

feminino. Do mesmo modo, os meninos ganham bolas, armas de brinquedo e carrinhos, encaminhando-os para a vida pública, preparando-os para a competição e violência, edificando o que habitualmente se espera para o gênero masculino (BENTO, 2010, p. 03). Preparar um corpo para que desempenhe um papel de gênero não é tarefa simples. O primeiro passo neste sentido é estabelecer uma relação direta entre a genitália (pênis ou vagina) e os papéis sociais que este corpo, conduzidos pela lógica heterossexual, deve desempenhar.

Desta maneira, não há naturalidade alguma nos registros de gênero. Moore (1997) fala de como o termo “natural” aparece nos debates com a intenção de reforçar diferenças comportamentais e de como o uso deste termo robustece a enganosa imagem de que diferenças entre homens e mulheres são inquestionavelmente biológicas. A autora exemplifica seu argumento citando a relação que ainda se supõe existir entre o perfil agressivo e a existência de alguns hormônios masculinos. A afirmação de uma essência que nos define sexualmente fez, e ainda faz, com que percebamos diferenças entre o masculino e o feminino como algo imutável. Essa visão caracteriza de forma bastante acentuada o pensamento médio e foi legitimada, inclusive, por discursos científicos.

Pensar que os seres humanos se dividem a partir de dois sexos biológicos e que esses são diametralmente opostos em estrutura cognitiva, emocional e física, se estabeleceu de forma bastante enraizada no senso comum junto a outras construções ideológicas, tais como a noção herdada da tradição cristã de que o sexo é algo sujo e pecaminoso e a crença numa escala hierárquica de valores entre os atos sexuais. Escala que enxerga nas relações heterossexuais maritais com fins reprodutivos, a conduta padrão, enquanto coloca transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas e prostitutas no mais degradante e baixo nível desta absurda escala, reforça preconceitos e vem servindo de base para as mais diversas atrocidades (RUBIN, 2012).

Fausto-Sterling (2001), contribuindo para problematizar sexo/gênero, lembra que até o final dos anos de 1960 as mulheres que disputavam as Olimpíadas eram obrigadas a se mostrar nuas para os organizadores dos jogos atestarem, a partir da confirmação de seios e vagina, sua feminilidade. Devido ao constrangimento e recorrentes reclamações, o comitê Olímpico Internacional passou a adotar testes cromossômicos. Contudo:

[...] esse teste, e também a reação em cadeia de polimerase, mais sofisticada para detectar pequenas regiões do DNA associadas com o desenvolvimento de testículos que o COI usa hoje, não podem fazer o que o COI quer que façam. O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe o isso ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 19).

Assim, Sterling (2000) evidencia o quanto nossos corpos são complexos, exigindo problematizações para além da tentativa de categorizá-los a partir da aparência física, da mesma forma que também a ciência é incapaz de elaborar respostas precisas sobre as diferenças sexuais e formas de vivenciar a sexualidade.

Ainda sobre o discurso que “naturaliza” essas diferenças, Connell (2015) trata do que ela chama de “indústria de psicologia pop” como aquela que tenta nos convencer do quanto a forma de estruturar o pensamento, de sentir e expressar emoções, e nas mais diversas capacidades, homens e mulheres são essencialmente opostos. Essas ideias que aparecem nas divertidas comédias românticas cinematográficas ou em livros que vendem milhões de cópias mundo afora, são dá mais completa irresponsabilidade científica, contudo de popularidade inquestionável. A autora transcorre a respeito do trabalho das ciências que, a partir dos anos de 1980, investigam a suposta dicotomia entre homens e mulheres. Inúmeras pesquisas, sobretudo nas áreas da psicologia, evidenciam o quanto as possíveis e tão insistentemente difundidas diferenças são bastante insignificantes diante das similaridades.

Connell (2015) alerta para o perigo de interpretações que identificam nas diferenças biológicas explicações para dicotomias constitutivas entre homens e mulheres. Segundo a autora, nossos corpos são resultado do que fazemos cotidianamente, da prática de atividade física ou não, da ação da idade, da qualidade da alimentação, dos tratamentos estéticos, das interferências cirúrgicas, doenças, traumas, práticas sociais e uma infinidade de experiências. Desta forma, cada corpo tem uma trajetória única e, durante o particular processo de consolidação destas, vai conectando, articulando processos corporais, sociais e históricos. O resultado destas conexões é chamado pela autora de “corporificação social”. Neste sentido, o gênero seria uma forma específica de corporificação. Para entendê-lo precisamos considerar o quanto ele é resultado do entrecruzamento de processos sociais e corporais. A autora identifica duas formas recorrentes de pensar gênero e as denomina como

“corpo como máquina” e “corpo como tela”. A primeira vê nas formulações biológicas os alicerces para explicar relações de gênero. A outra credita à cultura a exclusiva responsabilidade sobre as diferenças entre homens e mulheres. Contudo, conclui qualquer tentativa de analisar o corpo e as relações que este estabelece, apenas sobre o viés biológico ou interpretá-lo considerando exclusivamente as interações sociais, perpetuaria um recorrente equívoco.

O gênero, segundo Weeks (2016), é bem mais que uma simples categoria de análise. Gênero é relação de poder capaz de definir o que é ou não necessário em relação aos padrões e maneiras de viver a sexualidade. Pautado nas discussões de gênero produzimos entendimentos sobre o que é correto, normal e aceitável. Sendo assim, não é difícil perceber o quanto reiterar a crença em papéis rígidos, acreditar que há uma intransponível barreira entre masculinidade e feminilidade, é reforçar caricatos binarismos, maldosas divisões, arrogâncias hierárquicas, homofobias, opressões, preconceitos e variadas formas de violência. Dito isto, examinaremos a construção da homossexualidade com a intenção de seguir problematizando o quanto a tentativa de resumir e regular as expressões da sexualidade são técnicas de poder elaboradas ao longo da História.

2.3 A invenção da homossexualidade

Fischer (2008) narra, em uma das suas crônicas, o espanto de um grupo de homens gays diante do amigo que se envolveu amorosamente com uma mulher. Perguntas e questionamentos a respeito da orientação sexual do amigo é a direção do texto. Seria ele um heterossexual “enrustido”? Será que mudou como resultado da arrebatadora paixão? O namoro seria uma secreta e pontual conveniência? Deixou ou não de ser gay? Essas perguntas evidenciam as dificuldades do grupo em aceitar o livre trânsito do desejo e o quanto essa fluidez acaba por ameaçá-los.

Sabemos que a construção das identidades, não só a identidade sexual, mas as de gênero, raça, classe e todas as outras, são culturais. Identificar-se, reconhecer-se a partir de uma determinada identidade, ou de algumas identidades é comprometer-se, é construir relações de pertencimento, mesmo que provisória, com determinado grupo social. Nossas identidades, além de serem plurais, são fluidas,

históricas, transitórias, fragmentadas etc. Pela importância que a sexualidade adquiriu em nossas vidas, pensar identidade sexual ou de gênero como passível de fluidez parece um gigantesco desafio. Um operário, por exemplo, que se torne patrão, transitaria de uma identidade para outra sem muitas controvérsias, mas a situação não seria a mesma se o mesmo resolve mudar sua identidade de gênero, passando a se apresentar como mulher (LOURO, 2016). Desta maneira, o dilema vivido pelos personagens da obra literária acima citada não parece estranho quando transposto para nossas memórias cotidianas. Quantas vezes nos deparamos fazendo o exercício de encaixar alguém numa determinada identidade sexual e, assim, marcar definitivamente esta pessoa na rigidez de nossas definições?

Nesta discussão o corpo tem importância fundamental. Esperamos ler no corpo alheio as marcas inequívocas que traduziriam, com precisão, sua identidade. Deixamos de percebê-lo como construções social e histórica; a forma como o reconhecemos é significada a partir das relações culturais e desta maneira, mudam a partir do contexto, do tempo histórico, da passagem do tempo sobre o próprio corpo, das intervenções cirúrgicas e até mesmo dos hábitos e posturas corporais que adquirimos. Para Louro (2016), as marcas pelas quais procuramos identificar os corpos, ao mesmo tempo em que consolidam identidades, geram desigualdades, hierarquias, classificações, pois estas funcionam em relação direta com as estruturas de poder circundantes na sociedade. Segundo a autora:

Nos processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamento, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do outro, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam de fora dela, às margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada (LOURO, 2016, p. 15).

Desta forma, quanto mais distante dos padrões de normatividade um indivíduo se apresenta, mais exposto estará aos preconceitos, discriminação e violência. Vale pensar na própria noção de homossexualidade com marca de identidade individual e de como esta é comumente apontada como desviante da norma. Rubim (2003) lembra que nas diversas sociedades e em diferentes épocas, o comportamento homossexual

sempre esteve presente, porém assumindo configurações variadas. Às vezes recompensado, incentivado e até mesmo visto como necessário, em outras proibido e severamente punido. A autora cita como exemplo o caso de algumas sociedades da Nova Guiné, em que atividades homossexuais entre homens são vistas como práticas que expressavam a masculinidade e, portanto, incentivadas. A autora conta também o caso do Conde de Castlehaven que, na Inglaterra de 1631, foi condenado e executado por sodomia, pois, segundo as leis daquele país, naquela época, teria infringido tanto as leis divinas quanto as leis de sua pátria.

Para Rubim (2003), tanto um caso como o outro, quase nada tem a ver entre si, como também, só tangencialmente, diz respeito à homossexualidade nos dias atuais, mas tipificam as diferentes respostas dadas a esta questão a depender do contexto, tempo histórico e outros fatores sociais. A homossexualidade nos dias de hoje é capaz de aglutinar homens e mulheres que estariam em outros tempos isoladas e isolados. Imaginar comunidades declaradamente gays compartilhando espaços públicos, atividades políticas, partilhando experiências identitárias, constituindo todo um arcabouço de relações com características próprias, é fato recente em nossa História.

O conceito de homossexualidade surgiu há menos de duzentos anos. A expressão “homossexualidade”¹⁸ apareceu publicada pela primeira vez na segunda metade do século XIX na Europa. Tinha como pretensão suplantando termos pejorativos e identificar cientificamente as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico. O termo foi cunhado para identificar tais práticas como uma “variante benigna” das práticas classificadas como normais. Com o passar dos tempos, mais precisamente no começo do século XX, a palavra foi sutilmente mudando sua conotação até ganhar um caráter “médico-moral”, na mesma medida em que o termo oposto, a heterossexualidade, transforma-se em referência do que seria o modelo ideal a ser seguido (WEEKS, 2016).

Weeks (2016) descreve que no mundo Ocidental, desde o século XII, as relações sexuais que não fossem entre casais casados com finalidade de procriar,

¹⁸ A palavra homossexualidade, assim como heterossexualidade foram cunhadas pelo jornalista, escritor e militante dos Direitos Humanos Karl-Maria Kertbeny (1824 –1882). Nascido em Viena, Kertbeny cunhou as expressões como argumentos contra leis prussianas que condenavam práticas descritas como sodomia. Segundo o autor, as leis feriam os direitos humanos. Disponível em: <http://karl-maria-ketbeny.blogspot.com/2006/03/origem-da-palavra-homossexual.html>. Acesso em: 25 out. 2018.

são vistas como pecaminosas, não importando se essas relações eram entre duas mulheres, dois homens, com animais ou até mesmo solitárias. No entanto, as relações sexuais entre dois homens eram toleradas caso fossem estabelecidas entre um homem mais velho, ativo, e um adolescente, passivo. Como na Grécia Antiga, se esse adolescente, na vida adulta, adotasse um comportamento ativo, não sofreria discriminação. Contudo, a transformação na vida familiar que a Europa viveu a partir do século XVIII, e a consequente rigidez dos papéis de masculinidade e feminilidade, fez com que as condutas que escapassem destes papéis fossem brutalmente estigmatizadas. A partir de então, normas legais, preceitos médicos e demais dispositivos científicos deram à homossexualidade um novo peso, transformando-a numa categoria distinta, exclusiva de alguns sujeitos “patologicamente” identificáveis.

Desta maneira, perseguir as formas de vida que escapavam dos padrões da “boa conduta” sexual se transformou em prática recorrente. Rubim (2003) descreve, por exemplo, que no período entre as duas guerras mundiais, uma violenta onda contra a população homossexual pode ser vista, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá. Nos finais dos anos de 1970, em nome das “crianças”, prisões, fechamento de clubes e bares gays e espancamentos públicos eram recorrentes nos dois países. Em muitos estados e cidades dos Estados Unidos, criou-se a imagem de uma ameaça homossexual. Para lutar contra essa suposta ameaça várias leis foram criadas e dessa forma, muitas homossexuais foram violentamente perseguidas e condenadas.

Na América Latina a ditadura Argentina que vigorou de 1976 a 1983, destaca-se por ter sido bastante violenta contra as populações homossexuais. Segundo Passamani (2010), a partir de um pacto velado entre a extrema direita e setores da Igreja Católica, uma verdadeira “caça às bruxas” foi implementada durante o final dos anos de 1970. Um fato que caracteriza bem o que aconteceu naquele país foi a declaração, em 1977, do chefe da Divisão de Moralidade da Polícia Federal num evento público na Universidade de Buenos Aires, que afirmava ser preciso tirar os homossexuais das ruas para que estes não perturbassem as pessoas decentes.

Ainda que em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da sua lista internacional de doenças mentais, vários estigmas continuam socialmente cristalizados, tanto que tratamentos religiosos, livros pseudocientíficos e variadas opiniões ainda reforçam a ideia de cura e tratamento para estas questões. Apesar de diversos avanços e conquistas, a discriminação contra a população homossexual ainda é forte. Rubim (2003) acredita que, quanto mais bem

sucedido for um profissional, quanto maior o seu salário, menos tolerante a sociedade será para qualquer “desvio erótico” deste. Assim como “um escândalo sexual é o método mais seguro para perseguir alguém e botá-lo para fora do escritório ou para destruir uma carreira política” (RUBIM, 2003, p. 30). No nosso país as estatísticas mostram o quanto é arriscado ser homossexual. Desta forma, nem a recente expansão da chamada economia gay, que tem garantido alguns nichos econômicos, são suficientes para promover o fim de preconceitos.

Deste modo, autoafirmar-se homossexual é um ato de coragem. Ainda representa uma delicada questão na medida em que, invariavelmente, provoca inesperada e nem sempre cordiais recepções, pois demarca um lugar de fala, sobretudo quando a perspectiva é a conquista de direitos. A autoafirmação identitária apresenta-se como condição *sinequa non* na estruturação das bandeiras de luta nas Paradas LGBT's. É este tema que trataremos adiante.

2.4 As Paradas LGBTs e as construções identitárias

Nas Paradas LGBTs, assumir a identidade sexual ganha *status* de bandeira política, se transforma em instrumento de comunicação visual com pretensão de registrar a exigência de viver livremente sua sexualidade. Desta maneira, camisetas, bandeiras e as mais diversas identificações visuais compõem o cenário do evento, dando-lhe, apesar das individualidades, uma identidade de grupo facilmente identificável. Nas figuras 5 e 6, captamos esta identidade como um indicativo de afirmação.

Figura 5 - Participante da 12ª Parada LGBT de Duque de Caxias



Fonte: O autor, 2017.

Figura 6 - Participante da Igreja Contemporânea na 12ª Parada LGBT de Duque de Caxias



Fonte: O autor, 2017.

Desta maneira, o movimento LGBT se consolida como espaço identitário que luta pela visibilidade de sujeitos historicamente compelidos à margem e pela solidificação de uma identidade coletiva constituiu-se como estrutura basilar para as reivindicações do movimento. Segundo Vieira (2013):

Durante muito tempo a população denominada LGBT (lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual) esteve na espera por um reconhecimento dos problemas e das questões que a fragilizava e a deixava socialmente vulnerável. Sua pauta de reivindicação política fundamentava-se na ideia de que o olhar do Estado deveria ser voltado para esta situação de vulnerabilidade, regida pela noção de uma marginalidade sexual e social naturalizada. Nessa direção, tendo como pauta de reivindicação central a mobilização a favor do reconhecimento da fragilidade da população LGBT, os grupos de militância política e os movimentos sociais LGBT se mobilizaram no sentido de desnaturalizar as adjetivações pejorativas a eles ligadas e exigiram também do Estado um posicionamento frente a uma situação que

há muito tempo era deixava “debaixo do tapete” em relação a uma quantidade considerável de cidadãos e cidadãs: A exclusão por causa de uma sexualidade que não segue o modelo normativo e hegemônico heterossexual. Para isso, a afirmação identitária foi o maior trunfo de tal reivindicação, por isso a noção de “homossexualidade”, como uma forma de vida muito particular e, também, muito diferente da heterossexualidade, é tão cara à militância LGBT; pois, é por suas particulares características que tal forma de vida é marginalizada (VIEIRA, 2013, p. 60).

Neste sentido, lutar contra a invisibilidade e conseqüente exclusão das diversas identidades sexuais, constituiu-se o principal objetivo do movimento LGBT. É nesta direção que o documento norteador da Parada de Duque de Caxias de 2017 justifica o evento:

Com as Paradas LGBT, estimula-se a criação de ambientes favoráveis ao diálogo e ao debate sobre cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como a diversidade sexual, igualdade de gênero e combate à homofobia. Contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de todos, especialmente dos LGBT (DOCUMENTO GPD, 2017).

Sendo assim, a afirmação da identidade LGBT ganha importante lugar de fala, ponto de partida para a elaboração de estratégias e parâmetro para avaliar conquistas. No trecho acima, a palavra “especialmente” reforça a identidade dos segmentos sociais que fazem as reivindicações e, certamente considerando a existência de uma hierarquia de privilégios sociais, reafirma a necessidade da garantia de direitos para quem menos os têm. No entanto, estaria o movimento, na medida em que reafirma uma (ou algumas) identidade (s), reforçando a lógica biopolítica que produz categorias sexuais? E se levarmos em consideração as discussões abordadas no primeiro capítulo e identificarmos que o sujeito racional das tradições humanistas se encontra em crise profunda ou, até mesmo, tenha chegado ao fim? Assumir uma identidade sexual, mesmo que divergente das identidades dominantes poderia ser visto como uma questão ambígua?

Considerando que o sujeito racional, consciente, fixo, exato, das tradições modernas começa a perder espaço e que, segundo a psicanálise, este sujeito é menos consciente do que se supunha. Levando em conta a premissa de Deleuze e Guattari (1995) quando defendem que o mundo seria constituído não mais por indivíduos com interioridade, racionalidade e essência, e sim por máquinas que se definem apenas pelo fato de produzirem sem subjetividade pré-existente, origem ou substância e, assim, qualquer busca por uma identidade fixa se tornaria inútil. Ou mesmo partindo do ponto de vista que considera os sujeitos enquanto históricos, que se constituem a

partir de um emaranhado de práticas linguísticas, de narrativas discursivas socialmente construídas por meio de embates e disputas (SILVA, 2000), a fim de reivindicar uma identidade fixa, ainda que seja como uma estratégia nas conquistas de direitos, não seria bastante questionável?

Certamente o próprio conceito de identidade traz consigo a ideia de unidade, de permanência. Falar em identidade de um grupo, por exemplo, nos remete justamente àquilo que o grupo carrega de mais inflexível. Desta forma, a afirmação identitária constituiu-se como princípio argumentativo para consolidar a noção da homossexualidade como uma maneira específica de vida, com características que seriam distintas à heterossexualidade. Weeks (2016) acredita que, para determinados segmentos, a necessidade em definir identidades passa por uma questão política, uma forma de resistência aos padrões tradicionalmente estabelecidos como “corretos”. O autor identifica, a partir dos teóricos dos anos de 1950 e 1960,¹⁹ o que denomina de “identidade como resistência” (WEEKS, 2016, p 70). Essa identidade, forjada nas lutas contra convenções sociais, revestiria os sujeitos de um forte sentido de si, dando-lhes força e segurança diante de suas convicções. Na presente pesquisa, os entrevistados no dia da Parada eram categóricos ao responder em qual gênero se identificavam: masculino ou feminino. Com uma exceção. Uma das entrevistadas respondeu que era transexual. Desta forma, as respostas chegavam ao entrevistador com a firmeza de quem revelava uma verdade estruturante sobre si mesmo.

As noções de identidade têm sido bastante questionadas. Butler (2003) quando problematiza a universalidade do “ser mulher”, acaba por questionar a noção de identidades universais. Para a autora a definição de qualquer identidade seria uma afronta à diversidade. Assim, reforçar a construção de uma identidade gay ou homossexual de algum modo reduziria à heterogeneidade dos modos de viver os desejos. Para Louro (2016), assumir uma identidade sexual ou de gênero tem o peso de revelar uma essência. Ao longo da História, fizemos investimento muito grande nos corpos, pois foram elaborados a partir de critérios morais, científicos, estéticos e religiosos, de forma que podemos rapidamente identificar esses corpos, classificá-los e enquadrá-los a partir de um referencial imposto. Assim, o corpo precisaria ser exato, preciso em sua exterioridade para que ele, por si só, exponha sua identidade.

¹⁹ Weeks cita Erik Erikson (1968) e faz destaque especial para a obra *Estigma*, do sociólogo Erving Goffman (1968).

Quaisquer ambiguidades, inconstância e imprecisão causariam desconforto e desestabilizaria os padrões estabelecidos.

E não é difícil perceber o quanto esta coerência identitária é recorrentemente falha. Sabemos, por exemplo, que nem todo gay é afeminado ou usa determinado tipo de vestimenta, assim como nem toda lésbica apresenta as mesmas expressões corporais, se vestem da mesma maneira ou compartilham dos mesmos hábitos. As pessoas comporiam um leque tão potencialmente variado que, por mais letras que se acrescente à sigla LGBT, esta não seria capaz de absorver todas as possibilidades e expressões da sexualidade. Desta maneira, podemos considerar que a diversidade contida nas cores da bandeira do arco-íris ou expressa nas siglas do movimento simbolizam uma necessária identidade, estrategicamente construída para robustecer a luta por conquistas de direitos. E a partir dessa justificativa é possível analisar os possíveis perigos em nome de conquistas coletivas quando se invisibiliza ou hierarquiza minorias dentro do próprio movimento?

Em 2017, um dos entrevistados para a presente pesquisa chamado Marcelo, de 48 anos, morador do município de São João de Meriti e membro da Igreja cristã Contemporânea²⁰, quando perguntado sobre a importância da Parada de Duque de Caxias, salientou que: “a Parada começou com uma ideia legal, mas depois a ideia se perdeu pelo meio do caminho. A gente até espera que essa ideia inicial seja retomada, a busca pelos direitos, para que a gente seja realmente igual aos héteros”.

A fala do entrevistado, além de apontar uma crítica sobre os rumos que a Parada LGBT supostamente vem tomando, a identifica como um propósito bem delimitado e específico: A luta por direitos igualitários. Neste sentido, qualquer desvio deste representaria uma ameaça. Não seria em nome deste propósito que, tendo como referente um suposto modo de vida heterossexual e por finalidade a busca por igualdade legal, que a identidade homossexual ainda seja tão rigorosamente defendida? E caso o movimento abolisse qualquer desejo de construir uma identidade coletiva, como articular as lutas? Como reivindicar políticas para a coletividade?

Nicholson (2000), travando um debate com feministas que defendem a noção de unidade para a palavra “mulher”, faz algumas elaborações que nos ajuda a

²⁰ A igreja cristã Contemporânea foi fundada pelo pastor Marcos Gladstone, em 2006. A igreja é a primeira igreja cristã do Brasil a aceitar as práticas homoafetivas, como práticas permitidas pelo cristianismo. Informações obtidas no *site* da igreja. Disponível em: <http://igrejacontemporanea.com.br/historia/>. Acesso em: 02 jun. 2019.

aprofundar os questionamentos acima levantados. A autora sugere que pensemos a palavra como um complexo mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam, pois não existiria rigidez ou unicidade em seu significado; assim, as políticas feministas se edificariam a partir de coalizões. Da mesma forma que diferentes grupos se articulam para somar forças em torno de uma pauta comum, segundo a autora, as diversas “mulheres” poderiam se aglutinar em torno de pontuais consensos. Nessa mesma direção poderíamos pensar o movimento LGBT. Sem precisar consolidar uma identidade única, o movimento poderia se articular a partir de uma diversidade para além daquelas que compõem sua sigla.

Preciado (2018) contribui para o debate quando sugere que se abandone a visão exclusivamente identitária dos movimentos e também, por mais contraditório que possa parecer, propõe a renúncia de qualquer visão absolutamente contra identitária. Sem negar a necessidade de seguir lutando por direitos de identidades específicas, o autor propõe a configuração do que denomina “multidão *queer*”. Essa multidão seria o aglomerado de pessoas, que em torno de uma causa única, pontual, circunstancial, específica, se reuniriam, mas sem se dissolver em um corpo de única identidade. Uma premissa básica para pensar essas multidões seria a ruptura com qualquer Estética, Ética, Moral que entenda a heterossexualidade inserida no campo da normalidade. Neste sentido vale lembrar as discussões do subcapítulo anterior, quando problematizamos a construção da identidade homossexual como oposição à normalidade da identidade heterossexual. Preciado diz que:

O corpo da multidão *queer* aparece no centro do que poderíamos chamar, para retomar uma expressão de Deleuze/Guattari, de um trabalho de “desterritorialização” da heterossexualidade. Uma desterritorialização que afeta tanto o espaço urbano (portanto, se haveria de falar de desterritorialização do espaço majoritário, e não de gueto) como o espaço corporal. Este processo de “desterritorialização” do corpo supõe uma resistência aos processos de chegar a ser “normal”. O fato de que haja tecnologias precisas de produção de corpos “normais” ou de normalização dos gêneros não acarreta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política. Pelo contrário. Dado que a multidão *queer* traz consigo mesma, como fracasso ou resíduo, a história das tecnologias de normalização dos corpos, ela tem também a possibilidade de intervir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade sexual (PRECIADO, 2011 p.14).

Desta forma, desterritorializado, sacudindo da zona de conforto as premissas que veem normalidade nos padrões heterossexuais, ou abolindo qualquer pretensão de caminhar rumo à normalização, de maneira que as mobilizações e conquistas por

direitos legais, sociais e políticos seriam consolidadas sobre uma posição que permanentemente questiona, problematiza e examina qualquer configuração dos movimentos que se apresentem como rígidas, estáveis, imutáveis, inclusive, as configurações identitárias.

2.5 Monstros, imorais, abjetos: desafiando o estabelecido, reinventando o viver

Pareciam surpresas com meu aspecto e, em vez de me ajudar, gesticulavam e murmuravam entre si.

Mary Shelley– Frankenstein

Em 2018, não aconteceu o que seria a 13ª Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias. O evento, que tem como principal característica a ida às ruas, transformou-se numa festa em ambiente fechado e que só foi realizada em janeiro de 2019. Em conversa com Márcia Nobua, a presidenta do GPD no período 2018/2019, ela disse que “a parte financeira é uma parte que pesa e devido ao quadro político, muitos parceiros recuaram”. Conforme ela informou, além da situação financeira, alguns integrantes do grupo organizador estavam inseguros, temiam que, com a proximidade das eleições em 2018, o acirrado clima político e as declarações homofóbicas do então candidato Jair Bolsonaro estimulassem um cenário de maior violência ao evento.

A justificativa que falava do medo, do incentivo à homofobia por parte de um dos presidentiáveis, aguçou minha curiosidade. Fui rever na internet as declarações do referido candidato sobre o tema. Entre a perplexidade e o espanto, algumas falas ficaram registradas em minha mente como uma afronta indesejada. Dias depois, lendo o texto “A cultura dos monstros”, de Jeffrey Jerome Cohen (2000), uma frase dita pelo então candidato me veio à tona com bastante vigor. Nela, Bolsonaro, ao ser perguntado sobre o que achava do Movimento LGBT, fez a seguinte declaração:

Eu estou me lixando para esse pessoal. Criaram a frente parlamentar de combate à homofobia. O que esse pessoal tem para oferecer para a sociedade? Casamento gay? Adoção de filhos? Dizer que se seus jovens, um

dia, forem ter um filho, que se for gay é legal? Esse pessoal não tem nada a oferecer (BOLSONARO, 2018)²¹.

O que mais chamou minha atenção e que ficou marcado de forma mais afrontosa, foi a supressão, na primeira e última frase, de quaisquer palavras que fizessem menção à homossexualidade e a substituição desta pela expressão “esse pessoal”. A elipse me pareceu uma rejeição a algo que não mereceria ser pronunciado. Seria a evidência do desejo de invisibilizar? De trancafiar os abjetos, os indesejados, os monstros, num distante armário qualquer?

Em uma das entrevistas realizadas para a esta pesquisa, a moradora de Duque de Caxias, identificada como Carol, de 24 anos, quando perguntada sobre a importância do evento para a cidade, responde que “as pessoas aprendem que aqui todo mundo é normal, é ser humana, independente do que gosta, do que faz”. A proposição parece partir da mais óbvia constatação, entretanto, destacando a palavra “aqui” no meio da frase, identifica-se uma precisa demarcação de espaço-tempo. O “aqui” referindo-se à Parada evidencia o quanto o evento constitui-se como local seguro para determinadas dissonâncias. E por oposição, fora do evento, algumas práticas, preferências e orientações sexuais ainda carregam o estigma de anormalidade ou a condição de não humana.

Cohen (2000), ao falar do processo em que identidades diferentes são transformadas em aberrações, se reporta aos diversos monstros que povoam a nossa cultura, sejam em contos orais, lendas, filmes e na Literatura. Entre diversos exemplos, o autor cita a Bíblia em que, para justificar o processo de escravização do povo de Canaã, estes são representados como gigantes assustadores. O outro é o monstro corporificado e exterminar qualquer registro de sua existência transforma-se em um ato heroico. Logo, na medida em que mecanismos identificam um padrão de gênero e sexualidade a ser adotado, expulsam o que está à margem, transformando-os em criaturas abomináveis.

Ao afastar essas criaturas dos territórios de normalidade, um incontável perigo se desenha e ganha força, como uma hidra que, depois de ter sua cabeça cortada, faz crescer duas. Assim: Ao revelar que a diferença é arbitrária e flutuante, que ela é mutável antes que essencial, o monstro ameaça destruir não apenas os membros individuais de uma sociedade, mas

²¹ Vários veículos de imprensa divulgaram essas informações, entre eles o portal de notícias G1, da Rede Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/estou-me-lixando-para-esse-pessoal-diz-bolsonaro-sobre-movimento-gay.html>. Acesso em: 28 dez. 2018.

o próprio aparato cultural por meio do qual a individualidade é constituída e permitida (COHEN, 2000, p. 40).

O monstro empresta sua carne às práticas sexuais que devem ser combatidas em nome da família, da moral cristã, dos bons costumes, mas o monstro paradoxalmente desperta fascínios. Ele é a fronteira maculada, o espaço de “desterritorialização” em que a solidez de normatividades se dilui. O monstro nos chama para o abismo do que ainda não conhecemos, exige que reavaliemos nossas certezas sobre gênero, raça, sexualidade etc. O monstro “é o fragmento abjeto que permite a formação de todos os tipos de identidade” (COHEN, 2000, p. 53).

Foucault (2013) acredita que o poder age, não por meio de impedimentos e interditos e sim produzindo atitudes e comportamentos. O autor também descarta a visão de que o poder emana de um centro fixo, controlado por um soberano qualquer que o usa para subjugar os dominados, pois as relações de poder se modificam, compondo novos arranjos e configurações, deslocando-se, assim, de uma sociedade soberana para uma sociedade disciplinadora. O poder, na Modernidade, deixa ser uma força que lida coma morte para planejar, cuidadosamente, a Saúde, a Educação e outras dimensões da vida. Esta nova configuração, que atua sobre os corpos não mais como coerção direta e sim como a sutileza disciplinadora dos manuais explicativos, dos textos científicos, da arquitetura, da nova configuração da Saúde Pública, das escolas, dos quartéis e prisões, é o que Foucault chama de *Biopolítica* (CAMILO; FURTADO, 2016).

Preciado (2018) denomina como “sexopolítica” esse regime biopolítico que faz do sexo, da sexualidade e da identidade sexual o centro “somático-político” para produzir e controlar subjetividades. O autor atenta para o fato de como o sexo tornou-se tão importante para os planos de poder, em que os discursos sobre masculinidade e feminilidade e os mecanismos para “normalizar” estes, tornaram-se agentes de padronização da vida. Desta forma, e sob as mais apuradas retóricas científicas, ser homem ou mulher passou a ser definido a partir da aferição do tamanho do pênis na hora do nascimento, pois com um pênis maior que determinado centímetro não restaria dúvidas de que seria um homem. Neste mesmo contexto histórico, elaboram-se manuais em que os normais e anormais são cientificamente catalogados, as identidades homossexuais e heterossexuais são criadas e assim, cria-se toda uma tecnologia que produz identidades. A partir daí, ainda no final do século XIX, em vários

países da Europa, a caça aos sexualmente divergentes ganhou forma de lei (PRECIADO, 2018).

Para o autor, o ponto máximo destas tecnologias que produzem identidades sexuais aconteceu em 1868, quando a recém-criada homossexualidade é patologizada e a heterossexualidade transforma-se em referência de normalidade. Daí em diante, práticas sexuais passaram a caracterizar o ser e, por conseguinte, motivo de estudos, castigos, perseguições, catalogação e cura. Ainda segundo Preciado (2018), depois da Segunda Guerra Mundial outro regime de produção das subjetividades sexuais foi se constituindo e a estas normas o autor denomina “regime farmacopornográfico”. Com a explosão tecnológica, que teve início no período entre guerras, vários artefatos, tais como engenharia genética, biotecnologia, videogames, computadores, entre outros, entram em cena. Desta maneira, se na sociedade disciplinar que nos fala Foucault, o corpo era controlado por instituições que exerciam, e ainda exercem o poder de fora pra dentro, na sociedade “farmacopornográfica” os mecanismos incorporam-se ao corpo, diluem-se. Desta forma:

[...] o poder atua por meio de moléculas incorporadas ao nosso sistema imunológico; o silicone toma a forma de seios, neurotransmissores alteram nossas percepções e comportamento; hormônios produzem seus efeitos sistêmicos sobre a fome, o sono, a excitação sexual, a agressividade e a decodificação social da nossa feminilidade e masculinidade (PRECIADO, 2018, p.86).

Na mesma medida em que as novas tecnologias se esforçam para produzir a partir de silicones, de cosméticos, de hormônios, de inovações cirúrgicas, os corpos “normais”, elas produzem também o seu oposto (PRECIADO, 2018). São estes e estas que ganham as ruas nas Paradas do Orgulho LGBT mundo afora; são estes e estas que criam fissuras, que desconstroem, desestabilizam; são os entrecruzamentos, as trans, as bichas loucas, os anormais, as que brilham, os descontentes, as abjetos, os monstros. Assim, ao mesmo tempo em que o movimento LGBT luta por direitos legais, por legitimidade, reconhecimento social, inclusão e Cidadania e que, para isso, corre o risco de configurar-se a partir de estratégias biopolíticas de disciplinado, este mesmo movimento também produz outras formas de enfrentamento e luta. Entre os 21 entrevistados para a pesquisa, quando perguntados sobre o motivo de estarem no evento, dos 19 que responderam a esta questão, 12

iniciaram a resposta com afirmações que falavam do prazer pessoal, de que gostavam de estar ali, que foram ao evento para se divertir.

Observando o panorama festivo que tão bem caracteriza as Paradas, reporteime a Maffesoli (2009) ao percorrer sobre as multidões que dançam em festas de música eletrônica, que torcem juntas em grandes eventos esportivos ou se comprimem em acontecimentos políticos, religiosos, artísticos. Para o autor essas multidões evidenciam uma determinada unidade que no momento do evento é estabelecida com o outro, com o coletivo. Unidade consolidada a partir do afeto, do sentimento de comunidade, do que Maffesoli denomina como “paixões compartilhadas”. Estas paixões têm como base uma vitalidade juvenil, que se caracteriza não pela faixa etária, mas por aquilo que podem produzir de novos valores.

E sem descartar o caráter político, na Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias essas multidões bailam e afirmam, sobretudo, sobre a felicidade, como a convicção da travesti²² Débora Class, 48 anos, entrevistada durante o evento: “Quero ser feliz, e quem não gostar da gente tem que ser feliz também”. Assim, Débora parece sugerir que para além de todos os percalços que são encontrados em sua forma de viver a sexualidade, ao menos naquele momento sua maneira de lutar contra a produção disciplinar de uma determinada sexualidade não seria necessariamente por meio de um embate devidamente articulado, a partir de um discurso politicamente previsível e sim, como sugere Foucault (1987), produzindo outras formas de “prazer-saber”.

Entretanto, o desejo expresso de ser feliz de forma alguma é garantia para tal. Nosso país sustenta o título vergonhoso de campeão na violência contra a população LGBT e as políticas públicas com o intuito de reverter esta situação são poucas e recentes em nossa História. No próximo capítulo discutiremos algumas destas políticas.

²² *Travesti* foi como a cabeleireira Débora Class se autodenominou no momento da entrevista.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À HOMOFOBIA E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT

No livro *1985, o ano que o Brasil começou*, os jornalistas Edmundo Barreiros e Pedro Só (2005, p. 15) ironizam a Nova República dizendo que ela já teria começado com “uma sucessão de decepções, epopeias ridículas e absolutamente sem heróis”. Tancredo Neves, figura que aglutinava esperanças, foi eleito de forma a contrariar o desejo das ruas que exigiam “Diretas Já!” e que, por conta de sua inesperada morte, nem chegou a assumir a presidência. No referido livro, lamentar daquele período a falta de um protagonismo heroico só pode ser entendido como ácida ironia ou divertida revelação de que, no complexo emaranhado das relações sociais, as figuras imponentes, travestidas de superpoderes e habilidades para resolver de maneira fantástica os problemas da pátria, só cabem em nossas mais delirantes fantasias. Contudo, o que o livro não se propõe a abordar é que durante o processo de redemocratização o protagonismo dos movimentos sociais foi de uma importância heroica na luta por direitos.

Naquele período os movimentos ressurgiam com extrema força e muita vontade de mudança. Mesmo com inquestionáveis derrotas, como foi o caso das *Diretas Já*, pontuais conquistas sedimentaram o terreno para avanços democráticos. A mais expressiva confirmação do protagonismo dos movimentos foi a capacidade de tensionamento durante a elaboração da Constituição de 1988. Foi a partir da chamada “Constituição Cidadã” que demandas até então vistas como questões da vida privada ganharam expressão, tanto no reconhecimento legal das diversas configurações familiares, quanto no reconhecimento da equidade de gênero, exemplos da contribuição da sociedade civil na formatação dessa nova carta. A nova Constituição representou um marco na luta pelos direitos (CARRARA, 2012). Por outro lado, segundo Carrara (2012), a mesma Constituição não conseguiu incluir referência direta à identidade de gênero e à orientação sexual entre os motivos de discriminação. Este fato pode ser interpretado como um menor poder de pressão por parte dos movimentos homossexuais, como também indício do grau de conservadorismo da sociedade brasileira na época. Mesmo assim, a carta magna de 1988, com seus princípios democráticos, foi base para que a sociedade civil, de modo geral, e os

movimentos LGBTs, em particular, levantassem demandas por reconhecimento e por direitos.

Sobre direitos, um programa mais elaborado com foco na comunidade LGBT, e participação desta, o mais importante na história do país (VIANNA, 2015), só foi promulgado em 2004: o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Este programa aponta para a institucionalização de uma efetiva política pública para essa população. Assim, o presente capítulo pretende discutir a relevância das políticas públicas de combate à violência contra a comunidade LGBT. Discutiremos o Programa Brasil Sem Homofobia, suas potências e limitações, como também as especificidades do programa e a participação do movimento LGBT para consolidação do mesmo. Para tanto, começaremos evidenciando o quanto o nosso país é perigoso para a população LGBT e, portanto, necessita do fortalecimento de políticas públicas que ajudem a reverter este quadro.

3.1 A violência contra a população LGBT

Essa cidade precisa ser de fato cuidada, e a gente sabe que não está sendo. Os nossos corpos, o nosso transitar, a nossa mobilidade sempre fica ameaçada.

Marielle Franco²³

Foucault (1987), nas primeiras páginas de *Vigiar e Punir* descreve o suplício de um condenado à morte no ano de 1757. Como parte da sentença, as carnes dos braços, das coxas e dos mamilos do condenado foram arrancadas sob o olhar de curiosos. Nas feridas abertas, óleo fervente e chumbo derretido foram jogados. Os gritos de suplício percorreram o centro de Paris, mas não suscitou compaixão das autoridades; puxaram-lhe por quatro cavalos, de forma que o corpo fosse completamente desmembrado. Contudo, segundo relata o autor, os cavalos sozinhos não conseguiram desmembrar o criminoso, o que levou o carrasco a fazer uso de uma faca para ajudar no trabalho de desmembramento. A partir da violenta cena, o autor

²³ Publicação feita nas redes sociais da vereadora dias antes do seu assassinato. Fonte: Jornal Metrôpoles, edição online. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/parem-de-nos-matar-postou-marielle-4-dias-antes-de-ser-assassinada>. Acessado em: 13 set. 2018.

problematiza quais foram os caminhos que teriam levado as instâncias de poder, num intervalo de mais ou menos um século, a trocar a pena de execução e tortura públicas por um complexo sistema de vigilância como punição. Perceber as novas configurações do poder e as conseqüentes transformações do sistema judiciário, identificá-las como decorrência de todas as históricas mudanças que ocorreram entre os séculos, poderia nos conduzir a pensar em uma humanitária caminhada linear em direção a um grau maior de civilidade, mas não é esse o ponto de vista trazido pelo autor, nem explicaria as atrocidades que habitam nossos espaços de convivência até hoje.

No dia 15 de fevereiro de 2017, no bairro de Bom Jardim, em Fortaleza, capital cearense, Dandara dos Santos foi torturada com requintes de maldade. A história de Dandara chegou à polícia depois que o vídeo de sua execução foi exposto como um troféu pelas redes sociais. Dandara aparecia nas filmagens com as roupas rasgadas, no meio da rua, com o rosto coberto de sangue. Seus agressores, munidos com pedaços de pau, pedras e um chinelo, pediam para que ela subisse num carrinho de mão. Dandara já sem forças, não conseguia atender ao pedido dos seus algozes. Testemunhas dizem que ela chorava, pedia que parassem e com a pouca voz que lhe restava, chamava por sua mãe. Por fim, Dandara foi colocada no carrinho de mão, levada em cortejo até outro ponto da rua e executada com dois tiros e pedradas. Dandara tinha 42 anos, era travesti²⁴.

Se até o século XVIII, o monarca reinava de forma tão absoluta que enxergava no criminoso alguém que o afrontava pessoalmente, justificando a tortura, o castigo, a execução como formas de vingança a quem desafiava suas ordens, no século XXI, qual crime teria cometido Dandara? Levantamentos do Grupo Gay da Bahia (2017) dizem que a cada 19 horas uma pessoa perde sua vida por conta de GLBTfobia. Desta forma, o Brasil sustenta o vergonhoso título de campeão mundial desse tipo de crime. Segundo dados da Associação Transgender Europe (TGEU)²⁵ que, a partir de

²⁴Vários meios de comunicação noticiaram o caso, entre eles o sites da BBCNEWS Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/Brasil-39227148> e o da revista Exame, disponível em: <https://exame.com/brasil/cinco-acusados-sao-presos-no-caso-dandara-no-ceara>, ambos acessados em: 24 ago. 2019.

²⁵A Transgender Europe é uma ONG fundada em 2015 em Viena e que conta com uma rede de apoiadores internacionais. Para o levantamento de dados no Brasil, contou com o apoio das organizações ASTRA Rio, Grupo Gay da Bahia e Rede Trans Brasil. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/pesquisa/pessoas-trans-assassinadas/> Acesso em: 07 fev. 2019.

informações vinculadas na mídia, monitora a violência envolvendo pessoas trans em 71 países, o número de assassinatos entre os anos de 2016 e 2017 no Brasil corresponde a 52% do total destas mortes no mundo. Mesmo em números relativos, quando comparada à taxa de mortes a cada 100 mil habitantes, o nosso país continua produzindo números estarrecedores, ficando atrás apenas de El Salvador e Honduras.

No dia 29 de janeiro de 2018, Dia Nacional da Visibilidade Trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) lançou um dossiê sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil. O relatório trata dos assassinatos e violação de direitos que aconteceram contra a população Trans em 2018. O documento também evidencia as condições socioeconômicas da população Trans, identificando a miséria e a exclusão social em que são submetidas (ANTRA). Segundo o Benevides e Nogueira (2018), considerando a provável subnotificação destes dados, foram 158 assassinatos de travestis e mulheres transexuais, 4 homens trans e uma pessoa não-binária, num total de 163 assassinatos em 2018. Em apenas 9% dos casos, os suspeitos foram presos, e somente 4% resultaram em denúncia à justiça. Considerando que o dossiê trabalhou com a estimativa de que apenas 1,9% da população sejam compostas por homens e mulheres trans e travestis, estes números tornam-se ainda mais indignantes. Analisando o perfil da população Trans a partir da classe, contexto social, raça e gênero, o dossiê evidencia que 90% utilizam a prostituição como fonte de renda. Apenas 0,02 % estão na Universidade e 72% não possui o Ensino Médio. 82% das vítimas de assassinato foram identificadas como pessoas negras e pardas e 97,5% foram contra pessoas trans do gênero feminino (158 casos).

Outro documento significativo para pensar a violência contra a população LGBT é o dossiê sobre o Lesbocídio no Brasil. Lançado em 2018, elaborado pelo Núcleo de Inclusão Social (NIS), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o dossiê faz um levantamento sobre a violência contra lésbicas entre os anos de 2014 a 2017, e denuncia que só no ano de 2017 foram registradas 54 mortes. O documento aponta que em diversos casos a motivação lesbofóbica, apesar de não serem registradas oficialmente como tal, é reconhecida pela polícia a partir de declarações dos assassinos que confessam a motivação da violência: anã aprovação da sexualidade. Diferente do feminicídio, em que há um vínculo afetivo entre a vítima e o assassino, no lesbocídio, em aproximadamente 80% dos casos, este vínculo não

existe, pois apesar das lésbicas se relacionarem com mulheres, os algozes são predominantemente homens.

No documento elaborado pelo GPD, que serviu como referência para a preparação da Parada de Duque de Caxias no ano 2017, em sua parte introdutória, como justificativa para a necessidade do evento, consta que no ano de 2013, o Centro de Referência LGBT Baixada I registrou 368 casos de algum tipo de homofobia ocorrido no município de Duque de Caxias. Números que evidencia a necessidade de políticas sólidas no combate à violência contra a população LGBT, como também reforça a importância dos diversos setores da sociedade denunciando, exigindo e participando da elaboração de políticas para reverter esta situação. É nesta direção que Júlio Moreira, coordenador do Grupo Arco-Íris, durante a 12ª Parada de Duque de Caxias, elabora o seu discurso:

A gente precisa resistir. Nós, LGBTs, estamos sendo agredidos, estamos sendo assassinados e precisamos ter um canal para dar respostas à sociedade. Então essa Parada é resistência também, estamos juntos com o GPD, como o movimento LGBT no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil (Informação verbal)²⁶.

O trecho apresentado, além de denunciar a homofobia, cita a Parada como frente de resistência e canal de interlocução com a sociedade, considerando que, quanto mais interlocutores e diálogos estiverem na construção de qualquer projeto político, mais chances de consistência ele terá. Na próxima seção, discutiremos a trajetória que culminou com o mais importante programa para o combate à homofobia no país e que, de forma bem particular, contribuiu para a consolidação da Parada de Duque de Caxias. Apresentaremos o contexto das discussões, alguns programas que o antecederam, as convenções e organismos internacionais que contribuíram para a implementação do programa, as pressões dos movimentos sociais e, sobretudo, as contribuições do movimento LGBT para sua consolidação.

²⁶MOREIRA. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

3.1.1 Programa Brasil Sem Homofobia

Não raro, ao assumir seus mandatos, presidentes proferem discursos de inovação, mudança e até mesmo ruptura. Respectivamente, foi assim com Fernando Henrique Cardoso²⁷, em 1995, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003²⁸, e com o atual presidente, Jair Bolsonaro. Mas nenhum governo é uma ilha ou começa do nada. Há diversos acordos e programas assumidos internacionalmente, planos orçamentários que atravessam gestões, pactos nacionais, pressões sociais, políticas deliberadas em gestões anteriores, mesmo com pontuais mudanças, reformulações e adaptações, que garantem continuidades.

Desta maneira, em 1988, o Programa Nacional DST/AIDS ganha nova estrutura e segue para além do governo Sarney. Em 1994, durante o governo Itamar Franco, com recursos do Banco Mundial, o Ministério da Saúde elabora o Programa AIDS I que contou com a parceria de representantes dos movimentos sociais. No mesmo ano o governo incentiva projetos na área de Educação Sexual e lança as diretrizes para uma política voltada para educação em sexualidade. Essas diretrizes foram recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), seguindo resolução da Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que aconteceu em Durban, na África do Sul. Neste Conselho, a participação da sociedade civil organizada é bastante significativa (VIANNA, 2015).

Vale salientar que qualquer processo de elaboração de política pública não acontece com a linearidade que o texto acima pode deixar transparecer. Nestes processos há dinâmicas imprevisíveis, interesses divergentes, avanços, retrocessos, alianças, desentendimentos e as mais variadas correlações de força. Desta forma, a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, após eleição de 2002, trouxe para o seu governo uma importante base advinda dos movimentos sociais e com esta base,

²⁷ Informações obtidas na versão online do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/02/caderno_especial/36.html. Acesso em: 10 dez. 2018.

²⁸ Informações obtidas no portal de notícias Terra. Disponível em: www.terra.com.br/noticias/mundo/confira-na-integra-o-discurso-de-lula-na-posse-do-1-mandato,85d977f40292b310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html. Acesso: 10 dez. 2018.

a experiência de projetos elaborados a partir de parcerias entre Estado e entidades da sociedade civil. Portanto, se as pressões populares já se faziam presentes em governos anteriores, com Lula a necessidade de atender sua base eleitoral tornou-se ainda mais imperativa.

É neste cenário que, segundo Daniliauskas (2011), é elaborado o Programa Brasil Sem Homofobia. A intenção era dar respostas com caráter mais amplo e duradouro às demandas da população LGBT. Se nos governos anteriores os programas elaborados baseavam-se no combate à AIDS, com o governo do PT e a participação direta do movimento LGBT surge um programa com pretensões maiores. Segundo o autor, desde a campanha eleitoral, em 2002, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva já prometia avançar em relação à promoção de direitos. Essas promessas transformaram-se em expectativa. Foi quando em 2003 o governo vigente apresentou uma proposta de construção de cartilhas, sendo duramente criticado pelo movimento LGBT. Para responder a essas críticas, a Secretaria de Direitos Humanos articulou reunião com o Movimento, em que foram apresentadas as bases da construção de um programa mais elaborado e mais articulado com os movimentos sociais representativos da comunidade LGBT. Daniliauskas (2011) destaca um aspecto de vital importância para a consolidação do Programa, que foi a criação de conselhos, tal como o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Estes conselhos legitimam as contribuições da sociedade civil organizada, a consolidação, ampliação e fortalecimento de políticas que tinham boa aceitação do movimento no governo anterior, a postura de construção a partir do diálogo, e que não é categórico o governo ter a última palavra. Na época da publicação do Programa havia cerca de 140 grupos organizados e associações LGBTs no país, número que refletia a efervescência do Movimento. Estes grupos atuavam nas áreas da Saúde, Educação, Justiça, Cultura, Segurança Pública, dentre outras, em parcerias nos diversos níveis da esfera pública (municipal, estadual e federal).

É certamente fruto desta atuação que, muito antes da Organização Mundial de Saúde fazer o mesmo, o Conselho Federal de Medicina retirou, em 1985, a homossexualidade da relação de doenças. Da mesma forma, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia determinou que nenhum profissional da área pudesse se portar profissionalmente de forma a identificar nas práticas “homoeróticas” enfermidade ou doença. Mesmo tendo ficado de fora da Constituição, vários estados e municípios, entre eles Mato Grosso, Sergipe, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo,

começaram a combater e proibir legalmente a discriminação motivada pela orientação sexual (BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004).

Segundo Vianna (2015):

A criação do BSH foi pautada pelo movimento social, iniciando-se então o processo de construção do Programa. Para tal, resgataram-se demandas históricas do movimento LGBT, além de parcerias com ONGs e universidades no processo de elaboração de justificativas, estruturação e formatação do documento em questão. Sob a responsabilidade da SDH, contou com o apoio do Ministério da Saúde e do Programa Nacional de AIDS, principal lócus de articulação do movimento LGBT com a referida secretaria. Durante a formulação do documento, a SDH procurou dentro do governo quais os ministérios e secretarias abertos ao tema e com acúmulo em relação à diversidade sexual. Esse investimento reuniu a participação de vários ministérios – entre eles Educação, Cultura, Saúde, Justiça, Trabalho e Emprego, Relações Exteriores – e várias secretarias, chegando a totalizar dezesseis ministérios envolvidos, em 2007 (VIANNA, 2015, p. 799).

O fato de o Programa não estar atrelado a nenhuma secretaria específica acabou por dar-lhe um caráter interministerial. Desta forma, sua execução, assim como o financiamento, atravessou vários setores governamentais e, como indica Vianna (2015), fortaleceu uma necessidade de articulação ainda maior por parte do Movimento LGBT, que pode identificar parceiros e mapear segmentos, dentro e fora do governo, que se colocavam resistentes ao Programa. Com relação à Educação, o Programa Brasil Sem Homofobia apresentou propostas bastante progressistas, tais como:

Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e anão discriminação por orientação sexual. Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana (BRASIL, 2004).

O Programa Brasil sem Homofobia impulsionou Conferências Estaduais e pré-conferências regionais para discutir e elaborar políticas públicas. Desta maneira, no ano de 2008, a I Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT, no Rio de Janeiro, construiu os subsídios necessários para a implementação do Programa Rio Sem

Homofobia. Sendo assim, em junho de 2009, o então governador Sérgio Cabral²⁹, sob pressão dos movimentos sociais organizados, durante sua campanha eleitoral assinou uma carta-compromisso intitulada “Por um Rio Sem Homofobia”. Este era o início do Programa Estadual Rio Sem Homofobia. São as limitações deste programa, as ameaças que vêm enfrentando e outros projetos de combate à homofobia no município de Duque de Caxias que serão os temas problematizados no próximo item.

3.1.2 Programa Rio Sem Homofobia

Na Parada LGBT de Duque de Caxias de 2017, Cláudio Nascimento atuava como “mestre de cerimônias”, e que segundo a presidente de honra do GPD, Sharlene Rosa, foi de importância vital para a construção da Parada no município: ele é fundador do Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro e tem um histórico importante no cenário LGBT do Estado. Em 2007, foi convidado pelo então governador Sérgio Cabral para assumir a função de Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, órgão da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Na Superintendência, Cláudio tinha a tarefa de coordenar o recém-inaugurado Programa Rio Sem Homofobia e, assim, articular 114 ações de promoção à Cidadania. Seguindo os traçados do Programa Nacional, o Rio Sem Homofobia tinha como proposta articular ações em diversas secretarias. Na época, o orçamento previsto era de 4 milhões de reais (GAZETA DIGITAL³⁰, 2009). Em entrevista à rádio *SRzd*, no ano de 2007, na véspera da implementação do Programa, Cláudio Nascimento descrevia os encaminhamentos que vinham sendo adotados:

–O governador Sérgio Cabral criou uma câmara técnica que será instalada no final de setembro para elaborar o Programa Rio sem Homofobia. Ela é formada por 28 membros, representantes de 12 secretarias de governo. Será uma ação interligada entre Casa Civil, Segurança Pública, Saúde, Educação, Ação Social e Direitos Humanos, entre outras secretarias. A câmara conta ainda com especialistas de quatro universidades, seis membros da comunidade homossexual, além de outras entidades ligadas aos Direitos Humanos, como a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

²⁹ Sergio Cabral foi governador do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2007 e 2014, quando renunciou ao cargo para concorrer às eleições presidenciais. Desde 2016 esteve preso sob condenação por diversos crimes, dentre eles corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/politico/sergio-cabral/>. Acesso: 10 dez. 2018.

³⁰ Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniaio/rio-sem-homofobia-um-marco-historico/212334>. Acesso em: 01 jan. 2019.

da República – responsável pelo projeto semelhante ‘Brasil sem Homofobia’. Esse grupo vai trabalhar durante três meses na elaboração de políticas públicas que vão fazer parte do Rio sem Homofobia³¹ (SRZD, 2007).

Dez anos depois, durante a abertura da Parada de Duque de Caxias, José Araújo, da Associação de Luta pela Liberdade e Identidade do município de Queimados-RJ, reforçou em sua breve fala a importância do Programa Rio Sem Homofobia, contudo destacou que o Programa, que se consolidou a partir da luta dos movimentos sociais, sofre com o desmantelamento das políticas públicas para o setor. Da mesma forma, Júlio Moreira, também coordenador do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, fala deste desmantelamento: “É que temos um programa, mas estamos sofrendo um desmonte nas políticas estaduais. Hoje temos um programa estadual que infelizmente está sendo desmontado.” (Informação verbal³²).

As falas de Júlio Araújo e Júlio Moreira denunciam os ataques a programas estaduais para a população LGBT, especialmente ao Rio Sem Homofobia, e suas falas traduziam um sentimento muito presente durante todo o processo que culminou com a Parada de 2017. Havia, a partir de diversos elementos, a percepção de que as políticas voltadas à população LGBT estavam sob ameaça. A mesma percepção e denúncias eram compartilhadas e apareciam no discurso de outras/os militantes. A vereadora Verônica Lima, do município de Niterói-RJ, falava de “um verdadeiro ataque” aos direitos dos LGBTs e que estes ataques partiam, sobretudo, das casas legislativas brasileiras. Na mesma direção, Carol Ferreira³³, do movimento trans do município de São João do Meriti-RJ, encerrou seu discurso bradando uma frase que certamente traduzia o sentimento de muitos naquele momento: “Chega de retrocesso”. A frase no final do seu discurso foi seguida por gritos de apoio e muitos aplausos por parte dos presentes.

Os ataques ao Programa, assim como os discursos que os evidenciavam, tinham como pano de fundo a profunda crise econômica que o Rio de Janeiro estava atravessando, e que se intensificou bastante durante os anos de 2016 e 2017. Já em 2015, quando o governo do Estado deixou de efetivar repasses financeiros para empresas, fundações e órgãos públicos, além de atrasar e parcelar o salário dos

³¹ Disponível em: <http://www.srzd.com/geral/rio-sem-homofobia/>. Acesso em: 01 jan. 2019.

³² MOREIRA, Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

³³ FERREIRA, Carol. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

servidores, os efeitos da situação financeira eram percebidos em diversos municípios³⁴. Foi então que, no dia 17 de junho de 2016, o governador em exercício, Francisco Dornelles, decretava estado de calamidade pública.³⁵ Segundo o jornal *O Estadão*, a crise aumentou de forma considerável o número de pessoas vivendo em situação de rua, de 5.580 em 2013 para mais de 14 mil no final de 2016. Da mesma forma, a violência e o desemprego também aumentaram consideravelmente durante o período. Entre os anos de 2015 e 2017, praticamente um quinto das vagas perdidas em todo o país se concentrava no Estado do Rio de Janeiro³⁶.

Toda essa situação criou inseguranças em relação à continuidade das políticas sociais. No final de 2016, contribuindo ainda mais para o clima de incerteza que rondava em torno da continuidade das políticas públicas para o setor, Cláudio Nascimento, figura de referência no movimento LGBT nacional e de extrema importância na consolidação do Rio Sem Homofobia, é exonerado. Em 2019, depois das eleições estaduais, um clima de apreensão toma conta do movimento LGBT no Estado. Wilson Witzel, governador eleito pelo Partido Socialista Cristão, com uma pauta conservadora, representa uma ameaça na consolidação de políticas para o setor. Entretanto, nos primeiros meses de governo, as expectativas não se confirmaram.

Vale destacar que mesmo sobre este clima de medo e apreensão, os Centros de Referência LGBT ampliam sua atuação passando de 4 unidades em 2016 para 7 unidades em 2019. Os referidos Centros são unidades destinadas a atender, como indicado no próprio nome, a população LGBT, e oferecem serviços jurídico, social, psicológico, informacional e cultural. Surgem como braço do Programa Brasil sem Homofobia, entretanto sua implementação e manutenção cabe ao Estado. No Rio de Janeiro foram inaugurados, em 2010, localizados na capital, em Duque de Caxias, em Niterói e outro em Nova Friburgo; já no final de 2018, mais três Centros foram inaugurados em Volta Redonda, Queimados e outro no município de São Pedro da

³⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/governo-do-rj-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido-crise.html>. Acesso em: 02 jun. 2019.

³⁵ O “estado de calamidade” é definido por um decreto e indica o nível mais grave de atenção possível para determinados desastres em que um Município ou Estado não consigam resolver por conta própria. Além de recursos financeiros, a União pode enviar equipes da Força Nacional e solicitar a cooperação de regiões vizinhas. Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/entenda-o-que-e-o-estado-de-calamidade-publica.html>. Acesso em: 02 jun. 2019.

³⁶ Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-financeira-deixou-marcas-no-estado-do-rio,70002187692>. Acesso em: 02 jun. 2019.

Aldeia. Em conversa com Ernane Alexandre, que atualmente é Superintendente de Políticas LGBT do Estado, obtive a informação de que todo o atendimento e as equipes necessárias para tal estão funcionando. O programa tem 44 funcionários vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, além de profissionais a partir de uma cooperação técnica, advindos de alguns municípios.

A ampliação dos Centros de Referência LGBT, que no Rio de Janeiro são denominados Centros de Cidadania LGBT, configura-se como um alento diante das expectativas que o movimento apresentava. Vale destacar também que, segundo Ernane Alexandre, a atual gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos optou por transformar a Coordenadoria de Políticas LGBT em Superintendência. Entretanto, o Programa Rio Sem Homofobia ainda é um programa de governo, sendo assim a demanda do Movimento LGBT é transformá-lo num programa de Estado, a fim de consolidá-lo para além das intempéries do atual governante.

4 EDUCAÇÃO, GÊNERO, SEXUALIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

É inegável que as questões relacionadas às temáticas LGBTs, apesar de todos os desafios que encontram, estão ganhando cada vez mais visibilidade: programas governamentais, campanhas publicitárias, leis específicas e aumento de publicações científicas são evidências do maior interesse sobre o assunto. A esfera da sexualidade e todos os discursos que a envolvem compõem uma importante arena de interesses e disputas. É o resultado desses embates, com todas as possibilidades, avanços e retrocessos, que constitui nossa compreensão sobre o tema.

Neste capítulo, discutiremos concepções de educação, seja enquanto reprodutora de determinados discursos de gênero e sexualidade, ou como um conceito que compreende potencialidades para a produção de discursos outros. A visão de educação que temos é mais ampla do que a simples escolarização, dessa forma, investigaremos modalidades educacionais e o papel educativo dos movimentos sociais, considerando que estes são territórios privilegiados para a consolidação de uma Educação para além da educação formal, em que a escola é o *locus* central. Trataremos o Movimento LGBT no contexto dos novos movimentos sociais e seus potenciais educativos, na consolidação e ampliação de direitos e busca por respeito.

4.1 As Paradas LGBTs no contexto dos novos Movimentos Sociais

Analisar a dinâmica dos movimentos sociais e as transformações que estes vivenciaram, sobretudo a partir da década de 1990, nos ajuda a compreender as Paradas LGBTs a partir de um contexto mais amplo. Como já mencionado, elas fazem parte de um movimento maior e que, segundo Facchini (2003), se constituem com a pretensão de reivindicar direitos pautados na liberdade de expressão sexual e/ou “reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais”(FACCHINI, 2003, p. 84). Sendo assim, vale destacar que, até os anos de

1970, analisar os movimentos sociais era fazer uma associação direta com as contradições e processos de produção do capitalismo.

Não faz muito tempo que um tradicional movimento operário e a insígnia da luta de classes moviam tanto a prática dos movimentos como as análises teóricas sobre os mesmos. Assim, Carvalho (2012) relata que, ainda durante os últimos anos da ditadura militar³⁷, a oposição ao regime impulsionou a retomada e renovação destes movimentos. Se no sindicalismo uma nova postura começava a se impor exigindo maior horizontalidade organizacional com participação cada vez maior dos trabalhadores, no movimento popular, o aparecimento de diversos movimentos sociais urbanos e as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs)³⁸ foram marcos importantes (CARVALHO, 2012) e evidenciaram a necessidade de apresentar outras formas de enfrentamento.

Tischler (2005) alerta para outro fato histórico significativo quando se pretende pensar os movimentos sociais nas últimas décadas: a chamada queda do socialismo real. Para o autor, o discurso que se constituiu em torno do fim do socialismo fez com que vários movimentos abandonassem a perspectiva de classe em seus discursos. Machado (2007) reforça esse argumento quando diz que, com o fim da Guerra Fria, os movimentos sociais passaram a ser vistos como importantes para a promoção de direitos e construção da cidadania. A inicial percepção de conflito que havia na relação entre os movimentos e o Estado se transformou em cooperação e parcerias. Desta forma, rompia-se um tradicional modo de operacionalização dos movimentos sociais.

Laclau (1986) identifica na configuração tradicional dos movimentos três características basilares. A primeira diz respeito aos agentes envolvidos, pois estes eram identificados a partir de categorias pertencentes à estrutura social e categorizados como blocos rígidos. Ao contrário, a partir do que ele identifica como novos movimentos sociais, fica difícil pensar os sujeitos envolvidos como unidade, representantes de um sistema coerente e ordenado de atuação. Outra característica era o fato dos conflitos serem vistos a partir de um esquema “evolucionário”. Haveria um objetivo final e redentor nas lutas sociais. Esse objetivo era determinado historicamente e alcançado a partir de movimentos que independeriam da consciência

³⁷Período de 1964 até 1985 em que os militares assumiram ditatorialmente o poder no Brasil.

³⁸ Movimento que surgiu nos primeiros anos da década de 1970 dentro da Igreja Católica com inspiração na Teologia da Libertação; o Movimento teoricamente se aproximava do Marxismo, trabalhava com a população carente das periferias urbanas e tentava unir o trabalho religioso a um esforço de conscientização política.

dos sujeitos, como se a História se construísse a partir de estágios evolutivos previamente identificáveis. Por fim, a terceira característica apresentada para os movimentos sociais tradicionais, os identificaria como redutores dos espaços de conflito, pois a tendência era unificar interesses; os agentes eram “representados” por outros em espaços centralizados de disputa política. Em contrapartida o que caracteriza os novos movimentos sociais é que, através deles, a unidade destes três aspectos rompeu-se.

Novas configurações sociais, econômicas e políticas exigiram outras posturas. Touraine (2004), ao falar do caráter dos novos movimentos, afirma que:

Os Movimentos Sociais que surgem em diferentes domínios não são mais formas de defesa dos trabalhadores contra os seus patrões da indústria, mas de defesa do público contra os organismos de administração que tem o poder de modelar a procura em função de seus interesses; diversos grupos e diferentes formas de organizações não invocam mais a intervenção do Estado, reivindicando, ao contrário, a autonomia e autogestão das unidades de base; enfim, não falam mais em progresso e porvir radiante, mas querem organizar, a partir de hoje, uma vida diferente, agindo sobre as escolhas sociais e políticas que regem a produção da organização social (TOURAINÉ, 2004, p. 209).

Neste sentido, nos anos de 1980 e 1990, em diversas partes do país e do mundo, se organizam os mais diversos grupos – de jovens, de mulheres, de afro-brasileiros e homossexuais –, colocando na agenda de debate e ações demandas como a luta pela ética na política, o combate ao machismo, o enfrentamento ao racismo, as preocupações ecológicas, a batalha por moradia, por terra, por dignidade e tantas outras questões de inquestionável importância. É justamente neste contexto que surge o Movimento LGBT como conhecemos hoje.

Facchini (2003) sugere, para uma melhor análise, dividir a História do Movimento Homossexual no país em três momentos específicos. A chamada “primeira onda” seria a representação dos primeiros passos do movimento e corresponderia aos últimos anos da ditadura militar. O combate ao HIV-Aids e o fim da ditadura, período em que se inicia na segunda metade da década de 1980, corresponderia ao segundo momento e se caracteriza por um declínio nos movimentos homossexuais. Um terceiro momento se inicia nos primeiros anos da década de 1990, quando o movimento reaparece com bastante vigor depois de um período de pouca atuação. Neste terceiro momento, o Movimento Homossexual, ainda segundo Facchini (2003):

[...] chegava à segunda metade da década de 1990 com uma presença marcante na mídia, ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da AIDS, vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas, ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal, atuação junto a agências estatais ligadas aos temas DST/AIDS e Direitos Humanos, formulação de diversas respostas frente à exclusão das organizações religiosas, criação de associações de grupos/organizações em nível nacional e local como a Associação Brasileira de Gay, Lésbicas e Travestis ou o Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros e a organização de eventos de rua, como a manifestação realizada por ocasião do dia do Orgulho Gay na cidade de São Paulo, que, no ano de 2002, contou com a presença estimada pelos organizadores de cerca de 500.000 pessoas (FACCHINI, 2003, p. 142).

A partir dos anos de 1990, os grupos cresciam com bastante vigor em nosso país, aglutinados em torno de precisos recortes identitários (gays, lésbicas, transexuais, travestis). Cada segmento, com suas demandas específicas vivenciava disputas e embates que se demonstram, sobretudo, na ordem, supressão ou acréscimo nas letras da sigla do movimento. Ao mesmo tempo, alianças e unidades de ação eram alinhavadas, tanto entre os segmentos do próprio movimento, quanto entre estes segmentos e o Estado. Ao entrevistarmos um dos coordenadores do GPD, este apresentava um elemento que ilustra tanto a demarcação entre as diversas identidades que compõem as siglas do Movimento LGBT, como as alianças e acordos para que estas mantenham unidades. O coordenador relata que a cada mandato um novo presidente ou presidenta era aclamado/a pelo grupo, contudo havia, por questão de representatividade, um revezamento a partir da orientação sexual. Essa dinâmica adotada pelo GPD, a nosso ver, diz mais sobre a complexidade das novas configurações do Movimento, do que sobre uma provável falta de coesão ou dificuldade para construir pautas unificadas, e por esse motivo tal complexidade foi trazida ao texto.

No contexto dos novos movimentos sociais, o Movimento LGBT, na medida em que estreitam os laços com o Estado, propõe, elabora e colabora na implementação de políticas, como alerta César, Duarte e Sierra (2013), e corre o risco de perder o potencial crítico e transformador da ordem social e, sobretudo, das normas sexuais. Este é um desafio que se coloca: seguir conquistando direitos a partir de uma relação mais próxima com o Poder Público ou garantir completa autonomia para, de forma independente, lutar pela subversão da ordem imposta.

4.2 Gênero e sexualidade na educação: entre discursos e silenciamentos

Desde os primeiros encontros com os organizadores, percebemos que há intencionalidade educativa na Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias. Sharlene Rosa – partindo de sua experiência pessoal, da dificuldade que os seus pais tiveram em aceitar sua identidade de gênero –, diz que a Parada, além de pretender ser um importante instrumento no combate à disseminação do HIV-Aids, tem como objetivos lutar contra a violência, a discriminação e, conseqüentemente, garantir cidadanias. Para Rosa:

A proposta (da Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias) é o combate e o respeito na questão da homofobia, na família. Hoje a gente tem o poder de dialogar com pais, eu tenho 40 anos de idade, meus pais não me aceitaram. Hoje buscamos mostrar aos familiares que ter uma pessoa LGBT na família é normal, as pessoas não são doentes. Eu estava com uma médica da Fiocruz e ela me falou que a Parada é importante, importante para a família, importante na questão do HIV-Aids [...] então a gente tem que mostrar que tem que respeitar uns aos outros, mostrar que a sociedade tem que nos respeitar, porque nós somos iguais a sociedade. A gente contribui, paga imposto, declara o imposto de renda, igual a qualquer heterossexual. A gente tem esse direito de viver da maneira que a gente quer, respeitando uns aos outros, independente da orientação sexual (Informação verbal³⁹).

Destacar a importância da família, registrar a possibilidade de diálogo com os pais como estratégia na luta contra a homofobia, é de considerável relevância quando sentem por objetivo combater a discriminação e preconceito. Trazer a importância do diálogo com a família é registrar que qualquer mudança social passa pela mudança de costumes que é no ambiente familiar que muitas pessoas experimentam pela primeira vez intolerância e preconceitos. A fala de Sharlene é muito forte emocionalmente, sobretudo porque parte de sua experiência pessoal, entretanto reflete a realidades de muitas outras pessoas.

No último relatório do Ministério dos Direitos Humanos, lançado no ano de 2018, intitulado “Relatório de Violência LGBTfóbicas no Brasil – Ano 2016”, é apresentado dados produzidos pela Ouvidoria de Direitos Humanos, a partir das denúncias registradas no disque 100, números fornecidos pelo Grupo Gay da Bahia e pela Rede Trans Brasilcom o intuito de traçar um panorama da violência contra a

³⁹ ROSA. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

população LGBT. Observando os dados referentes à categoria apresentada como gay, no que diz respeito à relação entre a vítima da violência e o suspeito, 44,4% não informam qual o tipo de relação existe, porém 12% apontavam os vizinhos, e 6,8% os irmãos. Os demais suspeitos que possuem algum tipo de relação familiar com a vítima, somados, totalizaram 21,1% dos casos. Para as outras categorias apresentadas no documento (lésbicas, transexuais, travestis e bissexuais) as porcentagens são bem parecidas. Os números revelam a proximidade entre os suspeitos de cometerem a violência e a vítima. Assim, o testemunho da coordenadora do GPD ganha inegável consistência. Entretanto, poderíamos sinalizar o quanto sua fala apoia-se num referencial de normatividade que, historicamente, reforçou padrões de certo ou errado em relação às condutas e práticas sexuais.

Quando Rosa nos diz que “hoje buscamos mostrar aos familiares que ter uma pessoa LGBT na família é normal”, compreendemos a boa intencionalidade da sentença, contudo é evidente uma contraposição entre os termos “familiares”, compreendido como referência para a normalidade, e “pessoa LGBT”, aquela que precisa ser reconhecida, também, como normal. Esta contraposição entre normal e anormal, como discutido em capítulo anterior, de forma alguma parte da constatação de um dado natural, mas configura-se como forte mecanismo de controle e disciplinamento. Segundo Foucault (1984), o padrão normatizado de sexo corresponde às práticas heterossexuais, consolidadas pelo casamento com finalidade reprodutiva. Tais práticas foram autenticadas por discursos médicos, e aos que não se enquadravam nos padrões, restavam-lhes a desqualificação e estigmas. Desta forma, pela oposição entre normalidade e a anormalidade, pautamos nossa recente história da sexualidade.

Sharlene, em seguida, ressalta o comentário da “médica da Fiocruz” que, segundo ela, atestou a importância do evento tanto na questão do combate ao HIV-Aids, como pela importância de alcançar as famílias. Destacar a validação da Parada por uma pessoa bem-sucedida profissionalmente, sobretudo considerando as dificuldades que a parcela da população LGBT encontra para conseguir emprego em nosso país, reafirmar a importância do evento a partir do discurso da médica faz pensar nas hierarquias sociais, padrões de respeitabilidade e a legitimação que atribuímos aos discursos de alguns interlocutores. Contudo, não deixamos de considerar que o intuito de Sharlene é outro. Ela certamente queria “mostrar que a sociedade tem que nos respeitar, porque nós somos iguais”. Sendo assim, ser igual

corresponderia a superar dicotomias, abolir a compreensão de certo e errado, normalidade e anormalidade, em relação à orientação sexual.

Nesta direção, os sistemas formais de ensino, à primeira vista, se constituíram como fortes aliados no combate aos mecanismos que tentam estabelecer formas padronizadas para vivenciar nossa orientação sexual e identidade de gênero. Certamente, entre as primeiras ideias que vêm à cabeça quando ouvimos a palavra educação é a aposta na possibilidade de salvarmo-nos ou salvar os outros de obscurantismos dogmáticos. Por muito tempo, cabia, e de certo modo ainda cabe, à Educação o papel de iluminar, transformar o ser humano inculto no cidadão esclarecido, contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica e tantas outras tarefas emancipadoras e revolucionárias (). Desde a Educação Jesuítica, atravessando toda a Educação Moderna até hoje, os discursos pedagógicos têm a pretensão de mostrar a luz aos sujeitos mergulhados nas trevas da ignorância.

Com o avanço da industrialização, o crescimento dos centros urbanos e o surgimento da noção de indivíduo, os discursos acompanharam as novas formas de organização social. Festividades que duravam meses após o término de uma boa colheita agrícola cediam cada vez mais espaço à correria desesperada para chegar pontualmente aos locais de trabalho. Surge o trabalho seriado, as fábricas se multiplicavam e com elas a necessidade de regular o tempo, não mais pelas fases da lua ou pela alternância entre dia e noite (ELIAS, 1994). Neste contexto, os sujeitos precisam se adaptar. Constrói-se toda uma pedagogia do corpo, que disciplina, educa e prepara estes para as demandas do seu tempo (SOARES; FRAGA, 2003). Quando o Estado assume de forma mais sistemática o papel de educador, ele se compromete com a formulação desta ideia de sociedade. Quanto mais se consolidavam as grandes cidades, e quanto mais complexas se tornavam as relações sociais, mais necessidade havia de controlar a vida dos membros destas, aumentando a preocupação em definir os padrões de conduta. A escola, como outras instituições de poder, fez uso de discursos sobre o sexo para controlar, inibir, proibir e aprisionar os sujeitos (FOUCAULT, 1984).

Nesse sentido, a educação escolar ainda hoje teria um papel fundamental como disciplinadora. Apesar das inúmeras transformações e diversas experiências pedagógicas, a educação formal ainda mantém, em sua quase totalidade, conexões estreitas com os mais tradicionais preceitos edificados ao longo da Modernidade. A visão herdada do Positivismo consolidou no universo escolar o entendimento de que

o papel da Educação seria transmitir apenas conteúdos científicos, evitando interpretações pessoais, temas tabus e polêmicas (SILVA, 2017). Neste sentido, poderíamos recorrer mais uma vez à Foucault (1984), quando o filósofo aponta o quanto a ideia de sexualidade se forjou, na medida em que, revestidos pelo discurso científico, traçávamos a separação entre normalidade e anormalidade. Desta forma, a sexualidade foi o instrumento de divisão entre práticas sexuais bem-educadas (heterossexuais, reprodutivas, monogâmicas), àquelas que ocupariam um lugar para além das fronteiras da normalização. Estas visões desconsideram que até mesmo as premissas científicas são construções históricas, permeada por disputas políticas e provisórias interpretações. Certamente, muitas práticas educacionais se afastaram das pretensões positivistas e travam fecundas batalhas contra mecanismos biopolíticos que enquadram os comportamentos a partir de determinados padrões. Contudo, a concepção de sexo atrelado ao mundo das ciências ou do sexo “bem-educado”, ancorado em rígidas normas de certo e errado, ainda é a tônica.

Diante do exposto, é preciso registrar que apesar do grandioso peso da cultura escolar na vida das pessoas, não estamos designando estas instituições como responsáveis absolutas pela construção das identidades sociais, mas compartilhamos o entendimento de Louro (2016) quando esta percebe o quanto, no campo da sexualidade em especial, as instituições formais de ensino conduzem a aparentemente contraditória tarefa de, por um lado estimular padrões de sexualidade que se enquadrem na “normalidade” ao mesmo tempo em que reprimem ou negam esta mesma sexualidade, escamoteando-a para a vida adulta e, se possível, para muito além dos muros da escola. Segundo a autora, entre contradições e oscilações, há nas escolas uma percepção de que:

É preciso manter a “inocência” e a “pureza” das crianças (e se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique o silenciamento e a negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. Aqueles que se atrevem a expressar de forma mais evidente sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigília, ficam marcados como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar (LOURO, 2016, p. 26).

Desta maneira, seguimos cristalizando estratégias de controle e disciplinamento, escondendo, negligenciando a dimensão política e social das questões relativas à sexualidade. Dizer que a educação formal, tanto quanto

reverbera, como quando silencia alguns discursos, acaba legitimando práticas e identidades sexuais em detrimento de outras, não é desconsiderar as diversas instâncias sociais que também cumprem esse papel, tampouco tem a intenção de desqualificar práticas pedagógicas que vão ao sentido oposto. É inegável o quanto o sistema formal de ensino, ao mesmo tempo em que contribui para a perpetuação de posturas reacionárias, colabora para a consolidação de democracias e anseios por igualdade social.

Segundo Gohn (2001), a educação escolar tem tido importância significativa para enfrentar tanto as transformações econômicas dos últimos tempos, como as mudanças no campo da Política e Cultura. Para Trilla (2008), as escolas tornaram-se lugar de convívio entre pessoas de diferentes origens, variadas trajetórias, divergentes visões de mundo e, assim, cumprem um importante papel de mobilidade social, integração cultural e, até mesmo, de consolidação de identidades nacionais. Na medida em que diversas identidades sexuais reivindicam direitos, enfrentam preconceitos, discriminações e se expressam publicamente, mais instabilidades e fissuras provocam nos habituais padrões escolares. Para Trilla (2008), a escola como espaço exclusivo da educação formal se consolidou de tal forma que ocorre uma identificação direta entre educação e escolaridade.

É necessário considerar que a educação é parte de um emaranhado de dispositivos que vão muito além do restrito universo escolar. Da mesma maneira, considerando que a sexualidade também é resultante de variados processos sociais, a forma como ela se apresenta em cada indivíduo só pode ser analisada ao levar em consideração os processos educacionais que vão muito além daqueles produzidos nas instituições escolares. A educação está longe de ser um fenômeno simples, homogêneo. Ao longo dos tempos tentamos classificar diferentes *nuances* deste processo, catalogando, nomeando as formas como esta se apresenta. Educação Infantil, de Jovens e Adultos, Ambiental, Educação Especial, tradicional, informal e Sexual são alguns exemplos (TRILLA, 2008). É certo que a educação não é algo exclusivo da escola, pois acontece em múltiplos espaços, das mais diferentes formas e através dos mais variados agentes. Entre familiares, amigos, vizinhos, políticos, artistas, na internet, no cinema, em bibliotecas, nos espaços públicos, em museus, no trabalho, processos educativos acontecem e, assim, constituem um universo de possibilidades narrativas, de produção de saberes e conhecimentos diversos, em que

os mais diferentes posicionamentos, inclusive no campo da sexualidade, se encontram.

Os participantes entrevistados na 12ª Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias, respondendo o que a Parada os ensinava, produziram respostas que caracterizam bem as variadas formas pelos quais foram afetados pelo evento ou como identificam as potencialidades educativas deste. Para eles o evento ensina “muitas coisas”, como registrou o morador de Duque de Caxias, Juan, 21 anos, inclusive “sobre direitos, doenças, cidadania”. Sendo assim, com a intenção de compreender como a Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias se enquadra no amplo universo da Educação, discutiremos na próxima seção, a partir da categorização de Coombs, Prosser e Manzoor (1973), modalidades educacionais. Seguiremos evidenciando o quanto o campo da Educação é construção social, portanto não se caracteriza sob o signo da inflexibilidade; desta forma, problematizar, questionar este campo é acreditar na possibilidade de torná-lo cada vez mais democrático e plural.

4.3 “Só ignorante não aprende com a Parada”: modalidades educacionais, percepções e discursos

Falar que a educação formal é uma relativa novidade na História pode parecer descabido se considerarmos que, mesmo antes da era cristã, já havia locais específicos de ensino/aprendizagem. Entretanto, a educação só ganhou a designação de “formal” a partir do momento em que passou a ser vista pelo Estado como local para duas importantes tarefas na consolidação da Modernidade: lapidar cidadãos afinados com os anseios dos novos tempos e, sobretudo, empregar na Economia saberes tipicamente escolares, criando, assim, instrumentos que, diante das novas profissões estabelecidas, poderiam incluir ou excluir pessoas do novo mercado de trabalho. Desta forma, na medida em que aumentava o reconhecimento e financiamento pelo Estado, a educação escolar “se tornou objeto quase exclusivo das formulações de políticas educacionais” (GHANEM, 2008, p. 46). Contudo, a estruturação de uma educação formal não foi suficiente para dar conta de todas as

demandas por educação e, deste modo, outros mecanismos educacionais continuaram coexistindo.

Trilla (2008), seguindo a categorização elaborada por Coombs, Prosser e Manzor (1973), classifica a educação em três diferentes modalidades: formal, informal e não formal. Essa categorização tem uma importância metodológica fundamental para quem pesquisa o assunto. Segundo Trilla (2008, p. 25) “a soma da educação formal, não formal e informal deve abranger a globalidade do universo da educação”), ou seja, a referida classificação estabelece que, em se tratando de Educação, qualquer processo está contido em uma dessas modalidades.

Na educação formal, a intencionalidade é a característica mais marcante. Nesta modalidade, os regulamentos são definidos a partir de um conjunto de regras e leis constitucionais. Exige-se duração predeterminada, local apropriado, profissionais especializados, eo professor como agente educador preferencial, com objetivos e conteúdos previamente estabelecidos por leis e supervisionados por instâncias superiores, resultando em certificados e titulações (MEIRA, 2016).

Na educação não formal, como na educação formal, a intencionalidade é uma característica determinante. A aprendizagem pode acontecer em espaços informais, entretanto existe intencionalidade envolvendo o processo. Para Gohn (2006), a educação não formal localiza-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos indivíduos e grupos, e são espaços coletivos de aprendizagem política, suas regras são definidas a partir de interatividades e, ao contrário da educação informal, que acontece em ambientes espontâneos, o desejo de aprender, de participar e de transmitir conhecimentos, mesmo que seja circunstancial, é a palavra-chave para definir as ações.

A educação informal se caracteriza pela falta de intencionalidade. E ainda, segundo Trilla (1985), acontece sem que se atribua ao agente educador esta tarefa específica, como também o local onde os processos acontecem que não é reconhecido como designados para essa função. Nesta modalidade, a educação ocorre em ambientes espontâneos onde a socialização se dá a partir de pertencimentos transmitidos. O ambiente familiar, as trocas com amigos, o bate-papo descontraído no clube ou na praça, na igreja, são exemplos de onde a educação informal pode acontecer. Grosso modo, a educação informal aconteceria de forma espontânea; a educação formal seria aquela que, em determinado tempo histórico e país, é definida por uma série de significados específicos e conduzida por um conjunto

de leis; já a educação não formal seria compreendida como os sistemas educacionais intencionais que não entram no “organograma” oficial de ensino (TRILLA, 2008).

Vale lembrar que, segundo Gohn (2001), o processo de globalização econômica, a partir dos anos de 1990, exigiu tanto a necessidade de maior grau de conhecimentos e informações, quanto aumentou mundialmente o grau de competitividade. Diante do novo quadro, a educação ganha pauta privilegiada nos discursos políticos, pois seria através desta que o país se adequaria às novas exigências mundiais. Desta forma, “o número maior de anos de escolaridade, associado à qualidade da educação recebida, é apresentado como fator determinante para o acesso ao mercado de trabalho, nível de renda a ser auferido, etc.” (GOHN, 2001, p.95). Segundo a autora, essa nova abordagem provoca uma distorção nos propósitos da educação, na medida em que confunde educação com sistema escolar e atribui a preparação para o mercado de trabalho como seu objetivo final.

Gohn (2003) reconhece o quanto a Economia nos tempos de globalização necessita de profissionais que acumulem as mais diversas habilidades, que sejam criativos, que dominem conhecimentos tecnológicos, que saibam trabalhar em equipe. Contudo, a autora denuncia o quanto esse discurso e exigências são permeados por uma lógica utilitarista, que tem por finalidade formar o indivíduo como máquina produtora, afinada a exigências puramente economicistas. Gohn (2000) segue explicando que reformas educacionais se tornaram a tônica dos discursos políticos durante o período de redemocratização do país. Esses discursos eram reflexos, tanto das discussões que aconteciam internacionalmente sobre Educação, como fruto das demandas internas por transformações em diversas áreas sociais. No entanto, a tentativa de transferir modelos privados de gestão, eficiência, técnica, controle de tempo, resultados e lucros desconsidera que a lógica e os objetivos dos serviços públicos são outros.

Seguindo o modelo empresarial, administradores públicos reproduzem o discurso da eficiência e, sob pretexto de combater déficits, promoveram mudanças, transpondo do setor privado formas de contratação e avaliação individual de desempenho. Apesar de ser possível identificar alguns pontos positivos nestas mudanças, sobretudo quando apontam para a necessidade de conselhos escolares ou a abertura física das escolas em horários alternativos, essas mudanças vêm acarretando, entre outras mazelas, precarização das condições de trabalho. Neste contexto, a falta de diálogo, cooperação efetiva e troca entre os que executam as

políticas públicas – e outros atores da comunidade educativa – têm sido um erro recorrente. É diante deste cenário, em que o Estado minimiza sua atuação na esfera das políticas públicas, transferindo ou compartilhando tarefas com o terceiro setor, que a partir dos anos de 1990, entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apontam a importância de espaços não formais de educação. Desta maneira, esses espaços acabam contribuindo ainda mais como alternativa ou complementaridade aos sistemas formais (GONZALEZ; MOREIRA, 2014).

A educação não formal, segundo Gohn (2006), é terreno fértil para consolidação de cidadãos participativos, com responsabilidade diante do outro e da coletividade. Nesta modalidade, a preocupação com o universal caminha numa lógica inversa àquela em que o interesse se concentra no lucro de poucos e na manutenção de velhas práticas. A educação não formal tem como princípio a igualdade e justiça social, para tanto o exercício da cidadania, a formação política e o respeito às diferenças culturais como metas a serem perseguidas. Considerando que os Movimentos Sociais também perseguem as mesmas metas e se consolidam, invariavelmente, sobre os mesmos princípios, percebemos o quanto estes são espaços privilegiados de educação não formal.

Neste sentido, a Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias cumpre um importante papel educativo. Os participantes do evento, a partir das entrevistas realizadas, nos fornecem indícios desse caráter educativo. Perguntados se a Parada os ensinava algo, dos 21 entrevistados, apenas 1, sem negar o seu papel educativo, afirmou que “a Parada é mais diversão que ensino”; os demais eram enfáticos em afirmar a importância educativa do evento. Uma das entrevistadas, Vanessa, advogada, moradora de Magé, de 34 anos, respondeu que a Parada, além de ser um espaço de “união para se valorizar”, ensina para a sociedade “que somos pessoas, independentemente da orientação sexual”. Luciano, 52 anos, morador da cidade de São João do Meriti, afirmou que “as pessoas saem da Parada com uma compreensão melhor da homossexualidade”. Essas duas falas sugerem que a Parada, além de ser um espaço de formação política, de reivindicação e denúncia, é também local de encontros e autoafirmação de identidades. Os participantes também informaram entender a Parada como um evento que educa para uma melhor compreensão das causas e reivindicações do Movimento LGBT.

Desta forma, estas percepções associam-se à concepção de espontaneidade dos eventos educativos não formais, conforme afirma Gohn (2006). A fala de Luciano aponta para um processo de formação que acontece dentro do evento, que atinge diretamente os participantes. Vanessa também fala deste processo que afeta os envolvidos, mas, além disso, indica uma dimensão que extrapola as fronteiras da festa quando diz que a Parada “ensina para a sociedade”. Mila, *Disc-joquei*, de 20 anos, moradora de Nova Iguaçu, diz que o maior ensinamento da Parada é evidenciar o fato de que “a diversidade existe, que ela está em todos os lugares e, portanto, precisa ser respeitada”. Respeito também foi a palavra usada por Solange, de 46 anos, moradora da cidade de Duque de Caxias, e por Erick, morador do município de Magé. Ele e ela acreditam que a Parada incentiva as pessoas a se respeitarem.

A Parada passa a mensagem de amar o próximo. Amar o próximo e parar de violência. Violência não tem nada a ver. Só ignorante não aprende com a parada. Ela [a parada] incentiva as pessoas a não fazerem o mal, a se respeitarem” (Informação verbal)⁴⁰

“Mostra para os homofóbicos que para reivindicar respeito tem que dar respeito. A Parada é bem educativa. Mostra que todo mundo faz a mesma coisa [...] todo mundo é igual” (Informação verbal)⁴¹.

Considerando a fala dos entrevistados, os efeitos educacionais produzidos na Parada parecem evidentes. É desta forma que os participantes a percebem como local de educação para a cidadania, espaço de formação política e respeito às diferenças. Contudo, haveria um agente educador? Quem desempenha esse papel? Para Trilla (1985), na educação não formal, tanto o recrutamento, quanto a formação do profissional que assume o papel de educador são bastante incertos, uma vez que, ao contrário da educação formal, os títulos e diplomas não são pré-requisitos para o exercício desta função. O que se considera é a habilidade pessoal diante do objetivo a ser alcançado. Para Gohn (2006), nesta modalidade, o maior educador é aquele com quem compartilhamos similaridades, com quem interagimos ou nos integramos.

Na Parada de Duque de Caxias a ninguém é atribuído este papel específico, contudo, nos discursos dos militantes no carro de som, identificamos intencionalidades. Quando estes instigam reflexões, apresentam propostas, números,

⁴⁰ Solange. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017

⁴¹ Erick. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

dados estatísticos, informações relevantes, encaminhamentos consistentes, tanto para o Movimento LGBT, como para as demais esferas sociais estão exercendo o papel educativo tão bem identificado pelos participantes. No dia da Parada, sobre o carro de som, ouvimos os discursos proferidos por seis militantes, além de Cláudio Nascimento⁴², do Grupo Arco-íris de Cidadania LGBT, que exercia a função de mestre de cerimônias, e Isaias Leal, presidente do GPD no ano de 2017, que saudou os presentes. As falas foram anunciadas como parte da abertura oficial. A seguir, com a intenção de destacar a potência educativa da intervenção dos militantes, apresento alguns temas que compuseram os discursos.

Carol Ferreira, do Movimento Trans do município de São João do Meriti e integrante do projeto de prevenção à AIDS da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), destacou a necessidade de construir e defender políticas públicas para a população LGBT; transcorreu também sobre a importância do Programa de Profilaxia Pré e Pós-Exposição (PrEP e PEP)⁴³ no combate ao HIV-Aids. Em determinado momento, a militante lembra que “o SUS implementa a política, mas não é tão fácil quando um gay, uma travesti, chega lá e diz que teve uma exposição sexual. A gente serve de chacota”. Desta forma, Carol Ferreira parte de uma informação direta, objetiva, para refletir a respeito de um tema caro entre os participantes do evento. O preconceito, a discriminação decorrente de um estigma que se consolidou em nosso país, se depara conosco inclusive nas instituições de atendimento ao público.

Goffman (1975), no livro *O Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, ao discutir sobre a palavra que dá título ao livro, diz que, no sentido figurado, a palavra significa algo que é considerado indigno, com má reputação. Ele escreve que a palavra foi cunhada pelos gregos para se referir a sinais corporais, bons ou maus, e evidenciava questões morais de quem o possuía. A partir deste ponto, o autor apresenta uma interessante reflexão para o uso dessa palavra nos dias atuais. O autor reconstrói toda uma história de significados, os quais vieram sendo modificados e utilizados no decorrer dos séculos como um recurso para designar o

⁴²Secretário de Direitos Humanos da ABGLT, membro do Grupo Arco-Íris/RJ, membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República e Coordenador da Parada do Orgulho LGBT Rio desde 1995. Fonte: <http://claudionascimento.blogspot.com/>

⁴³PrEP é um conjunto de medicamentos que impedem preventivamente que o vírus HIV infeccione o organismo. O PEP é o uso de medicamentos antirretrovirais após o contato com o vírus HIV; a PEP deve ser iniciada logo após a exposição de risco, em até 72 horas, e deve ser tomada por 28 dias. Os dois procedimentos são oferecidos pelo Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br>. Acesso em: 19 abr. 2018.

papel social que o indivíduo exercia na sociedade e, assim, aponta o fato de que a palavra atualmente não difere muito da perspectiva de séculos anteriores. Continuamos construindo a identidade social daqueles que nos cercam a partir de representações que temos e dos preconceitos que possuímos. A partir destas representações, atribuímos julgamentos morais.

Britzman (2010), transcorrendo a respeito de como os aparatos educativos tradicionais e a medicina se esforçaram para trancafiar a sexualidade no reduzido espaço da função reprodutiva do sexo, deixa indicativos para que pensemos o quanto recorrer ao SUS ou a qualquer outro equipamento médico-hospitalar, em decorrência de uma prática sexual que busca o prazer sem a utilidade reprodutiva, seria, por si só, elemento para “chacotas”. Diante de uma cultura que trabalha cotidianamente para conformação dos corpos e suas práticas, a partir de um determinado padrão de normatividade, a recorrente “chacota” que Carol Ferreira se refere acima é poderoso instrumento para imprimir nas pessoas sinais corporais e que, quanto mais estigmatizados, segundo Goffman (1975), menores hierarquicamente serão.

No entanto, quando Carol Ferreira⁴⁴ compartilha estas experiências diante da multidão, quando denuncia, fala do tratamento que se recebe, está mais do que simplesmente registrando uma situação dada, uma condição permanente; ao contrário, a militante estimula a reflexão, convida para o debate, exige posturas de enfrentamento, se fortalece. Desta forma, como diz Gohn (2006) referindo-se à educação não formal: “ela tem como pretensão preparar os cidadãos, educar o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo, etc.” Já Sylvia Mendonça trouxe em sua fala a memória do Babalorixá Joãozinho da Goméia que, segundo ela, foi o primeiro Babalorixá do Brasil a assumir sua homossexualidade.

Estamos na luta para que respeitem nossa religiosidade e fé. Pra terminar, eu quero que vocês prestem atenção: que a primeira marcha LGBT de Duque de Caxias trouxe a memória do maior Babalorixá que este Brasil já teve. Joãozinho da Goméia, o primeiro Babalorixá do Brasil a assumir sua sexualidade, desfilando no Carnaval como a vedete Arlete, em 1954. Muita audácia! Assim, eu peço para que cada um de vocês comecem a se engajar para que esta cidade, este país, o mundo, seja nosso (Informação verbal).⁴⁵

⁴⁴Do Movimento Trans do município de São João do Meriti e integrante do projeto de prevenção à AIDS da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

⁴⁵ MENDONÇA. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

A fala da representante do Movimento Negro Unificado sugere interseções entre raça, religiosidade e gênero. Exigir respeito “a nossa religiosidade e fé” é trazer para o debate a situação de preconceito e perseguição que as religiões de matrizes africanas ainda enfrentam em nosso país. Nos últimos anos, diversos jornais e órgãos de imprensa, publicaram matérias sobre o aumento da violência contra praticantes do Candomblé e Umbanda. A edição *online* da revista *Cult*, de setembro de 2017⁴⁶, por exemplo, trazia uma extensa matéria sobre intolerância religiosa com dados da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Segundo estes dados, mais de 70% dos 1.014 casos documentados no referido ano tinham como vítimas os praticantes destas religiões, e que muitos fatores estão por detrás desses fatos. Silva (2007) destaca a expansão das igrejas neopentecostais e a conseqüente corrida por novos adeptos, mas as origens históricas apontam para práticas que vão além desta recente disputa por fiéis. As religiões afro-brasileiras apresentam vestígios de uma cultura que resiste desde a escravidão, dessa forma os atuais ataques podem ser entendidos como intolerância, mas também como práticas racistas.

Segundo Weeks (2016), a interseção entre raça e gênero constitui-se como elemento de fundamental importância na história da sexualidade, entretanto, até recentemente, foi bastante negligenciado por historiadores e cientistas sociais. Para o autor, as definições de masculinidade e feminilidade, assim como os comportamentos sexuais, foram, em grande parte, configuradas a partir de respostas dadas ao outro, ao estrangeiro, ao não civilizado. A partir daí, mitos como o da ameaça que o homem negro, hiperssexualizado, poderia causar à pureza feminina branca justificaram históricas atrocidades. Durante o século XIX, além de creditarem aos negros uma inferioridade evolutiva em relação aos brancos, os apresentavam como mais sexualmente selvagens.

Davis (2016), por exemplo, narra como nos Estados Unidos o mito do homem negro violador serviu de poderoso instrumento inventado pelo racismo para justificar investidas contra a população negra. A autora lembra que, entre os anos de 1930 e 1967, 455 homens foram executados naquele país, e deste montante só 50 eram homens brancos. Se aos homens negros imprimiam o estigma de violadores, as mulheres negras eram vistas como sexualmente promíscuas e, mesmo quando estas

⁴⁶ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/violencia-religiosa-candomble-umbanda/> Acesso em: 02jun. 2019.

eram violadas, inclusive por policiais, raramente encontravam apoio das autoridades. Desta forma, à medida que, apoiados em discursos científicos, reforçavam estigmas à população negra, imprimiam um determinado padrão de conduta sexual não só sobre os negros, mas para toda população.

Trazer a memória do Babalorixá Joãozinho da Goméia⁴⁷ é buscar pelo discurso de tolerância, de respeito a determinadas práticas religiosas, exigir respeito a “nossa religiosidade”, assim como um recorte racial e inserir esse elemento na discussão de gênero. Evidenciar a forma como Joãozinho da Goméia expunha sua sexualidade traz para a discussão o quanto as religiões de matrizes africanas lidam com a questão da homossexualidade. Considerando que nestas a possibilidade da existência de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo é legitimada inclusive pelos deuses (RIOS, 2012), também transforma estes espaços em locais acolhedores para quem quer viver experiências religiosas, e que diverge dos padrões heteronormativos que as religiões de origem judaico-cristãs ajudam a robustecer. Assim, toda a discussão trazida por Sylvia Mendonça, e o que ela traz de possibilidade interpretativa, qualifica o evento como local de aprendizagem e troca.

O vereador David Miranda,⁴⁸ à época, trouxe números em sua fala. Afirmou que a cada 25 horas um LGBT é assassinado no país, e que só a resistência organizada politicamente “pode tornar nossas vidas viáveis”. Júlio Moreira, em seu discurso, conclamou os presentes a lutarem pelo avanço de políticas públicas:

Este é um espaço de conscientização, de beijar na boca, de dançar, mas também de marcar um lugar político. Um lugar onde a gente não aceita retrocesso e perseguição. A gente precisa justamente avançar em políticas públicas, não só no município de Duque de Caxias, mas em todo o Estado do Rio de Janeiro (Informação verbal⁴⁹).

⁴⁷ João Alves de Torres Filho, Joãozinho da Goméia, foi um famoso Babalorixá do Candomblé Bantu. Nasceu em Inhambupe, Bahia, em 1914. Assumidamente homossexual, em 1948, mudou-se para Duque de Caxias-RJ, município onde passou grande parte de sua vida. Atendia políticos, como Getúlio Vargas, embaixadores, a sogra de Juscelino Kubitschek, além de vários artistas. Faleceu em São Paulo, em 1971. Disponível em: <https://ocandomble.com/2019/03/24/joaozinho-da-gomeia/> Acesso em: 03 jun. 2019.

⁴⁸ Em 2018, David Miranda disputou uma cadeira para Deputado Federal. Recebeu 17.356 votos, tornando-se o primeiro suplente da bancada do PSOL-RJ. Em 2019, após a renúncia de Jean Wylis, por conta de ameaças desferidas por eleitores e apoiadores do presidente Bolsonaro, Miranda assumiu o seu mandato como parlamentar.

⁴⁹ MOREIRA. Entrevista I. [março 2019]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2019. 1

Quando Júlio Moreira aponta o evento como ambiente de conscientização e, por consequência, “lugar de marcar um espaço político”, mais uma vez nos remete a Gohn (2006) e a caracterização que ela faz da educação não formal. A autora identifica nesta modalidade a capacidade de desenvolver alguns processos, tais como: sentimento de identidade com determinados grupos, solidificação da consciência coletiva; a nosso ver, é a esta conscientização que o militante se refere. Uma conscientização capaz de, na Parada de Duque de Caxias, “marcar um lugar político” a partir da identidade LGBT, de lutar contra “retrocessos e perseguições” de forma coletiva. Assim, como um professor da educação formal, há intencionalidades no discurso de Júlio. O militante conclama os participantes para juntos, perseguirem objetivos previamente definidos, no entanto, o militante não deixa de reconhecer a dimensão festiva do evento. A Parada, segundo ele, também é espaço de “beijar na boca, de dançar”. E, assim, evidencia que, para além do espaço sisudo que povoa o imaginário de quem acredita que política e educação devem ser tratadas, invariavelmente, com formalidades, há celebração e alegria no evento. A este pensamento, que não reconheceria as potencialidades educativas e políticas contidas na festa, Maffesoli (2009) analisa como resultado de teorias elaboradas no século XIX, mas que continuam a alicerçar um pensamento que identifica a necessidade do corpo, porém do corpo que produz, e não o corpo gozoso, o corpo que dança e festeja o momento presente.

É evidente que os discursos proferidos nos carros de som, por si só, não são capazes de formar ou transformar, ao menos de imediato, a consciência ou opinião dos presentes. Contudo, o conjunto destes, somando-o aos muitos outros discursos contidos no evento, indica o seu caráter educativo e reafirma sua contribuição como local para apreensão dos temas propostos pelo Movimento LGBT. Na Parada de Duque de Caxias, os temas abordados pelos militantes adquirem o caráter de conteúdo num processo educativo. Granem (2008), quando se refere ao conteúdo da educação não formal, diz que estes são selecionados e adaptados a partir das necessidades imediatas das áreas de atuação onde são proferidos. É assim na Parada de Duque de Caxias. Refletir sobre esses conteúdos, como também considerar as maneiras com que os participantes são afetados por esses processos educativos, é se deparar com uma atribuição educativa primordial, não só das Paradas, mas de todo o Movimento LGBT. Vale destacar que as modalidades educacionais não se excluem, elas constituem uma elaborada trama de interseções,

cruzamentos, justaposição. Assim, a educação, desde o momento da construção do evento, transita, também, de forma sorrateira, clandestina, a partir das conversas informais, do contato com o outro, do estar próximo, discutindo, trocando ideias, compartilhando a festa e o trabalho.

Em uma das reuniões, que tinha como objetivo organizar questões práticas, tais como a ordem dos trios elétricos, tempo de fala das/dos militantes, a função de cada integrante no dia do evento, entre um ponto de pauta e outro, alguns assuntos surgiam. Em certo momento, uma das participantes da reunião comentou um vídeo que tinha visto nas redes sociais em que duas crianças de aproximadamente 12 anos, numa festa de rua, se beijavam na boca. A possível repercussão negativa do vídeo a preocupava, pois, em suas palavras “tem gente que diz que isso é culpa da Parada Gay, a gente sabe que não, mas imagina o povo do Bolsonaro vendo isso?” Essa fala gerou um pequeno debate que parecia apontar para um possível paradoxo, pois se o evento tem um inegável papel educativo, pois traz a público discussões de grande relevância para a conquista de direitos, ao mesmo tempo em que, afirmavam alguns, ia de encontro a padrões de heteronormatividade, e assim como no vídeo, provoca críticas e descontentamentos em setores mais conservadores da sociedade. A discussão que surgiu a partir daí foi um rico momento de reflexão. Para além do provisório resultado da conversa, que indicava o quanto esses temas devem ser encarados como oportunidades ímpares para promover debates, é certo que este momento consolidou convicções, desestabilizou certezas, fez refletir e, assim, confirmar o poder que o processo, as reuniões, os encontros têm na formação militante.

No mesmo sentido, alguns dias depois que a Parada de 2017 foi às ruas, Nilson, um dos entrevistados, integrante do GPD e funcionário do Centro de Cidadania LGBT-Baixada I, relata que:

Em quatro anos de emprego no Centro de Cidadania, o trabalho administrativo que exerço se confunde com a minha militância. Foi justamente pelo contato profissional com Sharlene Rosa e Ernane Alexandre que minha atuação no GPD começou [...]este ano vivi meu maior desafio como militante, pois fiquei com a responsabilidade de coordenar um dos trios elétricos. Lá, em meio à organização e controle de tempo da fala dos militantes e sob a responsabilidade de acalmar ativistas de última hora, que só aparecem na festa para tietar os artistas, percebi o quanto o evento é importante (NILSON, 2017).

A fala de Nilson, que segundo ele próprio, já chegou a acreditar que “a Parada estava indo para o outro lado, se transformando numa festa sem propósito”, e que, depois da experiência na organização, percebeu “a força do evento como bandeira de luta para que o Movimento LGBT não acabe sendo engolido por ondas conservadoras”, faz refletir o quanto é significativa a formação que se dá a partir da relação com os pares e pela identificação com o contexto. Na experiência relatada, não é possível identificar um agente educacional específico, Sharlene e Ernane são apontados como facilitadores deste processo, mas a eles não se atribui a tarefa intencional de ensinar. Como também, não é possível identificar um espaço físico, específico para que a experiência educativa aconteça. Há uma experiência pessoal, que resulta num rico processo informal, do qual, como aponta Trilla (1985), não acontece como algo separado, distinto da própria situação em que o processo acontece.

Cabe salientar que as modalidades expostas aqui de forma alguma operam como dimensões isoladas. É certo que na aquisição individual do conhecimento e/ou na formação da militância, as modalidades possam ser complementares. Identificar, analisar, registrar a atuação de processos informais, de forma alguma desconsidera a importância de experiências intencionais, da mesma maneira que reconhecer as outras modalidades a partir da oposição à educação formal seria inapropriado. Neste sentido, estreitar os diálogos entre as referidas modalidades, perceber as contribuições que a Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias poderia oferecer para pensarmos a educação formal e quão rica seria se os espaços formais de Educação identificassem nas Paradas elementos capazes de dinamizar, estimular, incrementar suas práticas, seria pavimentar veredas de aproximação entre os rígidos conteúdos escolares e as dinâmicas do cotidiano.

4.4 Educação escolar e as potencialidades educativas da Parada LGBT

No ano de 1998, é publicado em forma de livro o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, vinculado a UNESCO. O livro, escrito por Jaques Delors, identifica o que seria os quatro pilares da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Para Delors (1998), um preceito básico para a Educação é fazer com que as pessoas

tomem consciência da interdependência que existe entre todos os seres humanos. Diante de tanta violência, guerras e injustiças sociais, aprender a viver com o Outro seria um dos maiores desafios, e que a descoberta deste Outro passaria, necessariamente, pela descoberta de si:

[...]a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela a escola, deve antes de tudo ajudá-los a descobrir a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações. Desenvolver esta atitude de empatia, na escola é muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida. Ensinando, por exemplo, os jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos podem evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre adultos (DELORS, 2003, p. 98).

Para tanto, o debate de ideias, o diálogo, a troca de informações seriam condições indispensáveis. Da mesma forma, a articulação em torno de projetos comuns ajudaria a reduzir os conflitos, pois, no trabalho conjunto, os objetivos individuais se dissolvem nas conquistas coletivas. O autor defende que tais práticas extrapolem as fronteiras da escola, na medida em que a escola receba experiências e práticas que estão além de seus muros. Problematizando tais propostas, Silva (2008) as localiza como resultado das novas configurações do capitalismo, que, no processo de globalização, informatização e tecnologização, em consonância com as atuais demandas do trabalho, redefine o que se aprende e como se aprende. Para a autora:

Obedecendo à reestruturação geográfica e governamental do mundo em globalização, agências da ONU são mobilizadas no sentido de pensar orientações e estratégias para a educação. Essas agências organizam fóruns e aprovam documentos que definem orientações para os níveis de ensino (SILVA, 2008, p. 362).

Silva (2008) acredita que as propostas apresentadas se amparam nas novas configurações do mundo do trabalho, mas sem questioná-lo. Tanto é assim que no relatório da UNESCO, transformado em livro, uma tarefa da educação é mediar a “tensão entre a indispensável competição e o cuidado com a igualdade de oportunidades (DELORS, 1998, p. 15)”, admitindo, assim, a competição como necessária para o desenvolvimento social. Desta forma, Silva (2008) identifica discursos velados, que, quando reconhecem desigualdades, as apresentam como condições dadas, minando, contraditoriamente, a possibilidade de lutar contra estas. As considerações de Silva (2008) nos advertem o quanto, para compreender qualquer

sociedade, é importante observar como sua educação se estrutura. Da mesma forma, para compreender qualquer pensamento educacional, é preciso interpretar os discursos, analisar os processos e relacionar educação com estruturas sociais e contextos históricos.

Pensar educação é bem mais do que pensar escola ou sistema escolar. Como já evidenciado, a educação atravessa todas as estruturas da sociedade, transitando por elaborados discursos, práticas, planos de ação, políticas públicas e também, silenciamentos. Há processos educacionais mesmo quando estes estão despidos de intencionalidade. Contudo, em Duque de Caxias, a Parada nasce de uma intenção educativa. No documento norteador do evento em 2017, identificamos estes objetivos na medida em que aparecem verbos como “incentivar”, “promover”, “fomentar”, “apresentar”. Na mesma direção, o tema escolhido para propagandear o evento tem a intencionalidade de dialogar com o público, de provocar, de educar. As falas dos militantes na abertura do evento apresentam propósitos pedagógicos definidos previamente, pois quando o convite para determinado participante é feito, há um direcionamento estabelecido *a priori*, com o propósito de comunicar, informar, formar. Da mesma maneira, os militantes convidados são agentes, cujo papel, socialmente ou institucionalmente reconhecido, naquele momento, é educativo. As ONGs convidadas transmitem informações, apresentando conteúdos elaborados sobre saúde e prevenção de doenças. Desta forma os participantes percebem a Parada como espaço educativo, espaço de conhecimento, de formação e troca de informações, como bem assegurou uma das entrevistadas:

Aqui é um espaço de troca, onde as pessoas vêm à Parada para participar de um diálogo de cidadania. A gente troca informações, ideias, partilha opiniões. Aqui é um espaço para isso, para as diferenças e para a inclusão (Informação verbal)⁵⁰.

Observado desta maneira, o evento contribui de forma significativa para pensarmos a configuração da educação em nossa sociedade, inclusive da educação escolar. Considerando que a escola e os processos formais de ensino podem incentivar transformações sociais pautadas em relações mais harmônicas, mais dispostas a respeitar as diferenças e trabalhar na perspectiva de exercitar práticas

⁵⁰ Cacau. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

democráticas, as Paradas, enquanto espaço de pluralidade, tolerância e convívio de multidões que se apresentam a partir de diferentes formas de expressão, podem simbolizar um ideal a ser perseguido. Para Arantes:

[...] a chave para a compreensão da instrução “formal” está naquelas experiências vividas durante as atividades “não formais”. Se assim o for, podemos entender que ideias ou valores originam-se das circunstâncias práticas da vida humana e, portanto, a instituição escolar deve facilitar a elaboração dessas experiências (ARANTES, 2008, p. 5).

Deste modo, segue a autora, o entrecruzamento, a articulação e complementaridade entre o que nomeamos de educação formal e não formal, fortaleceria os processos educativos, pois, entendendo que a educação é resultado de ideias e valores que nascem de necessidades do cotidiano, a escola se beneficiaria promovendo a aproximação com outros espaços, tão quanto os objetivos das Paradas seriam potencializados numa aproximação com a educação escolar.

Para Trilla (2008), a educação escolar, com algumas exceções ao longo da História, consolidou-se num modelo que entende a educação como ensino, assim, suas atividades são compreendidas como um apanhado de conhecimentos que, obrigatoriamente, devem ser transmitidos às alunas e alunos, sem que estas/es questionem a necessidade dos conhecimentos apresentados. Uma consequência deste sistema foi a especialização e compartimentação do conhecimento em áreas disciplinares. Para o autor:

A ruptura com o modelo de educação como ensino, levaria a adotar como ponto de partida das atividades educacionais não mais certo conjunto estabelecido de saberes, mas, o próprio esforço de definição das necessidades das pessoas participantes de ditas atividades. Os saberes existentes e disponíveis, assim, seriam mobilizados e utilizados com base em um critério que lhes outorgaria sentido, independentemente dos campos disciplinares aos quais pertencessem (TRILLA, 2008, p. 124).

O modelo de educação como ensino, ou seja, a prática escolar de transmissão de conteúdos previamente definidos a partir de currículos com pouca flexibilidade, via de regra, exclui as experiências vividas dentro e fora do ambiente escolar, como também recusa reflexões sobre os conhecimentos adquiridos na informalidade. Algumas consequências desta forma de organização se expressam na falta de interesse ou desmotivação por parte das alunas e alunos que, dificilmente, articulam os conteúdos estudados com suas reais necessidades ou seus mais imediatos

interesses. Para Trilla (2008, p.124), o distanciamento entre o que é ensinado nas escolas e da vida cotidiana “reafirma a quase completa ausência de lugares e tempos para a reflexão a respeito das dimensões individuais e coletivas da experiência humana”. Na aflição de promover tal aproximação, o modelo formal tem perseguido o que chamam de “contextualização do ensino”, pelo qual o educador transmite o conteúdo previsto a partir da “realidade do aluno”. Desta forma, partiria de alguns dados e características da comunidade onde o educando reside ou se apropriando de algumas expressões e vocábulos deste; tais práticas apresentam pouca eficiência na aproximação com tal realidade. Para o autor, faltaria compreender a escola como parte da comunidade onde ela está inserida e percebê-la como um conjunto de práticas construídas a partir da reflexão de professores/as e alunos/as diante de determinada realidade.

Uma consequência da aproximação entre escola e comunidade seria a construção de práticas conjuntas. Neste sentido, os grupos sociais, as instituições, os órgãos públicos e privados, as ONGs e os mais diversos setores sociais seriam espaços ampliados para reflexão e aprendizagem, sobretudo dos conhecimentos práticos de fortalecimento da cidadania e combate às desigualdades:

Se esse tipo de exercício fosse predominante na vida comum das pessoas no entorno da escola, poder-se-ia supor que haveria alta probabilidade de condicionar fortemente um exercício análogo no convívio intraescolar. Mais do que recursos a serem utilizados, tais grupos, organizações e órgãos que integram “a comunidade” também são constituídos por pessoas que poderiam valorizar seus próprios saberes e ampliá-los participando como educandos(as) e educadores(as) de atividades escolares (TRILLA, 2008 p. 106).

Nesse sentido que a Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias se apresenta como espaço privilegiado para aprendizagens a serem discutidas, em que várias dimensões do cotidiano da população LGBT e da população de forma mais ampla, na medida em que compartilham tais espaços sociais. Segundo Sharlene, “a gente não pode discutir só a Parada, a gente discute num todo. Discute a saúde no Estado, no Brasil, discutimos a Educação, o Ensino Fundamental”. Desta forma, como referência para pensar a educação, a Parada de Duque de Caxias indica a necessidade de aproximação entre práticas educativas e o dinamismo das questões cotidianas. Os objetivos da Parada seguem um traçado histórico e, como instrumento para consolidar conquistas, apresentam objetivos educacionais. Foi, por exemplo, a

partir das pressões do Movimento LGBT, articulado com outros movimentos sociais, que o Ministério da Educação (MEC), em 2004, inaugurou, com o propósito de promover ações de combate à discriminação racial e sexual, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). A referida secretaria, que tinha como premissa articular diversos setores da sociedade para elaboração de políticas públicas de Educação, e passou a lidar com temas até então rejeitados pelas políticas de governo (VIANNA, 2015).

Desde os anos de 1990e, sobretudo, no início dos anos2000, as discussões a respeito das relações de gênero começaram a aparecer na esfera das políticas públicas. Ações como o Programa DST/AIDS, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, que trazia um volume sobre orientação sexual, são expressões máximas de uma nova mentalidade que se desenhava em relação às políticas para esse setor (DANILIAUSKAS, 2011). Neste período, o Movimento LGBT, com representação cada vez maior nos espaços públicos e crescente poder de articulação com setores governamentais, ampliou as demandas que antes se organizavam em torno do combate à disseminação do HIV-Aids e fizeram pressão para que políticas voltadas para o reconhecimento da diversidade fossem implementadas.

Foi depois da Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada pelo Banco Mundial em 1990 e da Conferência de Cúpula de Nova Déli, convocada e financiada pela UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que começamos a construir metas, tais como: universalização do acesso e elevação da escolaridade; flexibilização dos currículos; formação continuada dos professores e professoras; políticas educacionais voltadas ao combate das desigualdades socioculturais, entre outras. Foi a partir das diretrizes traçadas nestas conferências que se formulou a Declaração Mundial de Educação para Todos. É sobre as bases das discussões elaboradas neste contexto que o movimento elabora suas ações educativas. Contudo, a organização do sistema formal de educação ainda se apresenta como um impeditivo para que os temas tratados pelo movimento LGBT, e em particular, as Paradas, sejam de fato problematizados no dia a dia das escolas. Da mesma forma que ainda nos parece distante vislumbrar um sistema educacional em que os movimentos sociais, o movimento LGBT e as Paradas da diversidade, sejam vistos com o que eles apresentam de potencialidade para o universo da

educação. Márcio Villard, coordenador da ONG Pela Vida, perguntado se enxergava processos educativos no evento, diz:

Eu acho que a Parada é um espaço, como o próprio nome diz, de diversidade. Então os processos, sejam educativos, políticos, sociais, culturais, eles acontecem. Eu acho que é uma interação muito grande entre todos esses processos e é interessante porque a maior parte do público é um público mais jovem então a mensagem sempre fica (Informação verbal)⁵¹.

Com esta assertiva, além de reafirmar que a educação está presente no evento, Márcio Villard acrescenta outros elementos: a dimensão política, social, cultural. Desta forma, identifica que o *espaço-tempo* da Parada é trama elaborada pelos vários componentes da vida social. O entrevistado também destaca um dado a ser considerado quando identifica o público como “predominantemente jovem”. Há controvérsia sobre até que idade alguém seria considerado jovem. Muitos especialistas acreditam que esta faixa vai até os 29 anos⁵², outros consideram jovens adultos a faixa entre 24 e 45; para o IBGE, os jovens estariam entre 15 e 24 anos. Na presente pesquisa, conforme tabela abaixo, dos 21 entrevistados, 06 pessoas não declararam sua idade, 08 tinha idade entre 16 e 24 anos e 07 tinham entre 30 a 59.

Tabela 1 - Faixa etária

FAIXA ETÁRIA	
Até 24 anos	08
25 a 29 anos	-
30 a 59 anos	07
Mais de 60	-
Não declarou	06

Fonte: O autor, 2019.

Essa pequena amostragem confirma as impressões visuais, tanto do entrevistado, como a do pesquisador, e há uma considerável expressão da juventude e de jovens adultos no evento. Esta impressão é reforçada pela pesquisa realizada na

⁵¹ VILLARD. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

⁵² Fonte: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/qual-a-idade-do-jovem-brasileiro-e-por-que-o-tema-juventude-tem-tido-mais-espaco-na-midia/>. Acesso em: 02 jun. 2019.

Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, no ano de 2004; na época, com intenção de levantar o perfil dos participantes, o grupo Arco-Íris, junto com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes, e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), do Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, identificaram que 58,5% dos frequentadores tinha idade entre 15 e 29 anos. É nesta faixa etária que se identifica o maior percentual de atraso e evasão escolar. Considerando que até os 25 anos uma pessoa já poderia ter concluído o processo regular de escolarização e que, segundo o IBGE⁵³, analisando especificamente o Ensino Médio, etapa em que o estudante deveria iniciar aos 15 anos de idade, segundo os dados de 2017, aproximadamente 1,3 milhão está fora da escola. Estes números fazem-nos pensar o quanto poderia ser significativo um sistema educacional que superasse a fronteira entre a educação formal e a educação não formal, que considerasse as instruções adquiridas na informalidade. Críticas que duvidam da escola como lugar de preparação para a vida são frequentes. O desejo de estudar conteúdos mais significativos para a vida prática reverberam nos corredores das instituições de ensino; desta forma, uma aliança entre a dinâmica pulsante dos movimentos sociais e os conhecimentos sistematizados pelas instituições de ensino, certamente representaria ganhos para toda a sociedade.

Marcio Villard, em outro momento da entrevista, reafirma o quanto a multiplicidade de processos representa um ganho para os que são afetados pelo evento, para ele:

Eu acho um ganho para todos, tanto como espaço para diversão, para o encontro, como também para as questões políticas e questões de informação de Educação e Saúde que é o nosso caso que traz a proposta de prevenção do HIV e AIDS (Informação verbal⁵⁴, 2017).

Aqui, o entrevistado evidencia a dimensão festiva do evento. Na Parada, a educação, as informações e os ensinamentos acontecem num espaço de celebração. Essa dimensão, considerando que muitas vezes os espaços educacionais perseguem

⁵³Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 02 jun. 2019.

⁵⁴ VILLARD. Entrevista. [março 2017]. Entrevistador: Walmir Rogério Archanjo da Silva. Duque de Caxias, 2017.

rígidas normas de conduta ou configuram-se como locais de conflito entre a tentativa de estabelecer, de forma vertical, regras e o desejo de infringi-las, inspira pensar em processos educativos em que a dimensão do prazer seja uma meta a ser alcançada no contexto da educação formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, no início, o desejo que motivou esta pesquisa veio acompanhado por uma felicidade incerta, porém carregada pela mais sincera vontade de contribuir para o conjunto das discussões que trazem em sua temática o direito à existência, chego aqui, com reanimado desejo de seguir contribuindo, e a certeza de que esta foi apenas uma etapa. No contexto social em que a pesquisa se encerra, uma onda conservadora se alastra pelo país, disputando espaços, narrativas, corações e mentes. Neste sentido, contestar, elaborar estratégias de luta, desenvolver pesquisas que denunciem, mas que também identifiquem potencialidades torna-se condição básica de sobrevivência. E a articulação entre os movimentos sociais, ativistas de direitos humanos e a Academia é de extrema necessidade. Desta maneira, a Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias cumpre um papel de extrema relevância no campo das discussões de gênero e sexualidade, das lutas políticas, do fortalecimento dos movimentos sociais. No âmbito da Academia, abrem-se espaços para um diálogo próximo com a sociedade, imputando à Universidade o seu dever de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas a partir dos conhecimentos constituídos.

Nessa pesquisa buscou-se provocar reflexões, levantar questões, problematizar. Desta forma, investigou a Parada como *espaço-tempo* onde processos educativos acontecem. Partimos de algumas perguntas, tais como: Quais são os processos educativos que acontecem desde a organização do evento? Com qual intencionalidade estes se dão? Como os participantes os identificam? Estas questões, no entanto, acabavam por gerar novas perguntas e, certamente, este permanente movimento, esta busca incessante por provisórias respostas, deu corpo ao trabalho e também aponta para outras pesquisas, já que consideramos todo e qualquer conhecimento como insuficiente, mas de alta relevância para provocar reflexões novas.

De início, acreditei que encontraria alguma corrente pedagógica explícita nas falas e propostas dos organizadores do evento, ou que, em algum momento, um ponto específico com o tema educação seria destacado em alguma reunião. Esta é uma expectativa que muitos pesquisadores iniciantes são levados, a partir de uma premissa de que “pesquisar é buscar provas para serem confirmadas”, tão ao modo do paradigma positivista. Logo, fui me construindo no processo dessa investigação que pesquisar é processo, exige atenção e paciência; é estar aberto ao que o campo

e seus sujeitos podem indicar e, ao mesmo tempo, reverter tudo o que se imaginava. Assim, pesquisar é desconfiar, mas, acima de tudo, é estar preparado para os imprevistos, para as viradas. É estar sensível para o que os sujeitos e o campo provocam no pesquisador.

Dessa forma, a ideia aliada à educação só aparecia quando, nas entrevistas e conversas, o questionamento direto sobre o tema era expresso. Contudo, processos educativos transitavam, de forma às vezes implícita e silenciosa, mas presente, e que, como pesquisador, só comecei a perceber mais tarde. Os implícitos, as aparências, os sinais negligenciados são potentes elementos de significado e sentido. Estes processos deixam seus vestígios nos documentos que norteiam a organização, nos ofícios emitidos aos órgãos públicos, na fala dos militantes, dos organizadores, como também na percepção dos participantes da Parada. Enfim, nas entrelinhas do movimento, há potentes significados sobre a natureza educativa das Paradas LGBTs e que a educação formal precisa aprender e dialogar.

Identificamos no evento diversos elementos que o caracteriza como um espaço de educação não formal. Também existem os processos informais, aqueles que acontecem sem intencionalidade, no momento dos encontros, das conversas aparentemente despreziosas, mas algo que não estava inicialmente formulado como intenção da pesquisa e que se impôs durante o processo, certamente pelo fato do pesquisador também ser professor, foi perceber o quanto o evento oferece elementos para repensarmos práticas e posturas educativas nos espaços formais de educação.

Ainda no primeiro capítulo, quando, baseado em Louro (1985), Paraíso (2012), Diniz e Pereira (2015) e Freitas (2007), discutimos o quanto os novos contextos sociais apontavam para a necessidade de outras opções metodológicas, já havia a pretensão de indicar algo que durante todo o processo da pesquisa só se fortaleceu: estudar movimentos sociais, em particular a Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias, é mergulhar na imprevisibilidade e dinâmica que tão bem caracteriza estes movimentos. Se esta imprevisibilidade traz surpresas, como por exemplo, o fato da Parada não ter acontecido no ano de 2018, a dinâmica do movimento indica variadas possibilidades de leitura e incomensuráveis oportunidades de aprendizado.

Problematizar os conceitos de gênero/sexo e sexualidade foi de extrema relevância, pois a discussão é alicerce indispensável para refletir sobre o campo. Consideramos que são cada vez mais evidentes as diversas formas de expressões e

maneiras de viver a sexualidade, e esta constatação tem exigido pensá-la a partir de variadas necessidades identitárias. Na Parada de Duque de Caxias, identificamos que, para além dos debates que apontam nas definições identitárias, uma redução dos modos possíveis de expressar a sexualidade, a solidificação de uma identidade coletiva constituiu-se como estrutura basilar para as reivindicações expressas no evento. Da mesma forma, lutar contra a invisibilidade de algumas identidades sexuais é tarefa evidenciada nos documentos e na fala dos organizadores. É esta premissa que justifica, inclusive, o revezamento da presidência do GPD, a partir da orientação sexual dos integrantes do grupo.

Conversar com os organizadores, entrevistar os participantes, foi particularmente rico. Articular esta experiência com a reflexão sobre as configurações dos novos movimentos sociais, assim como perceber o quanto o atual movimento LGBT carrega características do tempo histórico em que reside, aguçou nossa atenção para o fato de que o evento, como tantas outras Paradas pelo Brasil afora, aglutina não só a militância política organizada, mas também pessoas com as mais diversas e particulares formas de aproximação com o movimento. Sendo assim, como indica Silva (2017), as Paradas são capazes de colocar no mesmo espaço pessoas que não estariam juntas no dia a dia. Desta maneira, dramatizam uma experiência comunitária que, mesmo apresentando as mais variadas identidades, compartilham, no instante do evento, uma unidade de significativa importância para fortalecer o movimento.

Discutir o quanto as novas configurações dos movimentos sociais permitiram o estreitamento das relações entre o movimento e o Estado, nos faz compreender a origem da Parada de Duque de Caxias, que surgiu de uma proposta governamental. Essa relação se estabeleceu de forma tão acentuada que a militância mais orgânica no preparo do evento é composta por funcionários de órgãos estatais responsáveis pela promoção de direitos à população LGBT. Evidenciar que esta identificação de forma alguma tem a intenção de desqualificar a importância destes funcionários na consolidação do evento, muito pelo contrário, o objetivo é fomentar a discussão a respeito das possíveis implicações, limites e potencialidades destas aproximações. Entretanto, este foi uma limitação da presente pesquisa. Certamente aprofundar, problematizar a temática, contribuiria na compreensão dos mecanismos que operam para a consolidação do evento pesquisado. Outra lacuna, foi não ter investigado as iniciativas e programas locais de combate à homofobia.

E chego ao final deste trabalho acreditando que as Paradas, pela capacidade de reunir multidões e colocar no mesmo espaço pessoas de diferentes origens e concepções, constroem provisórias relações. Deste modo, produzem efêmeras alianças, ao mesmo tempo em que consolidam narrativas que resistem e que vão além do momento do evento; o *tempo-espaço* das Paradas é local propício para a elaboração, consolidação e reelaboração de discursos. Concebendo o movimento LGBT como múltiplo, convergente, mas também conflitante, as análises que buscam os sentidos destes, como as estratégias de apreciação ancoradas numa visão fatalista, linear da sociedade, parecem não mais encontrar abrigo nas configurações do atual momento histórico. É justamente sobre este solo, instável, impreciso, mas rico em possibilidades, que as Paradas, um dos pontos altos de visibilidade do movimento LGBT, produzem fecundos e diversos processos educacionais.

Quando as Paradas saem ocupando lugar de destaque nas principais ruas das cidades, elas empoderam sujeitos que, muitas vezes, perambulam à margem. Neste momento, um grito retumbante toma corpo a partir de cores, sons, danças e bandeiras, fazendo ecoar pautas imprescindíveis na consolidação da democracia e no respeito a cada pessoa que não segue um padrão preestabelecido para viver sua sexualidade e corporalidade política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Valéria Amorim. In: TRILLA, Jaume e Elie Ghanem. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.
- BARREIROS, Edmundo; SÓ, Pedro. **1985, o ano que o Brasil começou**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasília: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- BENTO, Berenice. As tecnologias que fazem os gêneros. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO, 8., 2010, Curitiba. **Anais [...]**, Curitiba, PR: UFPR, 2010. p. 01-13.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. **Violência LGBTfóbicas no Brasil: Dados da violência**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.
- BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo Educado: Pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.
- CAMILO, Juliana Aparecida; FURTADO, Rafael Nogueira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subjetividades [online]**, Fortaleza, v.16, n.3, p. 34-44, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- CASSAL, Luan Carpes Barros L. Um estudo entre ruínas: o Programa Rio Sem Homofobia e a política LGBTI fluminense. **Rebeh – R. B. de Estudos da Homocultura**, [S.l.], v. 1, n. 04, p. 124-162, feb. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/163>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- CARRERO, Raimundo. **Sinfonia para vagabundos**. Pernambuco: Bagaço, 1992.

CARRARA, Sérgio. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. **Revista Bagoas**, Natal, v.4, n.5, p.131-147, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316/1749>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2012.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M.; SIERRA, J. C. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. **Educação**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 192–200, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12908>. Acesso em: 30 ago. 2017.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) et al. **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CONNEL, Raewyn. **Gênero, uma perspectiva global**. São Paulo: InVersos, 2015.

COOMBS, Philip Hall; PROSSER, Roy; MANZOOR, Ahmed. **New paths to learning for rural children and youth**. New York: International Council for Education Development, 1973.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. p. 51 - 67.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: Uma análise do programa Brasil sem homofobia**. 2011.161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Giles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v.1.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DINIZ, Nilson Fernandes; PEREIRA; Reginaldo Santos. **Revista Itinerarius Reflectionis - Revista eletrônica da Pós-graduação em Educação**, v. 2, n. 2, p. 2-16. 2015.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: Reconstituindo um Histórico. **Cad. AEL**, Campinas, v.10, n.18/19, p. 81-125, 2003.

FISCHER, André. **Como o mundo virou gay?** Crônicas sobre a nova ordem social. São Paulo. Ediouro, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel **Vigiar e punir: O nascimento da prisão**. Petrópolis: Ed vozes, 1987. 288. p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2017.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 17-18, p. 9–79, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644553>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FREIRE, Roberto. **Sem tesão não há solução**. 16. ed. Rio de Janeiro. Ed Guanabara S.A., 1987.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A pesquisa em educação: Questões e desafios. **Revista Vertentes**, São João Del Rei, n. 29, p. 28-37, jan./jun. 2007.

GHANEM, Elie. Educação formal e não formal: do sistema escolar ao sistema educacional. In: TRILLA, Jaume e Elie Ghanem. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Mariada Glória (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal na pedagogia social. In: CONGRESSO. INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo.

Anais [...], São Paulo, SP: USP, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 fev. 2020.

GONZALEZ, Wania; MOREIRA, Laélia Portela. Educação não formal e suas contribuições para a qualidade da educação básica em escolas da periferia do Rio de Janeiro. **Revista Investigar em Educação**, v. 2, n. 01, p. 107-116, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

KLEIN, Naomi. **Cercas e janelas**: Na linha de frente do debate sobre globalização. Tradução de RytáVinagre. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: Corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LACLAU, Ernesto. Os movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, p. 41-47, 1986. Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04. Acesso em: 28 jun. 2017.

LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2016.

LOURO, Guacira. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C. (Orgs.). **Reestruturação curricular**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.172-182.

LOURO, Guacira. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, Sociedade & Culturas**, Lisboa, n. 25, p. 235-245, 2007.

LUIS, Lucio. Municípios da Baixada Fluminense. Flórida: Wikipedia, 2018. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Baixada.png>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectiva para os Movimentos Sociais. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n.18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos homossexuais: A constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. **Inter-ação- Rev. Fac. Educ. UFG**[online], Goiânia, v.10, n.19, p. 35-62, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **A República dos bons sentimentos**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MEIRA, Andréa Carla Guimarães de. **A educação não formal e a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin - REALEZA/PR**. 2016. 102 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Francisco Beltrão, Paraná, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MORAES, Carlos Eduardo Sorrentino. **Lazer: a perspectiva dos moradores no município de Duque de Caxias - RJ**. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Empresas). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/07a4a8ae-0a5e-4670-9882-f83ad72c56fa/content>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política e sociedade**, Florianópolis, v.2, n.3, p. 11-26, out. 2003.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. *In*: INGOLD, Tim. (Org.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1997. p.813-830. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269229/mod_resource/content/0/henrietta%20moore%20compreendendo%20sexo%20e%20g%C3%AAnero.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

NASCIMENTO, Diogo Vieira do. **Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2015.

SRZD. Rio sem homofobia. Rio de Janeiro: Redação SRZD, 2007. Disponível em: <https://www.srzd.com/geral/rio-sem-homofobia/>. Acesso em: 01 jan. 2019

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460>. Acesso em: 20 fev. 2019

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologia de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In*: ESTERMANN, Dogmar; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologia da pesquisa pós-crítica em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. Homossexualidades e ditaduras militares: Os casos de Brasil e Argentina. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis, SC: UFSC, 2010. Disponível em: https://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1275391766_ARQUIVO_Passamani.Completo.FG9.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, [S. L.], v. 19, n. 1, p. 11-20, jan.-abr. 2011.

RIOS, Luis Felipe. O paradoxo dos prazeres: Trabalho, homossexualidade e estilo de homem no candomblé quetofluminense. **Etnográfica**, Lisboa, v.16, n.1, p.53-74, fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/etn/v16n1/v16n1a03.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Repositório Institucional UFSC**, Florianópolis, p. 1-54, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>. Acesso em: 30 ago. 2017.

ROUANET, Paulo Sérgio. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez.1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. *In*: **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. p. 19-54.

SILVA, Daniel Vieira. **Experiências e práticas pedagógicas em gênero e sexualidade**: conflitos e potências em narrativas de professoras da educação básica. 2017. 108 F. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

SILVA, Lenildes Ribeiro. Unesco: Os quatro pilares da “educação pós-moderna”. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, Goiânia, v.33, n.2, p.359-378, jul./dez. 2008.

SILVA, M. A. Numa tarde qualquer: uma antropologia da Parada da Diversidade em Cuiabá e da cultura LGBT no Brasil contemporâneo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 10, n. 15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9891>. Acesso: Acesso em: 19 dez. 2018

SILVA, Tomaz Tadeu da. et. al. (Orgs.). **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abrano, 2009.

SOARES, Lúcia.; FRAGA, Alex. Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 77-90, 2003.

TGEU. **Projeto de investigação TvT**. Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM). Transrespect versus Transphobia World wide (TvT) project. 2016.

TISCHLER, Sérgio. A forma classe e os Movimentos Sociais na América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org). **Pensamento crítico e Movimentos Sociais**: Diálogos para uma nova práxis. São Paulo: ed. Cortez, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **O pós-socialismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

TRILLA, Juan. **Ensayos sobre la escuela**-El espacio social y material de la escuela. Barcelona: Ed. Laertes, 1985.

TRILLA, Juan. A educação não formal. In: TRILLA, Jaume e Elie Ghanem. **Educação formal e não-formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

VIANNA, Cláudia. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: Perdas, ganhos e desafios. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.41, n.3, p.791-806, 2015.

VIEIRA, Rafael Lima. **Intencionalidades políticas no pensamento educativo da militância LGBT em Caruaru**. 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA. Programa de Pós-Graduação em Educação contemporânea. Caruaru, 2013.

WEEKS, Jeffrey. “O Corpos e a Sexualidade”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p.35-84.